



# Anais da Assembléia

N. 77

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE AGOSTO DE 1987

ANO XIII

<sup>a</sup> 1. <sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA  
ATA DA 64.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 1.987  
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Lindolfo Júnior.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Alga-ci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado e Valderi Mendes Vilela (42). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Antônio Costenato Neto, David Cheriegate, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Wilton Barbosa, Orlando Pessuti, Quielse Crisóstomo e Werner Wanderer (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM N. 57/87

Curitiba, 30 de junho de 1987.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Guarapuava, um imóvel com a área de 4.140 metros quadrados, com frente para a Estrada do Guabiroba, naquela municipalidade, havido pelo Estado conforme transcrição n. 21.402, do Livro 3-N, do Cartório do Segundo Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade, eis que, na área cuja doação se pretende, aquela municipalidade, segundo esclarecimentos contidos em expediente a mim dirigido pelo Senhor Prefeito, irá construir um complexo esportivo, para ser utilizado já em 1988, nos "Jogos Abertos do Paraná", que serão realizados em Guarapuava.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Guarapuava o imóvel com a área de 4.140,00 m<sup>2</sup>, com frente para a Estrada do Guabiroba, naquela municipalidade, objeto da transcrição n. 21.402, livro 3-N, do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício da Comarca de Guarapuava.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- À Diretoria Legislativa.

## Ofícios:

Sob os números DTL/55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93 e 94/87, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n. 106/87, 91/87, 122/86, 14/87, 284/86, 263/86, 12/87, 222/86, 110/86, 286/86, 198/86, 37/87, 11/87, 234/86, 135/87, 28/87, 213/86, 96/86, 41/86, 60/86, 130/86, 225/86, 166/86, 57/86, 18/87, 04/87, 49/87, 50/87, 51/87, 64/86, 180/86, 43/87 e 159/86, os quais convertidos em Lei tomaram os números 8.492, 8.493, 8.494, 8.495, 8.496, 8.497, 8.498, 8.499, 8.500, 8.501, 8.502, 8.503, 8.504,

8.505, 8.506, 8.507, 8.508, 8.509, 8.510, 8.511, 8.512, 8.513, 8.514, 8.515, 8.516, 8.517, 8.518, 8.519, 8.520, 8.521, 8.522, 8.523, 8.524, 8.525, 8.526, 8.527 e 8.528, respectivamente. - Anote-se. Arquive-se.

**Emenda:**

**PROPOSTA DE EMENDA  
CONSTITUCIONAL N. 059/87**

Artigo Único. O parágrafo Único do Art. 104, da Constituição Estadual, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - Para ingresso em cargo da magistratura poderão concorrer apenas candidatos de idade inferior a quarenta e cinco anos e bacharéis em direito, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, salvo funcionários públicos estaduais que por sua condição estejam legalmente impedidos de obter inscrição na referida Ordem."

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ANIBAL KHURY.

**Apoiamento:**

Gernote Kirinus, Luiz Carlos Alborgheti, Edmar Luiz Costa, Sabino Campos, Haroldo Rodrigues Ferreira, José Felinto, Paulino José Delazeri, Antônio Belinati, Antônio Bárbara, Nestor Baptista, Pedro Tonelli, João Arruda, Tadeu Lúcio Machado, Ferrari Júnior, Amélia Hruschka, Hermas Brandão, Algaci Túlio, Djalma de Almeida César, Valderi Mendes Vilela, Raul Lopes, Cândido Bastos, Caíto Quintana, Lauro Lobo Alcântara, Lindolfo Júnior, Domingos Scarpellini, Erondy Silvério, José Afonso Júnior, Ezequias Losso, Artagão Mattos Leão, Paulo Furiatti, Antônio Annibelli, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan.

**JUSTIFICATIVA:**

A exigência de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, pelo mínimo de dois anos, não resulta em nenhuma vantagem ao futuro magistrado, mas, ao contrário, é prejudicial à magistratura, dado que esta, em termos de vencimento, não apresenta grandes atrativos. Assim, o bacharel de inteligência privilegiada e vocacionado para a ciência do Direito, inicia como estagiário nas lides forenses e, em razão disso, quando termina o curso, além de ter angariado razoável experiência, tem também, razoável clientela e certamente não aguardará por período superior a dois anos para submeter-se ao concurso para Juiz Substituto, não só em decorrência de sua advocacia bem sucedida, bem como da baixa remuneração da magistratura, aliada, ainda, à desvantagem dos transtornos da peregrinação do Juiz pelo interior do Estado, com constantes mudanças de residência, refletindo, inclusive, na educação dos fi-

-lhos.

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 53/87, originário da Mensagem do Governador, de número 40/87, que trata do regime diferenciado de trabalho aos Professores da Rede Estadual de Ensino.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. ANTÔNIO DE PAIVA CANTELMO, ocorrido na Cidade de Francisco Beltrão, Sudoeste do Paraná, a 19 de julho, oficiando-se à família e à Cooperativa Mista Francisco Beltrão Ltda.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

**JUSTIFICATIVA:**

A morte de Antônio de Paiva Cantelmo enlutou o Município de Francisco Beltrão e todo o Sudoeste paranaense. Foi um pioneiro autêntico. Chegou às margens do rio Marrecas operando trator de esteiras, rasgando a primeira estrada que ligou o futuro município de Francisco Beltrão à incipiente malha viária que integrava o Sudoeste ao restante do Estado do Paraná.

Trabalhou, firmou-se social e economicamente e desde aqueles idos transformou-se em líder natural de grande parte da comunidade. Assumiu parcela importante da responsabilidade política e, de degrau em degrau, alcançou a chefia do Poder Executivo, em 1965, reelegendo-se para o cargo em 1973.

Por sua simplicidade, seu idealismo, e pela simpatia que soube conquistar, alicerçou a amizade que o ligou para sempre a cada um dos habitantes daquele Município, independente de convicções políticas.

O voto de pesar, respeitosamente proposto, aprovado pela unanimidade dos Pares desta Casa, associará a Assembléia Legislativa do Paraná às homenagens póstumas que se estão prestando ao cidadão e político Antônio de Paiva Cantelmo, e será reconhecido eternamente pela comunidade de Francisco Beltrão.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

após ouvido o douto Plenário, REQUER respeitosamente que se registre nos Anais deste Poder, voto de pesar pelo falecimento da Sra. VILMA CATTANI e, que da decisão da Casa, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

#### JUSTIFICATIVA:

Fomos lamentavelmente surpreendidos pela notícia do falecimento da Sra. Vilma Cattani, de tradicional família pato-branquense, esposa do Sr. Domingos Cattani, Diretor-Presidente da Cattani Veículos S/A, ocorrido no dia 01 de julho de 1987, em sua residência, sita à Rua Goianazes, 263, no Município de Pato Branco - PR.

A comunidade paranaense, e em especial a comunidade pato-branquense, abaladas com o triste desaparecimento, devem reconhecer de público as relevantes contribuições deixadas pela Senhora Vilma, em prol do povo e, também, daquele município sudoestino.

E, portanto, é mister que este poder se associe às últimas homenagens prestadas nesta hora de luto e de dor.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado voto de pesar à Embaixada da República Islâmica do Irã, pelo falecimento de cerca de duzentas pessoas no último dia 30, na Cidade de Meca, Arábia Saudita, em função dos distúrbios causados por repressão policial à manifestação de milhares de peregrinos.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A Cidade de Meca, local de peregrinação dos muçulmanos de todo o mundo, foi cenário de violência cometida contra religiosos, quando foram vitimados mais de duzentas pessoas.

Ao enviar voto de pesar à Embaixada da República Islâmica do Irã (SES - Av. das Nações, lote 31 - Brasília-DF), o fazemos objetivando alertar os governos de que os templos religiosos precisam ser poupados de ações lamentáveis como essa ocorrida em Meca, na Arábia Saudita.

Ao transmitirmos votos de pesar, transmitimos ao Embaixador da República Islâmica do Irã nossos votos de que haja paz em seu país, e que seus religiosos sejam respeitados em qualquer parte do mundo, porque para nós, cristãos, o respeito e a defesa da religiosidade é uma necessidade dos povos para a conquista de melhores dias.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTÔNIO DE PÁDUA CANTELMO, ocorrido no dia 25 de julho último, na cidade de Francisco Beltrão.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

Com o falecimento do Sr. Antônio de Pádua Cantelmo, perde o Paraná um de seus mais respeitados chefes políticos. Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da sua família, bem como em todo o grande círculo de amigos de Francisco Beltrão e toda a região do Sudoeste do Paraná.

Cantelmo, Presidente do Diretório Municipal de Francisco Beltrão, e uma das mais importantes personalidades do PMDB do Paraná, foi fundador do Partido, Vereador, Presidente da Câmara Municipal de Francisco Beltrão por duas vezes. Atualmente era Presidente da CONFRABEL - Cooperativa Mista de Francisco Beltrão, uma das mais bem organizadas do Paraná.

Deixou viúva a Sra. Mildrem, cinco filhos e netos.

Ao longo da existência as pessoas ou passam e desaparecem, sem deixar marcas na memória dos outros, ou marcam profundamente a passagem por realizações de grandes feitos e por características pessoais de bom relacionamento com a comunidade, como foi o caso deste grande batalhador e desbravador do Sudoeste.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações, a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Neste momento, sua presença física seria como uma coroa de flores em nosso meio. Mas a lembrança de sua presença, o som de sua voz, seu sorriso contagiante, sopram suaves na memória, num murmúrio triste de lamento e saudade. Mas qualquer dia a gente vai se encontrar.

Com o falecimento do Sr. Antônio de Pádua Cantelmo, o destino privou seus familiares de seu convívio. Entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. À sua alma engrandece o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo.

A Assembléia Legislativa do Paraná tem o sagrado dever de associar-se à dor que abalou a família Cantelmo, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus

para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Paulo Furiatti, infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOAQUIM BUENO DA SILVA, pioneiro e fundador da Cidade de Sertãoópolis, e avô do Deputado e Secretário do Trabalho, Rubens Bueno, ocorrido em data de 02 de agosto próximo passado.

Outrossim, requer seja dada ciência à família enlutada, em nome da viúva, Sra. Leonidia Justino Bueno.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) PAULO FURIATTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Professor MARCOS TAMANINI, Diretor do Colégio Arlindo Ferreira Creplive, ocorrido em Quatro Barras, no mês de julho próximo passado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) NESTOR BAPTISTA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa de Leis, voto de pesar pelo falecimento do jovem NILSON PERCINOTO JÚNIOR, dia 27 de julho do corrente ano, no Município de Cidade Gaúcha.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) EDUARDO BAGGIO.

#### JUSTIFICATIVA:

Lamentamos profundamente a morte do jovem Nilson Percinoto Júnior, e nos solidarizamos para com todos seus familiares, pois com sua falta perdemos um homem de grande fibra e personalidade, que há muito já convivía conosco.

Requer ainda, que do presente seja dada ciência a todos os seus familiares.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro em Ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo passamento da Sra. LOURDES ELYSA VENSKI, casada com o Sr. Ayrton Venski e sogra do Vereador José Alberto Tessari, Presidente da Câmara Mu-

nicipal de Imbituva, ocorrido no dia 30 de julho p.passado, naquele município.

Pertencente a tradicional família de Imbituva, a Sra. Lourdes Elysa Venski deixa os seguintes filhos: Rubens, casado com Márcia; Gerson, casado com Rosângela, e Dolores, casada com o Vereador José Alberto Tessari e os muitos parentes e amigos que possuía, entre os quais gozava de grande admiração e conceito.

Desta decisão, requer ainda seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Sete de Setembro, 707 - Imbituva - PR.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, voto de profundo pesar pelo passamento, aos 80 anos, do Sr. JOAQUIM BUENO DA SILVA, casado com a Sra. Leonidia Justina Bueno e avô de Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado do Trabalho e de Assuntos Comunitários, Dr. Rubens Bueno, deixando oito filhos, netos, bisnetos e tataranetos.

Pertencente a tradicional família de Sertãoópolis, o Sr. Joaquim Bueno da Silva, foi um dos pioneiros e fundadores daquele promissor município, dedicando-se ao comércio de importação e exportação de cereais, tendo prestado inestimável contribuição ao seu desenvolvimento sócio-econômico.

Na vida política, honrou o Legislativo local, tendo sido eleito vereador para o período 1934 - 1937, além de haver exercido atividades outras de relevância, que lhe conferiram o conceito e o prestígio que gozava junto àquela sociedade, bem como junto à sociedade curitibana, onde atualmente residia.

Desta decisão, requer ainda, seja dada ciência à família enlutada, via endereço da Secretaria mencionada.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa de Leis, voto de pesar pelo falecimento do Sr. JOAQUIM BUENO DA SILVA, hoje, dia 03 de agosto de 1987.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) EDUARDO BAGGIO.

#### JUSTIFICATIVA:

O falecido era avô do nosso Secretário Rubens Bueno.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação em Ata desta sessão, de voto de congratulações pela passagem do "Dia do Pescador" ao mesmo tempo em que solicita envio de expediente à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, encarecendo efetivo apoio às reivindicações desta categoria, que, com o desenvolvimento da pesca por empresas, vem enfrentando sérias dificuldades.

Requer, ainda, que da decisão da Casa se dê ciência aos pescadores integrantes da Cooperativa dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná.

Sala das Sessões em 03.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### JUSTIFICATIVA:

Uma das primeiras atividades profissionais da humanidade a pescaria artesanal tem sido, ao longo dos anos, o sustento de muitas famílias do litoral paranaense.

Entretanto, com o ingresso das empresas pesqueiras no mercado, as que utilizam grandes barcos e podem afastar-se mais da costa, complicou-se a situação dos pescadores artesanais.

Hoje, eles têm que competir com essas empresas em condições desiguais. Além disso, só muito recentemente a pesca, como atividade econômica, passou a merecer mais atenção das autoridades dessa área.

Assim, faz-se necessário que o governo do Estado elabore um plano de apoio aos pescadores artesanais com base nas reivindicações dos mesmos, garantindo a sobrevivência destes profissionais.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, registro nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná de Voto de Congratulações ao Jornal "Folha do Sudoeste", editado na Cidade de Francisco Beltrão-Sudoeste do Paraná, pelo transcurso do décimo aniversário de fundação - ocorrida a 10 de junho de 1977, durante os quais vem prestando relevantes serviços à comunidade de Francisco Beltrão e a todo o Sudoeste do Paraná, solicitando a remessa de ofício comunicando o registro.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

#### JUSTIFICATIVA:

Todos que conhecem a lida jornalística sabem das dificuldades de manutenção de um

veículo de comunicação, mais ainda quando editado em cidade do interior, o que geralmente inviabiliza a implementação da necessária estrutura técnica, seja para adquirir maquinária ou material necessário à feitura do periódico.

Lutar contra todas as dificuldades - naturais a esse ramo de atividade - alcançando longevos dez anos de existência, merece reconhecimento.

O Jornal "Folha do Sudoeste", que hoje homenageamos, passa a formar, ao completar seus dez anos de atividades, entre os periódicos que fazem parte da tradição jornalística, não só da região Sudoeste, como de todo o Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênica a Douta Mesa, após ouvir o magnânimo Plenário, seja inserido nos Anais da célebre sessão do dia de hoje, votos de congratulações à Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda. - AGRÁRIA, pela inauguração da Estação Experimental, em treze de junho do corrente.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Ilustríssimo Senhor Mathias Leh, digníssimo Diretor Presidente da Cooperativa.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Srs. Deputados e Deputadas:

No dia 6 de junho de 1951, os primeiros suábios do Danúbio chegaram a Guaruapuava e estabeleceram contato com a Cidade que os acolhera. Já no dia 8 do mesmo mês iniciaram a rasgar a terra que lhes retribuiria, em janeiro de 1952, generosa, com a primeira safra de trigo daquela região.

Ao longo da existência desta Colônia, muitos foram os eventos que se inscreveram indelevelmente na sua crônica e marcaram a sua história singular. Todos os grandes momentos tinham em comum uma perspectiva do futuro, pois se constituíam em etapas de um desenvolvimento crescente e galhardo.

A inauguração desta etapa, quiçá a mais importante da vida desta Colônia, vem inaugurar o início de um desenvolvimento vertical, um avanço qualitativo na atividade produtiva da região, após exatos trinta e seis anos. A Estação Experimental terá como fim a melhoria e o aumento de produtividade agropecuária, através da pesquisa, como também, a experimentação, adaptação de culturas, rotação e conservação dos solos e meio ambiente, visando o aperfeiçoamento de técnicos a aplicação da melhor tecnologia no campo e a sua divulgação entre os produtores, objetivo que,

no entender desta cooperativa, tornará viável a agricultura do futuro.

A pesquisa, sempre existente em Entre Rios, porém, foi incrementada decisivamente após convênio firmado com a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Também a estreita colaboração com o IAPAR. (Instituto Agrônomo do Paraná) proporcionou grandes avanços neste campo.

Muito tem colaborado nela o engajamento da Universidade Técnica de Munique (Weihenstephan) e a Universidade de Passo Fundo (RS).

Faltavam, contudo, as instalações apropriadas, os laboratórios imprescindíveis e as máquinas e equipamentos específicos. Assim, para suprir as deficiências de meios de trabalho e, em atenção à aspiração de longa data dos produtores associados desta cooperativa, foi formulado projeto visando alcançar e instalar uma moderna Estação Experimental. Na impossibilidade de garantir, por si só, os recursos necessários para tal empreendimento, o Estado da Baviera (República Federal da Alemanha) firmou com a Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda. compromisso de doar valioso instrumental de laboratório e máquinas e equipamentos próprios para os experimentos agrícolas. A doação foi feita em duas etapas, sendo que na primeira, de 1986, máquinas e implementos agrícolas de pesquisa foram recebidos e já estão em plena utilização nos campos. A segunda etapa, constituiu-se de instrumental de laboratório sem similaridade nacional, que integrará o Centro de Pesquisas.

O Dr. Hans Eisenmann, Ministro de Estado da Agricultura, Silvicultura e Abastecimento do Estado da Baviera (RFA) e o Estado da Baviera, reiteradas vezes tem auxiliado a colônia, em especial através do seu Ministério da Agricultura. Assim, o Colégio Imperatriz Dona Leopoldina pôde se beneficiar também com uma doação de laboratórios. Por ocasião em que a região de Entre Rios enfrentou enormes dificuldades com o problema da esterilidade da cevada, capaz de impedir a continuação da cultura aqui, a Universidade Técnica de Munique-Weihenstephan, por solicitação do Sr. Ministro Dr. Eisenmann, enviou especialistas para cá e conseguiu achar solução. Daí se iniciou um intercâmbio de estudantes no campo da agronomia.

Pelo relevante impulso tecnológico prestado ao Estado e o impulso científico, somados ao operacionismo de mão-de-obra que tem gerado imensuráveis divisas à balança paranista, anelamos merecer o apoio dos ínclitos companheiros a esta insigne proposição.

É a justificativa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações à Comunidade Católica do município de Francisco Beltrão e à Diocese de Palmas - Sudoeste do Paraná, pela próxima instalação da Co-Catedral na Cidade de Francisco Beltrão, com solenidade marcada para o dia 16 de agosto vindouro, com a remessa de ofícios comunicando o registro a S. Exa. Revmo. Dom Agostinho José Sartori - Bispo Diocesano de Palmas e Padre Afonso de Nijs - Coordenador da Comissão de Instalação, sediada em Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) JOÃO ARRUDA.

#### JUSTIFICATIVA:

A história da conquista da Co-Catedral de Francisco Beltrão vem sendo escrita ao longo dos últimos quinze anos e dela participaram o Nuncio Apostólico Dom Carmine Rocco - já falecido e o representante papal no Brasil, Dom Carlo Furno, ambos com participação de apoio decisivo para a concretização desse projeto da comunidade católica sudoestina.

A Diocese de Palmas congrega, nos dias atuais, trinta e nove paróquias comandadas por oitenta e quatro sacerdotes e a assunção da Igreja Matriz de Francisco Beltrão à nova categoria representa louvável descentralização dos serviços administrativos da Diocese, ainda que não se deva entender o evento com sua divisão de atuação.

O fundamento maior do evento viabilizará, isto sim, uma presença muito maior da Igreja Católica na Região.

A conquista da Co-Catedral para Francisco Beltrão faz por mercer o voto de congratulações ora requerido, por representar o reconhecimento dos Altos Dignatários da Igreja Católica ao esforço dos que ofereceram seu entusiasmo e sua luta agora vitoriosa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação em Ata desta Sessão, votos de congratulações aos economistas pela passagem do seu dia, como reconhecimento ao grande trabalho que estes profissionais vêm desempenhando para um melhor desenvolvimento de nosso Estado.

REQUER, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa aos integrantes da Associação dos Economistas do Paraná e ao Conselho Regional de Economia.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) EZEQUIAS LOSSO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação em Ata desta sessão, de voto congratulatório ao SENAC, que no próximo dia 7 completará quarenta anos de nobre serviço, dando oportunidade para que o trabalhador aprenda, aumente seus conhecimentos e se torne um operário de gabarito, aprimorando a eficiência dos trabalhos e subindo no escalonamento sócio-econômico.

REQUER, ainda seja dada ciência da decisão da Casa ao referido Serviço na pessoa de seu presidente Dr. George Christofis.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) EZEQUIAS LOSSO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado em Ata desta sessão, voto de congratulações às indústrias de cal e calcário do Paraná, as quais firmaram acordo com a Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente para adotarem medidas que diminuirão em 80% a poluição causada pela extração de calcário.

Com isso, espera-se que sejam significativamente reduzidos os problemas ambientais provenientes da extração mineral.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) EZEQUIAS LOSSO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje de voto de congratulações ao Dr. Paulo Munhoz da Rocha, Superintendente Regional da Rede Ferroviária Federal S/A e ao Jornalista Cândido Gomes Chagas, Diretor da Revista "Paraná em Páginas", pela implantação da linha ferroviária turística, tracionada pela antiga "Maria Fumaça", entre Morretes e Antonina.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Dr. Paulo Munhoz da Rocha, ao jornalista Cândido Gomes Chagas, bem como aos Senhores Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores dos municípios de Morretes e Antonina.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

## JUSTIFICATIVA:

Em 14 de outubro de 1986, apresentamos nesta Casa requerimento ao Sr. Ministro dos Transportes no sentido de determinar que a Rede Ferroviária Federal implantasse

a linha turística entre Morretes e Antonina, com trem tracionado por locomotiva a vapor, denominada "Maria Fumaça".

Com essa iniciativa interpretávamos os anseios não só da Cidade de Antonina e sua gente, que desejam maior integração com o Paraná turístico, mas de todos os paranaenses que almejam maiores opções para conhecer as belezas do nosso Estado.

Além disso, o pedido endereçado às autoridades do setor permitiu que nos engajássemos na campanha que vinha sendo realizada em favor da adoção dessa linha, em especial sob a liderança do jornalista Cândido Gomes Chagas através de sua revista "Paraná em Páginas".

No último domingo de julho, dia 26, tivemos a grata alegria de ver os frutos dessa campanha sendo colhidos por todos os que dela participaram e, principalmente, pela comunidade do litoral.

Uma verdadeira festa marcou o acontecimento, com programação variada e participação de milhares de pessoas, confirmando a importância que tem a linha férrea turística. Por isso, todos estão de parabéns e merecem congratulações, notadamente as pessoas e lideranças que mais batalharam para a implantação da "Maria-Fumaça" no litoral paranaense como mais uma opção de lazer e recreação e um novo estímulo ao turismo na região de Antonina e Morretes.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção, em Ata de um voto de congratulações à Volvo do Brasil S/A., pela realização, nesta Capital, da I Câmara Técnica Volvo de Segurança nas Estradas, reunindo diversos segmentos da sociedade ligadas a atividades rodoviárias além de autoridades do governo, ocasião em que se analisará e se proporá soluções que possam reduzir o alto índice de acidentes rodoviários no Brasil.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à Volvo do Brasil S/A., congratulando-se pelo lançamento do Programa Volvo de Segurança nas Estradas, comemorativo aos dez anos de existência da empresa no País.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) ALGACI TÚLIO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de congratulações pela passagem do 12º aniversário da Empresa Balaroti Ltda., que tem adotado durante toda a sua existência da política de reinvestir



os lucros para o financiamento do seu próprio crescimento, razão pela qual a empresa vem conquistando a preferência dos consumidores em razão da oferta de qualidade e barateamento de seus produtos.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência à empresa homenageada, que está inaugurando uma filial, no centro desta Cidade, com área de 3.000m<sup>2</sup>, visando melhor atender à população curitibana.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação em Ata desta Sessão de voto de congratulações às Igrejas Batistas do Brasil pela comemoração, hoje, do "dia dos Adolescentes", os quais estarão num breve futuro dirigindo os caminhos da sociedade.

REQUER, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa à Convenção das Igrejas Batistas.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### JUSTIFICATIVA:

A adolescência é uma fase fundamental na vida de toda pessoa porque é nela que se completa a formação, tanto física quanto do caráter e da moral. O Brasil é um País essencialmente jovem, onde milhões de adolescentes se desenvolvem no momento em que a nação enfrenta sérias dificuldades sócio-econômicas. Daí a importância de uma iniciativa como a das Igrejas Batistas do Brasil, que dedicam um dia - 03 de agosto - aos adolescentes, levando todos a meditar sobre as condições de vida que são oferecidas a eles, ao mesmo tempo em que se agradece a Deus por estes jovens que no futuro dirigirão os caminhos da humanidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado em Ata desta sessão, voto de congratulações à Igreja Batista pela realização da 67ª Assembléia Geral da Convenção Estadual, realizada em Pato Branco nos dias 24, 25 e 26 do mês transato, quando foram eleitos os integrantes da nova gestão:

- Presidente - Pr. Ophir Pereira de Barros Filho

- 1º Vice-Pres. - Dr. Angelo Vasco

- 2º Vice-Pres. - Joceli Alves Julião

- 1º Secretário - Marcos Calixto

- 2º Secretário - Joana D'Arc

Outrossim, REQUER ainda, que se dê

ciência da decisão da Casa aos referidos líderes, através da Convenção acima mencionada.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação em Ata desta sessão de voto de congratulações pela passagem do "Dia do Telefonista" ao mesmo tempo em que sugere envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente, José Sarney, solicitando estudo junto aos órgãos competentes da reivindicação feita pela classe, pleiteando a aposentadoria integral antecipada, tendo em vista ser esta a segunda profissão em insalubridade.

REQUER, ainda, que se dê ciência da decisão da Casa aos telefonistas, através do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas no Estado do Paraná, na pessoa de seu presidente, Senhor Wilson Bortoletto.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### JUSTIFICATIVA:

Sendo a segunda profissão em níveis de insalubridade, o trabalho dos telefonistas causa uma série de problemas de saúde para quem a exerce durante muito tempo. O excesso de ruídos recebidos pelo tímpano diminui a audição dos telefonistas e causa labirintites. O lampear permanente das luzes dos aparelhos de controle de linhas no telefone acusa dificuldades precoces na visão. E o que há de mais grave é que a tensão diária a que são submetidos esses profissionais causa perturbações nervosas.

Este profundo desgaste físico a que estão sujeitos os telefonistas, evidencia o fato de que esta categoria não pode ser submetida a um período de trabalho exagerado. Daí a reivindicação da aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviço, que merece ser estudada e efetivada com urgência pelas autoridades.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de congratulações pela passagem, no próximo dia 7, do 40º aniversário de fundação do SENAC.

Durante toda a sua existência, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, fruto de uma filosofia educacional e de lideranças empresariais de inspiração essencialmente democrática, se mantém inal-



terada, recebendo, inclusive, maiores níveis de aperfeiçoamento para atender a vocação do homem ao trabalho, aprimorando, cada vez mais, suas potencialidades para o exercício digno e eficaz de sua profissão.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência ao Dr. George Christoffis, Presidente da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná e do Conselho Regional do SENAC, sito à rua André de Barros n. 750, nesta Cidade.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje de voto de congratulações à Polícia Militar do Estado do Paraná pela passagem do seu 133º aniversário de fundação.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Lopes de Noronha, Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Senhor Coronel Wantuil Borges, Comandante Geral da Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

O Paraná, até o ano de 1853, não passava de uma simples Comarca de São Paulo, vivendo ao abandono e inércia, devida à longa distância que o separava da metrópole paulista. Devido à extensão territorial e desenvolvimento das riquezas, tinha a necessidade de emancipar-se, com os primeiros movimentos nesse sentido surgindo a partir de 1811, quando Paranaguá procurou ter um governo próprio. Novas tentativas foram feitas, mas apesar dos embargos dos paulistas no Senado, o Projeto foi aprovado somente no dia 29 de agosto de 1853, tornando o Paraná a mais nova Província do Império. A solenidade de instalação da Província se deu no dia 19 de dezembro de 1853, com a posse do primeiro Presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos.

Contudo, um dos principais problemas enfrentados por Zacarias foi o que se relacionava à segurança pública, precária devido à ineficiência dos encarregados dessa missão, que não tinha força para reprimir os impulsos criminosos dos fora da lei que cometiam assaltos e praticavam desordens.

Por esse motivo, uma de suas medidas primordiais foi a criação da "Companhia da Força Policial da Província do Paraná", através da lei n. 7, de 10 de agosto de 1854, que veio a ser de fato e de direito a primeira organização policial do nosso

Estado. A lei n. 8, da mesma data, extinguiu a Guarda Policial que havia sido instituída pelo governo de São Paulo 1834.

Para garantir a ordem e a paz aos 62 mil habitantes que viviam na província há 133 anos passados, o efetivo da companhia foi composto de sessenta e sete homens, sendo três oficiais e sessenta e quatro praças. Sua verba anual orçava em pouco mais de quinze contos de réis.

Organizada a Corporação, foi seu primeiro comandante o capitão de primeira linha do exército Joaquim José Moreira Mendonça.

Em todas as ocasiões, desde a época de sua criação até os nossos dias, jamais a Polícia Militar deixou de estar presente nos momentos mais importantes e decisivos na vida nacional.

No dia 7 de janeiro de 1865, atendendo ao apelo do governo imperial feito através do Decreto 3.371, que organizava os corpos de voluntários da Pátria em todas as Províncias do Império, a Companhia da Força Policial da Província do Paraná incorporou-se à primeira coluna expedicionária, seguindo para o Rio de Janeiro, onde passou a integrar o batalhão "31 de Voluntários". Dali, juntamente com a milícia da corte, sob calorosas e entusiastas aclamações, marchou garbosa na defesa dos interesses nacionais.

Terminada a guerra do Paraguai, exigia-se a adequação do efetivo da milícia às necessidades crescentes da população paranaense.

Assim, a 30 de março de 1874, passou a Companhia a denominar-se Corpo de Polícia do Paraná e seu efetivo foi elevado para quatro oficiais e oitenta e um praças. A 5 de julho de 1892, passou a chamar-se Regimento de Segurança, com um efetivo de vinte e um oficiais e quatrocentos e cinquenta e quatro praças. Nesse mesmo ano, no mês de outubro, a Revolução Federalista, que explodia no Rio Grande do Sul e que contava com o apoio da esquadra brasileira, alcançou o seu apogeu. O regimento de segurança, sempre fiel à autoridade constituída, foi posto à disposição do Governo Federal, passando a fazer parte da Brigada Provisória em conjunto com o Batalhão patriótico "Vinte e Três de Novembro", sob o comando do Coronel Cândido Dulcídio Pereira.

Essa Brigada mais tarde foi dissolvida, e o Regimento passou a integrar as forças sob o comando do General Paulo Argolo, então Comandante do Distrito Militar do Paraná, depois substituído pelo bravo General Antonio Gomes Carneiro.

Os milicianos do Paraná, irmanados com as demais forças patrióticas, lutaram desde as serranias de Santa Catarina, nas margens dos Rios Negro e da Várzea, até à

Cidade da Lapa, onde as tropas defensoras da República ficaram sitiadas de 15 de janeiro a 9 de fevereiro de 1894.

Antes e durante o sítio, as forças paranaenses praticaram atos de bravura sem conta, escrevendo em cada pedra, em cada recanto das ruas da Cidade da Lapa, a história gloriosa do brasileiro indomável que preferiu a morte ao fracasso de uma derrota, só capitulando ante o argumento supremo do esgotamento completo dos recursos de guerra indispensáveis à continuidade da luta.

Cândido Dulcídio Pereira, Coronel Comandante do Regimento de Segurança, portou-se heroicamente, lutando em todas as fases das operações, enaltecendo sempre sua vida de soldado e envaidecendo com isso a Corporação que lhe fora confiada pelos poderes públicos do Estado. DULCÍDIO tombou no seu posto de honra quando mais acesa ia a batalha, mas deixou seu nome para sempre escrito nos fastos milicianos.

Em 1912, novamente o Regimento de Segurança é posto em ação para assegurar a ordem e a tranqüilidade pública ameaçada por uma horda de fanáticos, chefiada pelo suposto monge José Maria Boaventura Roma.

Pretendendo dominar a Vila de Curitiba-banos, foram eles repelidos e passaram para o território paranaense, indo alojar-se nos campos de Irati e Palmas, onde começaram a ameaçar a população das vilas e fazendas.

Em outubro de 1912, sob o comando do bravo Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho, seguiu para Palmas um contingente do Regimento de Segurança. Na sangrenta batalha entre os trinta homens de Gualberto e os quatrocentos de José Maria, tombou morto o líder fanático e também o valoroso comandante do contingente da milícia, bem como outros oficiais e praças, ficando outros feridos, entre eles o heróico Alferes Sarmiento, com a face retalhada por uma cutilada. Mais tarde, houve inclusive intervenção federal, de 1913 a 1915, cessando a luta somente após o extermínio completo dos fanáticos.

Em 1917, a 26 de outubro, o Regimento passou a denominar-se Força Militar do Estado, incorporando-se à 1.ª linha do Exército Nacional como força auxiliar, face a acordo firmado entre a União e o Estado.

Em 16 de julho de 1924, a Força Militar do Paraná marchou para o Estado de São Paulo integrada por um batalhão sob o Comando do então Capitão Joaquim Antônio de Moraes Sarmiento e deu combate às forças revolucionárias paulistas chefiadas pelo General Isidoro Dias Lopes. Nessa revolução perderam a vida os Tenentes Joaquim Taborda Ribas, Fernando Schultz e um grande número de praças.

Em 1930, a Polícia Militar do Estado

colaborou decisivamente na obra revolucionária e sobretudo na fase de reorganização político-social de nossa pátria.

Em outubro de 1930, marchou para a divisa de Itararé, não em busca de troféus para acrescentar ao acervo das inúmeras vitórias de seu passado, mas, consciente de que iria, se preciso fosse, se sacrificar, derramando seu generoso sangue ao crepitar das metralhadoras, tendo por alvo a honra e a liberdade.

Em 1932, com a denominação, Força Pública do Estado, constituiu a coluna Plaisant, marchando a 14 de julho para os limites de São Paulo, a fim de combater, na Capela da Ribeira, as forças paulistas rebeldes que a guarneciam.

A Polícia Militar do Estado do Paraná abriu, com recursos próprios, um dos pontos mais resistentes dos limites de São Paulo, Capela Ribeira.

Dali sucederam-se os avanços ininterruptos da tropa milicianana, numa seqüência admirável de conquistas, até o Rio das Almas, eloqüente afirmativa de que acima do cumprimento do dever haviam esses homens colocado suas vidas a serviço de um ideal.

O acervo histórico de nossa milícia contém o registro de passagens luminosas, escritas com o carim do sangue de nossos heróis, deixado para sempre nos campos agrestes das batalhas renhidas.

A missão da Polícia Militar do Paraná é a de promover a segurança pública, através do policiamento ostensivo geral e de trânsito, por meio de processos a pé, motorizado e a cavalo.

No dia em que a Polícia Militar comemora seus 133 anos de criação, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná congratula-se com todo o seu efetivo, por intermédio de seu Comandante Geral, Cel. Wantuil Borges.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado RAFAEL GRECA, que este subscreve, ouvido o Egrégio Plenário, REQUER a inserção nos Anais da presente sessão, de voto de congratulações e apreço ao Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor, e à sua equipe, por terem acatado sugestão desta Assembleia e determinado a compra, com recursos do "PROMUNICÍPIO-PROJETO COOPERAÇÃO E APOIO À MELHORIA DO ENSINO MUNICIPAL RURAL", de hum mil e quinhentos exemplares para distribuição nas bibliotecas escolares básicas de 252 municípios do "ATLAS HISTÓRICO DO PARANÁ", editado este ano pelo Livreiro Chaim, desta cidade, com texto e mapas dos professores eméritos (da UFPR) Cecília Maria Westhephalen e Jayme Antonio Cardoso, e prefácio do venerável professor Dr. Brasil Pinheiro Machado, interventor do Para-

ná, cidadão benemérito.

É a primeira vez, numa proposição deste Deputado, que temos a alegria de ver cumprir-se a filosofia política de Platão, segundo a qual o povo será feliz quando seus governantes, exercendo a política, conciliem, combinem, relacionem, as palavras com os atos. No caso, palavras aqui encaminhadas geram ato que agora destacamos e aplaudimos.

A medida do Senhor Secretário da Educação vem quebrar o detestável "maniqueísmo" que tem norteado a ação governamental no Estado, - pelo qual fica privilégio da bancada de Situação a proposição daquilo que deve ser executado, e se faz carga contra as bancadas de Oposição, submetendo-se ao permanente crivo de reprovação de suas idéias e proposições, mesmo que sejam de interesse público relevante.

Além disto, há que se ressaltar termos cumprido - Assembléia e Executivo -, neste episódio, o papel de preceito recomendado pelo gênio nacional que disse - "Um país se faz de homens e livros..."

Um Paraná forte, identificado com suas raízes, há de nascer destas bibliotecas supridas de maneira - ao menos - elementar.

E aí, com certeza, não haverá lugar para reivindicações separatistas, ou para atos predatórios, contrários à nossa herança comum, e ao território tão amado da atual unidade federativa naquele "Atlas" tão bem demonstrada.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) RAFAEL GRECA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, consignação em Ata desta sessão, de voto de congratulações à Federação da Igreja Adventista do Sétimo Dia pela ordenação ao Santo Ministério do Pastor Alberto Nadalini, o qual presta relevantes serviços em Laranjeiras do Sul.

Requer, ainda, que se dê ciência da decisão da Casa à referida Federação e ao Pastor acima citado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado RAFAEL GRECA, que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais da primeira sessão após recesso de julho, de voto de congratulações e apreço à Nova Diretoria e Conselho Fiscal da Associação de Moradores da Serraria do Rocha, na cidade de Paranaguá, pela sua brilhante eleição, em disputa de-

mocrática, seguida de posse pública, com grande vibração comunitária, no último dia 12 de julho.

Faça-se o registro nas Atas históricas desta Casa de Leis, e comunique-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente eleito, jornalista EROS GUTIERREZ.

É importante destacar para a história o crescimento das associações de moradores como órgãos representativos da população e dos seus anseios reivindicatórios.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) RAFAEL GRECA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA, Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais de voto de congratulações e apreço aos cineastas curitibanos IRMÃOS WAGNER, pela estréia no Cine Groff, em sessão recente, nesta Capital, do seu filme de animação "REPEITÁVEL PÚBLICO". O trabalho de desenho animado, feito de maneira profissional, a partir da experiência familiar dos Irmãos Wagner, merece o reconhecimento e a atenção desta Assembléia e dos poderes públicos do Paraná, porque, certamente, há de conquistar platéias em todo o Estado e no País, podendo ainda se fazer produto de exportação do nosso Brasil.

Assim, oficie-se aos Irmãos Wagner, dando-lhes ciência de nosso apreço, em seu atelier, à Rua Angelo Zeni, 1048, nesta cidade de Curitiba, e ao Senhor Secretário da Cultura do Estado do Paraná, Dr. René Ariel Dotti, no sentido de que sua pasta se empenhe em programar este filme para circuito de expedição no Paraná, em Curitiba, e em outras cidades.

Afinal, quase pioneiros entre nós, os Irmãos Wagner merecem atenção e apoio profissional para que seus talentos múltiplos não se percam nem se evadam.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) RAFAEL GRECA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA, Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção nos Anais de voto de congratulações e apreço ao artista paranaense, curitibano de nascimento, Norton Morozowicz, pela realização, em Curitiba, em julho deste 1987, de concerto da Orquestra de Câmara de Blumenau, no Teatro Guaíra.

Na ocasião, o ilustre flautista, solista da Orquestra Sinfônica Brasileira, regeu a Orquestra da qual se fez mentor, em concerto que teve como solistas Luiz Carlos Justi, Lia Gandelman, e Zdenek Svab, apresentando programa de Villa Lobos, "Bachianas Brasileiras n. 9"; Mahler,

"Divertimento para dois oboés e cordas"; Bela Bartok, "Seis danças rumenas"; Mozart, "Rondô para trompa e orquestra"; e um prolongamento, dado aos aplausos generosos do público, com Canções Populares Brasileiras de Radamés Gnattali, e um Tango de Astor Piazzolla.

O registro nos Anais desta Assembléia deve ser feito no sentido de que o profissional de música Norton Morozowicz, (mercê do deserto cultural do Paraná na sua área, até há algum tempo, e ainda mercê da antropofagia reinante nesta província), conseguiu consagração e espaço em Blumenau, no Rio de Janeiro e até na Europa.

Espaço que esta Curitiba lhe negou.

Retorna agora, maduro e vitorioso, à frente de uma orquestra bem preparada, que encontra na comunidade da vizinha cidade catarinense de Blumenau civilizado e inestimável apoio. Inclusive materializado em uma subvenção anual da Câmara Municipal, concedida pela Lei n. 3.309, e num programa cultural do grupo BASF de fitas magnéticas, e num "pool" de diversas empresas daquela cidade e nacionais, entre as quais: Artex, Hering, Cremer, Karsten, Schrader, Sulfabril, Teka, Dudalina, o grupo Hermes Macedo e a Varig, empresa transportadora oficial.

Nosso apreço sirva de reparação - se é que é possível - a tantos artistas que aqui, capital cultural e universitária, são tolhidos e limitados. E de degrau, para, em propostas orçamentárias, contemplarmos a Cultura como o Brasil merece.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) RAFAEL GRECA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, consignação em Ata desta sessão de voto de congratulação à Associação dos Hospitais do Paraná pela comemoração, no dia primeiro de julho, do "Dia do Hospital".

Requer, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa à referida Associação.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje de voto de congratulação ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor Presidente da Rede Paranaense de Televisão - Canal 12, pela promoção "Bicho do Paraná" e da divulgação do Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da

Casa, seja dado ciência ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A televisão, pelo seu poder visual, é sem dúvida um dos mais eficientes meios de comunicação social quando se trata de mostrar as coisas belas, para as quais se torna difícil encontrar palavras que as descrevam com tanta fidelidade, impacto e emoção.

A Rede Paranaense de Televisão, comandada pelo empresário e jornalista Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, vem se constituindo em testemunha da evolução e do crescimento do nosso Estado. E, mais que isso, vem cumprindo exemplarmente seu papel de veículo divulgador da nossa gente e das nossas belezas naturais.

É um reflexo do espírito paranistas de seu diretor, um homem de rara sensibilidade, de profundo amor a esta terra e uma invejável vontade de contribuir para que o Paraná seja cada vez mais divulgado, mais conhecido, mais respeitado.

O Dr. Francisco tem demonstrado sempre a preocupação em fazer com que a Televisão Paranaense Canal 12 e suas filiadas no Interior promovam a divulgação dos valores culturais do Paraná.

Basta citar duas campanhas institucionais que já conquistaram o público paranaense: a Campanha "Bicho do Paraná", que serve para enaltecer individualmente as pessoas que nos mais variados campos da atividade humana têm demonstrado o valor, o dinamismo, a cultura e o espírito empreendedor da gente paranaense, servindo de exemplo e estímulo. A outra campanha é a de divulgação dos pontos turísticos de todas as regiões do Paraná, tendo como fundo os versos e a voz de compositor e intérprete NATINHO, exaltando as belezas naturais do nosso Estado.

São mensagens que a cada dia renovam em nós o amor ao Paraná e estimulam a todos os paranaenses a um trabalho contínuo em favor deste grande Estado e de sua gente maravilhosa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER sejam incluídos na Ata dos Trabalhos da presente sessão, votos de congratulações ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional, Doutor ODENI VILLAÇA MONGRUEL e ao ilustre Secretário de Estado do Esporte, Senhor EDSON GRADIA, pela sua vi-

sita a trabalho no município de Bandeirantes, pois naquela cidade demonstraram com dinamismo a vontade de trabalhar em favor do povo paranaense.

Do presente, REQUER se dê conhecimento também ao ilustre Prefeito Municipal de Bandeirantes e Câmara de Vereadores de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa da Assembléia, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de votos de congratulações ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná pela passagem, no dia 2 de julho, do "DIA NACIONAL DO BOMBEIRO".

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento ao Corpo de Bombeiros, na pessoa do seu Comandante, Cel. Miguel Capriotti e à Polícia Militar do Estado do Paraná, na pessoa de seu Comandante Geral, Cel. Wantuil Borges.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

O trabalho que vem sendo desenvolvido, ao longo de muitos anos, pelo Corpo de Bombeiros, no salvamento de vidas e de bens, onde a figura do bombeiro surge como verdadeiro herói que arrisca sua própria vida para a de outros salvar, é o atestado de dispensa para quaisquer outras justificativas, que não o seu próprio trabalho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa da Assembléia, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de votos de louvor e congratulações à direção da Rádio Clube Paranaense, pela passagem do 63º aniversário de sua fundação.

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja da mesma dado conhecimento à Direção da Rádio Clube Paranaense (Rua Dr. Murici - 926) e ao Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Rádiodifusão - Sindicato dos Radialistas. (Praça Carlos Gomes).

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

A "BEDOIS", como carinhosamente é conhecida a Rádio Clube Paranaense, tem o privilégio de ter sido a rádio pioneira do Paraná. Fundada a 27 de junho de 1924, percorreu um longo caminho de lutas e de glórias e, embora passadas mais de seis

décadas, continua ainda na vanguarda. Continua sendo pioneira dentro dos mais diversos campos de atuação no rádio, que ainda é o veículo de maior comunicação, de maior audiência no mundo da imprensa falada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de louvor pelos trabalhos desenvolvidos no Instituto de Tecnologia do Estado do Paraná, que tem como Diretor Presidente o Dr. Raimundo Reichmann.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

#### JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR - é uma empresa pública vinculada à Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, que tem por objetivo o apoio científico e tecnológico aos setores público e privado, principalmente na área industrial, criando substitutivos e alternativas mais econômicas e adequadas, tanto a nível estadual quanto federal.

Sem fins lucrativos, o TECPAR busca oferecer todo o amparo tecnológico à crescente demanda dos mais diversos setores da atividade industrial. De insumos agrícolas à eletro-eletrônica; da metalurgia à virologia; da engenharia civil às análises biológicas; dos biotérios à tecnologia orgânica e inorgânica, e outras atividades divididas entre quatro grandes áreas técnicas.

Mola propulsora de auxílio à indústria e ao Governo, o TECPAR não poderia ficar atrás do progresso e da vanguarda tecnológica. Por isso vem se adaptando à realidade científica e ao desenvolvimento industrial, desde a criação, em 1940 como Laboratório de Análises e Pesquisas do Departamento de Agricultura do Estado do Paraná, até os dias de hoje, apoiando, pesquisando e descobrindo novas fórmulas e processos, cumprindo assim o real objetivo da instituição e gerando tecnologia nacional.

Modernos laboratórios e uma infraestrutura humana altamente capacitada permitem realizar ensaios químicos, físicos, físico-químicos, microbiológicos, mineralógicos, mecânicos, eletroeletrônicos e muitos outros, fornecendo às indústrias, órgãos do governo e a qualquer interessado resultados seguros e confiáveis sobre a qualidade dos produtos finais, intermediários ou matérias primas. Na área de Pesquisa, Desenvolvimento e Produção Imunológica, o TECPAR vem contribuindo, ano a ano, para reduzir nossa dependência externa na produção de diversas vacinas.

O TECPAR caminha a passos largos: é o

único fornecedor da vacina anti-rábica canina para a Campanha Nacional de Profilaxia da Raiva, no Brasil, cuja demanda em 1985 foi quinze milhões de doses.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA, Deputado que este subscreve, ouvida a Egrégia Assembléia, seja consignado nos Anais da primeira sessão após o recesso, voto de congratulações e apreço ao suplente de deputado e pesquisador Engenheiro Florestal Luciano Pizatto, pela sua premiação como jovem cientista com o Primeiro Prêmio Nacional de Ecologia, através de trabalho sobre "Manejo Ambiental", voltado para as reservas florestais do Paraná, que muito sensibilizou jurados do concurso realizado pelo CNPq, Fundação Roberto Marinho, e Companhia Vale do Rio Doce.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) RAFAEL GRECA.

#### JUSTIFICATIVA:

Há sabor paranista e interesse paranista, quando se vê a vitória de uma solução paranaense para o problema ambiental, reconhecida nacionalmente.

A tese do engenheiro Luciano Pizatto, útil para os paranaenses, desperta agora curiosidade nacional, sobretudo após a edição de belíssimo "clip" que a Rede Globo de Televisão tem veiculado, pela sua premiação nacional, com a chancela prestigiosa do CNPq, da Vale do Rio Doce, e da Fundação Roberto Marinho.

Há que se desmanchar a idéia de ser o Paraná o limbo dos seus valores mais legítimos, mostrando-se a atenção desta Assembléia, e a sua sensibilidade, para conquistar como as do engenheiro florestal, Luciano Pizatto.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, consignação em Ata desta sessão, de voto de apoio à Escola Especializada Primavera, pelo relevante trabalho que ao longo dos 16 anos de existência vem realizando junto às crianças excepcionais e deficientes mentais na faixa de três a quinze anos de idade, ao mesmo tempo em que as orienta, através de reuniões com pais, familiares e comunidade, sobre os objetivos e os caminhos que norteiam a educação especial.

Requer, ainda, que se dê ciência da decisão da Casa aos pais dos alunos da referida instituição através da Diretoria da Sociedade mantenedora na pessoa de seu Presidente, Sr. Antônio Gebran, e à diretora da Escola, Professora Regina Ester Pires Gomes Cruz.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, concessão de voto de louvor ao general Antônio Carlos de Andrade Serpa, que proferiu palestra em data de ontem na Câmara Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

O general Antônio Carlos de Andrade Serpa, traduzindo um anseio de toda a população brasileira, pregou a defesa das nossas riquezas naturais, o fortalecimento do mercado interno, coibindo-se a expansão e existência de multinacionais, e a extinção das importações de petróleo com base nas alternativas energéticas que o Brasil dispõe. O general Andrade Serpa, com seu discurso inteiramente nacionalista, fez a defesa do Brasil que todos nós desejamos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado voto de repúdio ao Excelentíssimo Sr. Osmar Dias, DD. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, por suas declarações feitas no dia 27 de julho de 1987, em Medianeira - PR (Folha de Londrina, 28.07.87), "de que não existem mais terras no Paraná para Reforma Agrária: e também pelo seu "apoio e convivência" com os fazendeiros, no episódio da ocupação das terras do INCRA, na Fazenda Padroeira, Matelândia - PR, quando os fazendeiros exigiam uma solução, "mesmo que fosse pelas armas".

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) PEDRO TONELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

Estranhamos que o Secretário da Agricultura e do Abastecimento se manifeste com insistência, arrogância, autoritarismo, de forma inconseqüente, contraditória, e quase sempre desautorizando o Secretário Especial de Assuntos Fundiários, quando fala sobre um assunto que não diz respeito à sua pasta, a Reforma Agrária. Nossa estranheza se baseia nos seguintes pontos:

- O Secretário da Agricultura e do Abastecimento é o que fala sobre Reforma Agrária, quando no Estado existe uma Secretaria Especial de Assuntos Fundiários que deveria cuidar desse assunto. Além disso, existe, no Estado, a Superintendência do INCRA, com todos os poderes para pensar e executar a Reforma Agrária;

- O Sr. Osmar Dias, quando fala em Reforma Agrária, sempre se posiciona contra a sua execução e contra o direito dos trabalhadores sem-terra de serem assentados; - O Sr. Osmar Dias, está recebendo publicamente, através de notas publicadas em jornais, apoio da União Democrática Trabalho UDR (Jornal O Estado do Paraná, 27.07.87); - O Sr. Osmar Dias, ao falar e afirmar que no Paraná não existe mais terra para ser desapropriada, desconhece a realidade da situação fundiária do Estado. A Comissão Agrária do Paraná, composta por um representante do INCRA, governo do Estado, Universidade Federal do Paraná, da FAEP, da FETAEP e dos trabalhadores rurais sem-terra, já enviou a Brasília uma relação de 30 mil hectares de terra para desapropriação para fins de Reforma Agrária, por ser área ociosa. Quem está com a verdade? O Sr. Osmar Dias, amigo e defensor dos fazendeiros é da UDR ou a Comissão Agrária do Paraná, que faz um trabalho sério e que conta com a participação do Governo do Estado e dos fazendeiros?

O Secretário da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, ao agir dessa forma, está contradizendo o Secretário Especial de Assuntos Fundiários, que, em repetidas vezes, afirmou existirem áreas próprias para a Reforma Agrária e já apresentou diversas propostas concretas de desapropriação, inclusive uma que prevê a desapropriação amigável e a municipalização da Reforma Agrária;

O Secretário Especial de Assuntos Fundiários, Dr. Luiz Felipe Haj Mussi, através de circular n. 215/87, do dia 1º de junho de 1987, solicitava aos deputados, prefeitos e presidentes de sindicatos que indicassem áreas para a Reforma Agrária. O Secretário já teve retorno dessa pesquisa. Em todos os cantos do Estado foram apontadas áreas ociosas e passíveis de desapropriação para fins de Reforma Agrária.

Cabe perguntar: porque dois secretários de um mesmo governo, assumem publicamente posturas contrárias e contraditórias? Com qual dos dois está a verdade que a sociedade, a população e, principalmente, os trabalhadores sem terra precisam saber? Não cabe a mim julgar os dois secretários. Mas é minha obrigação denunciar aqui nesta Casa a ação contrária a uma causa justa, que é a Reforma Agrária, e que interessa a mais de 200 mil famílias de sem-terra deste Estado. Sem dúvida, conforme suas próprias manifestações, quem está contra a Reforma Agrária é o Secretário da Agricultura e do Abastecimento, Sr. Osmar Dias.

#### REQUERIMENTO

Senhor Prefeito.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de aplausos ao novo conselho diretor do Rotary Club de Cascavel que toma posse hoje, tendo como principal objetivo dar continuidade ao bem servir.

Outrossim, REQUER ainda que se dê ciência da decisão da Casa aos integrantes da nova diretoria do referido clube na pessoa do seu presidente, Senhor Álvaro Palma.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, a suspensão dos trabalhos da sessão de amanhã, dia 04 do corrente mês, para que os Senhores Deputados possam participar do Seminário "A Nova Constituição Federal, a Região Sul e o Paraná".

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de TELEX aos Senadores e Deputados Federais do Paraná, solicitando a revogação dos artigos 47, 49, 59, 63 e conseqüentes do projeto de Nova Lei Sindical que, ao invés de fortalecer os Sindicatos e os trabalhadores, cria fórmulas que dificilmente serão vencidas na prática.

No artigo 47, verificamos que o Estado interfere diretamente nos Sindicatos no momento que estabelece o "quorum" mínimo para deflagração de greve. O artigo 49 não tem nenhuma razão de existir pois a greve sempre foi um último recurso de qualquer categoria, sempre sendo pública e do conhecimento de todos, e, uma conseqüência de um todo com uma história já constituída, onde tanto o empregador como o Sindicato patronal já possuem o prévio conhecimento. O artigo 59 é totalmente discriminatório pois não é somente o trabalhador que deve arcar com a responsabilidade das atividades essenciais, mas também o Estado e sociedade como um todo. O artigo 63 deveria estabelecer a extinção definitiva da contribuição sindical e não gradual.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

#### JUSTIFICATIVA:

O sindicalismo é a "ação coletiva para proteger e melhorar o próprio nível de vida por parte de indivíduos que vendem a sua força-trabalho". O sindicalismo nasce como reação à situação dos trabalhadores na indústria capitalista se transformando



como força de mudança de toda a sociedade.

O sindicalismo deve ter sua própria autonomia, sua própria estrutura e organização, independentemente do Poder Público. Ele sempre representou uma força viva nas conquistas históricas dos trabalhadores e da sociedade como um todo, sua independência deve representar uma conquista e não um mérito do Estado, que somente fortalecerá as instituições civis e os trabalhadores de uma forma geral.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Dispensa da Redação Final para o Projeto de Lei n. 278/86, que eleva o número de cadeiras da Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) SABINO CAMPOS

Apoio: Amélia Hruschka.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, REQUER, após a anuência do Plenário, sejam fixadas as datas de 09 de setembro e 27 de outubro do corrente ano para a entrega, respectivamente, dos títulos de Cidadão Honorário do Paraná ao jornalista Walmor Macarini e ao Arcebispo Dom Geraldo Magela Agnello.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja marcada para dia 23 de setembro de 1987, às 15:00 horas, a Sessão Solene de outorga do título de Cidadã Honorária do Paraná a Excelentíssima Senhora Professora Maria das Dores Wouk, de acordo com a Lei n. 8.501 de 30 de junho de 1987.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) RAFAEL GRECA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja-lhe concedida licença para se ausentar do País durante o período de 20 de julho a 10 de agosto do corrente, baseado no artigo 16, item VIII, da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, com base no inciso VIII, do Artigo 16, da Constituição do Estado, licença desta Assembléia, para ausentar-me do País em caráter cultural, no período compreendido entre os dias 15 de julho a 10 de agosto do corrente ano, quando viajarei a vários países da Europa.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) WERNER WANDERER

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando medidas que visem a inclusão do trecho de acesso da BR-376, ligando Ortigueira-Vista Alegre, via Caetê e Lageado Seco, numa extensão de 35 Km, no Plano de Pavimentação Asfáltica do Programa Paraná Rural, levado a efeito pelo Governo do Estado.

A proposição em apreço tem por objetivo dar atendimento aos constantes reclames da comunidade usuária ali residente, bem como à reivindicação de lideranças políticas, as quais, num esforço conjunto pela melhoria de condições de trafegabilidade daquele trecho, contam com um efetivo posicionamento das autoridades competentes, visando propiciar ao Município maior representatividade no contexto sócio-econômico paranaense, particularmente pela importante contribuição emprestada pelos bairros que a compõe à economia do Município (além dos acima citados, Caetê Mirim, Caetê de Cima, Caetê de Baixo, Poço Comprido, Campo dos Índios, além de outros circunvizinhos), cuja produção é estimada em 25 a 30% do total do Município, tendo dificuldades no escoamento, o que vem limitando o aumento de produção.

Além desses setores, a pavimentação em questão virá atender também a oito escolas municipais, uma estadual, uma associação de produtores, com oitenta e seis associados aproximadamente, e uma linha de leite, que abrange um grande número de pequenos pecuaristas, cuja tendência é aumentar, bem como a uma instituição de freiras e a dois postos de saúde.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, e com a inserção nos Anais da Assembléia Legislativa, de moção de apoio ao Projeto

Arca de Noé, desenvolvido, implantado e inaugurado nesta data, pela PETROBRÁS - SIX, em São Mateus do Sul, Paraná.

REQUER, também, que do presente se dê ciência ao Ilustríssimo Senhor Cesar Tadeu da Silva Barlem, Mul Digno Superintendente da PETROBRÁS SIX - Rodovia BR-476, Km 143 - CEP 83.900 - São Mateus do Sul - Paraná.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

O Projeto Arca de Noé é da mais alta importância e visa preservar animais e aves silvestres, além da recuperação da área de exploração do xisto, com a recomposição do solo e da flora nativa.

Com a implantação do Projeto Arca de Noé, a PETROBRÁS - SIX dá um exemplo magnífico de como aproveitar a riqueza mineral sem causar dano irreparável tanto à riqueza vegetal como animal.

Esta Moção de Apoio é uma homenagem que prestamos à PETROBRÁS - SIX pela brilhante iniciativa, e o fazemos, como cidadãos comuns, como pai de família, como veterinário que somos, e como político.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja designado o dia 5 de agosto do corrente ano para a entrega, às 15:00 horas, do Título de Cidadão Benemérito ao Coronel PM Dagoberito Dulcídio Pereira.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) RAUL LOPES

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, após ouvido o Plenário, com base no Regimento Interno, seja dispensado a votação da Redação Final do Projeto de Lei n. 73/87, aprovado em 3. Discussão e que não sofreu emendas.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando inclusão nas obras de asfaltamento da estrada Capanema-Marmelândia, do trecho de acesso a Capanema pelo bairro São Cristovão - Avenida Independência.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) JOÃO ARRUDA

#### JUSTIFICATIVA:

Movimentam-se os Vereadores e outras

lideranças do Município de Capanema com o objetivo de sensibilizar o Governo Estadual, através do Departamento de Estradas de Rodagem, da Secretaria de Estado dos Transportes, para que a parte da Avenida Independência, no bairro São Cristovão, acesso ao centro da Cidade, seja incluída nas obras de asfaltamento da estrada Capanema-Marmelândia, com início já programado.

Como as obras de asfalto alcançam custos elevados e proibitivos quando considerados os minguados recursos do município, é justo que venha a ser considerada a possibilidade de o DER asfaltar o citado trecho da Avenida Independência, construída em duas pistas, para facilitar o acesso ao centro de Capanema.

Se para o Governo do Estado não haveria grande aumento das despesas de custeio da obra programada com a inclusão do trecho solicitado, para o Município empreender a obra seria difícil - senão impossível - diante da atual situação financeira e econômica.

Isto exposto, achamos que a reivindicação das lideranças e da Câmara de Vereadores de Capanema é justa, merecendo o apoio irrestrito e unânime dos Deputados Estaduais do Estado do Paraná.

#### CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA

Estado do Paraná

Requerimento do(a) Vereador(a): Marcelino Ampessan

N. 92/87

Entrada: 11/05/87

Súmula: Reivindica asfaltamento da Av. Independência, no Bairro São Cristovão.

Senhor Presidente:

O (a) Vereador (a) no final assinado (a), usando das atribuições que lhe confere o mandato, requer, com o devido respeito, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal, bem como aos Deputados Caíto Quintana, João Arruda, Luiz Alberto de Oliveira e Pedro Tonelli, para que reivindiquem junto ao DER o asfaltamento da Av. Independência, no Bairro São Cristovão, por ocasião da pavimentação da estrada que liga Capanema a Marmelândia.

Capanema, 09 de maio de 1987.

Vereador (a)

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente:

Senhores Vereadores:

É de conhecimento de todos que em bem curto tempo será finalmente asfaltada a ligação entre Capanema e Marmelândia, cujo projeto de engenharia já está pronto desde o Governo de Jaime Canet Júnior. Assim sendo, é de bom alvitre que desde já se reivindique junto a quem de direito que o

trecho restante, no Bairro São Cristovão, da Av. Independência, seja incluído na obra de asfaltamento, nas duas pistas, pelo Governo do Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Senhor Secretário de Estado da Segurança, ofício solicitando a urgente implantação de Módulos Policiais nos seguintes locais, no Município de Francisco Beltrão:

1. bairro São Miguel para atender, também, ao bairro DER.;
2. bairro Entre Rios para atender, também, aos Conjuntos Habitacionais "Diva Martins" e "Padre Ulrico".

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) JOÃO ARRUDA

#### JUSTIFICATIVA:

A população dos bairros de Francisco Beltrão, especialmente dos bairros São Miguel, DER., Entre Rios e dos Conjuntos Habitacionais "Diva Martins" e "Padre Ulrico", vive em constante apreensão pelas ameaças e agressões, mesmo, que sofre de elementos de má índole os quais, pela facilidade que lhes proporciona a ausência de policiamento, agem com relativa liberdade, semeando a intranquilidade no seio da população - notadamente da que vive distante do centro da cidade.

A implantação dos módulos policiais acima relacionados, além de tranquilizar a população das localidades que se pretende beneficiar, representaria a solução para o crescente problema da marginalidade que conduz à contravenção, ao crime e, conseqüentemente, causam prejuízos aos direitos individuais daqueles que trabalham e procuram oferecer sua parcela de ajuda ao desenvolvimento do Município e do Estado do Paraná, cuja proteção cabe ao Estado implementar.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, na forma regimental, e após ouvido o Egrégio Plenário, REQUER seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando seja efetuado o recapeamento da Avenida dos Pioneiros, no Distrito de Carambeí, numa extensão de aproximadamente 7 mil metros.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### JUSTIFICATIVA:

A referida reivindicação refere-se ao fato de que a citada avenida é a via principal de Carambeí e o precário estado de

conservação em que se encontra vem, conseqüentemente, ocasionando sérios problemas para o tráfego de veículos ali existente.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Dr. João Carlos Finardi, Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, solicitando-lhe seja estudada a viabilidade de se criar, em regime de urgência, uma linha de crédito que possibilite, em condições compatíveis com as atividades do segmento da microempresa, a negociação global de sua dívida, considerando o excedente não coberto pela Resolução n. 1.335.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado em nome desta Egrégia Assembleia ao Secretário de Estado da Saúde, pedindo que se digne a determinar agilidade no suprimento de medicamento do posto da colônia Santana, no Município de Cruz Machado, onde a população carente não tem sido atendida de maneira satisfatória, menos pelo empenho da equipe local - que não mede desvelo - e mais pela falta de condições proporcionadas pelo Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) RAFAEL GRECA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja endereçado expediente a Sua Excelência o Senhor Governador Álvaro Dias, no sentido de determinar urgentes estudos para agilização de ampla campanha preventiva e de conscientização popular, com trabalho persistente e efetivo, para coibir abusos freqüentemente cometidos ao longo de nossas rodovias por motoristas imprudentes, sendo imprescindível a intensificação de fiscalização nas estradas, transformadas ultimamente em verdadeiras pistas de corrida.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O aumento extraordinário do número de acidentes em nossas estradas, mais do que nunca, exige a ação firme e determinada de nossas autoridades. Esta trágica escalada, diariamente assinalada pelos meios de co-

municação de massa, não admite cumplicidade e deve ser contida com a máxima urgência.

Definitivamente, a sociedade moderna e desenvolvida que estamos construindo, com a força de nosso trabalho, não pode comportar um trânsito tão repleto de acidentes desastrosos. Os dados são claros e ameaçam abraçar o caos: inúmeras famílias paranaenses hoje choram a perda irreparável de entes queridos, demonstrando que precisamos desencadear, o quanto antes, amplas campanhas preventivas e de conscientização popular. Este trabalho, sem sombra de dúvida, deve ser persistente e continuado, porque a educação é e será sempre o melhor caminho para o êxito, neste ou em qualquer outro aspecto.

A curto prazo, é absolutamente imprescindível que o Estado intensifique a fiscalização nas estradas, empregando todo o instrumental disponível para coibir abusos freqüentemente cometidos por motoristas imprudentes que, muitas vezes embriagados, transformam nossas rodovias em verdadeiras pistas de corrida. Diante da irresponsabilidade facilmente observável nas estradas, é preciso que se agilizem estudos e que se definam estratégias. Efeitos práticos certamente se farão sentir, nem que para isso tenhamos que aumentar o efetivo de nossa polícia rodoviária.

As dificuldades, como sabemos, são enormes. Contudo, diante da comprovada sensibilidade do Governador Álvaro Dias estamos confiantes de que poderemos reverter este quadro. Superaremos o desafio!

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado, ofício ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR, Gilberto Geraldo Garbi, solicitando providências a fim de que seja efetuada a extensão dos serviços telefônicos (P.S. com Ramal) para a localidade de Papagaios Novos até a Colônia de Papagaios Novos, numa distância de aproximadamente 2 Km, no Município de Palmeira.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

A mencionada localidade tem como fonte de subsistência a atividade agrícola, da qual depende as trinta famílias ali residentes, além de constituir-se numa importante bacia leiteira, fornecedora de grande parte da região.

A ampliação dos serviços telefônicos pleiteada é, sem dúvida alguma, uma necessidade e um meio de se propiciar o seu desenvolvimento sócio-econômico.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício à Presidência da TELEPAR, na pessoa do Doutor Gilberto Geraldo Garbi, solicitando gestões que visem a instalação de Posto de Serviço Telefônico com Ramal na localidade de Guaraúna das Tocas, no Município de PALMEIRA, nas proximidades da BR-277 - Estrada Curitiba - Irati e das localidades denominadas Queimada e Vieiras (que já possuem PS com Ramal) e Quero-Quero, numa extensão de aproximadamente 3 Km.

Importante ressaltar que a mencionada localidade possui energia elétrica, nela residindo aproximadamente sessenta famílias, tendo sua economia galgada na produção de sementes (soja, trigo), constituindo-se, por excelência, em ponto centralizador de outras comunidades produtoras rurais.

Por outro lado, as localidades de Queimadas e Vieiras, situadas do outro lado da BR-277, já possuem P.S. com Ramal, o que vem ensejar, também, a execução daquele serviço, sob a forma de extensão, o que seguramente será uma conquista da comunidade local.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam formuladas gestões junto a Sua Excelência, o Secretário da Educação, Doutor Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando o empenho daquela autoridade, no sentido de implantação do Curso de 2º Grau na Escola Estadual Padre Carlos Zelesny - Ensino de 1º Grau, de Ponta Grossa para funcionamento, nos períodos da manhã e noite, de formação profissional em Contabilidade.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

A proposição ora apresentada está fundamentada nos freqüentes apelos formulados por lideranças políticas, bem como pela população local, através abaixo-assinados e a intercessão de pais de alunos freqüentadores da Escola Estadual Padre Carlos Zelesny, de Ponta Grossa que, num esforço conjunto, pleiteiam a extensão do Curso de 2º Grau a seus filhos, como forma de proporcionar-lhes condições mais favoráveis, e que dêem prosseguimento a sua formação educacional, sem o que, estará comprometido todo um futuro.

Outro aspecto a ponderar é que na Escola em questão concluirão a 8ª série de

1º Grau, em 1987, quatro turmas de alunos, os quais, por uma questão de distância, visto que a Escola está situada no Bairro Jardim Sant'Ana do Sabará, e que por problemas de ordem financeira não terão certamente condições de freqüentar outro estabelecimento de 2º Grau no centro da cidade.

Além dessas premissas, a Escola está plenamente capacitada a contar com esse Curso em sua estrutura de Ensino, tanto pelo aspecto profissional, pois conta com um corpo docente altamente habilitado, quanto pelo espaço físico, uma vez que dispõe de salas de aula ociosas, tanto no período da manhã como da noite e uma clientela estudantil numerosa, razão maior da presente solicitação.

Isto posto, na qualidade de representante político da Região dos Campos Gerais e de Ponta Grossa, conta o Parlamentar com o apoio dos demais pares com assento nesse Legislativo, a fim de que a pretensão em apreço venha a ser uma realidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER seja formalizada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Indicação no sentido de que na comercialização das apostas dos Concursos de prognósticos, instituído pela Lei n. 8.521, de 06 de julho de 1987, seja dada prioridade às entidades assistenciais, filantrópicas e outras do gênero, reconhecidas de utilidade pública, selecionadas e habilitadas pela Secretaria do Trabalho e Ação Social.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) JOÃO ARRUDA

#### JUSTIFICATIVA:

Visando amparar projetos e programas de interesse dos setores público e privado, nas áreas social, cultural e esportiva, o Governo estadual houve por bem instituir os Concursos de Prognósticos sobre os Resultados de Sorteios de Números, com distribuição de Prêmios, a serem administrados pelo Serviço de Loteria do Estado do Paraná.

A nova loteria, também denominada LOTOPAR, acaba de ter seu Regulamento aprovado pelo Decreto n. 916, de 16 de julho último. Segundo esse Regulamento, a comercialização das apostas do concurso de prognósticos será feita por revendedores, sob regime de permissão, mediante outorga pela LOTOPAR, e com o direito de recebimento de uma comissão. Estabelece, ainda, que os atuais revendedores da Loteria Estadual, a critério da LOTOPAR, poderão comercializar as apostas, e que a mesma LOTOPAR baixará normas quanto aos requisi-

tos, outorga e cancelamento das permissões.

Ora, se o objetivo da LOTOPAR é justamente carrear benefícios para entidades e programas sociais, entre outros, nada mais oportuno que entregar a essas mesmas entidades em caráter prioritário, a comercialização das apostas. A partir daí, elas já começariam a obter alguma renda, representada pelas comissões pagas pelas vendas, conforme prevê o Regulamento. Para tanto, bastaria que ao baixar as normas de que fala o mesmo Regulamento se estabelecesse a prioridade pretendida.

É certo que nem todas as entidades terão condições, ou mesmo interesse, para arcar com a responsabilidade da comercialização das apostas. Muitas porém, com toda a certeza, não perderão essa oportunidade, mesmo porque já contam com estrutura para isso, podendo facilmente se adequar às eventuais exigências.

Além disso, a própria LOTOPAR sairia lucrando, pois o engajamento de entidades assistenciais na comercialização faria com que a população encarasse a nova loteria com simpatia, dispondo-se a colaborar com mais empenho e entusiasmo.

Ao mesmo tempo, a prioridade a ser dada às referidas entidades não impediria que outros revendedores também participassem da comercialização, conforme previsto no Regulamento.

Por todas essas razões, acreditamos que a presente indicação merecerá total acolhida por parte dos Senhores Deputados uma vez que todos podem facilmente avaliar o alcance da medida e a soma de benefícios que poderá carrear às entidades que, em suas respectivas regiões, tantos serviços prestam à comunidade. Da mesma forma, é de se esperar que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado compreenda e acolha a sugestão como colaboração aos esforços que desenvolve no sentido de melhor dotar o Estado em termos de recursos para a assistência social, determinando a quem de direito a adoção das providências cabíveis à implementação da prioridade ora indicada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de ofício ao Presidente da TELEPAR, solicitando que o sistema de cobrança das ligações entre a sede do município de Capanema e o Distrito de São Luiz venha a ser feita pelo sistema de impulsos, ao contrário do que hoje ocorre, devendo ligações nesse trajeto serem solicitadas via telefonista, o que provoca demoras de muitas horas.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) JOÃO ARRUDA

## JUSTIFICATIVA:

Atendendo a requerimento de Vereador do Município de Capanema, do qual oferecemos cópia xerográfica, solicitamos ao Presidente da TELEPAR urgentes providências para que o sistema de ligações entre a sede do Município de Capanema e o Distrito de São Luiz, venha a ser feita por meio de impulsos, a exemplo das que estão sendo feitas com os Municípios de Dois Vizinhos e Santo Antônio do Sudoeste - ambos a mais de 30 Km de distância, sendo que o segmento para o qual se solicita a mudança não mede mais de 10 Km.

No caso de ligações entre Capanema e São Luiz, como as ligações são feitas via telefonista, o intenso tráfego faz com que a demora seja de muitas horas, em sério prejuízo para os usuários.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA  
ESTADO DO PARANÁ

Requerimento do(a) Vereador(a):

Janete Katzwinkel

N.: 79/87

Entrada: 11/05/87

SÚMULA: Requer que a ligação com os PS do interior seja feita de forma direta.

Senhor Presidente.

O(a) Vereador(a) no final assinado(a), usando das atribuições que lhe confere o mandato, requer, com o devido respeito, ouvido o Plenário, seja oficiado à TELEPAR encarecendo-lhe modificação no sistema de telefonia rural, possibilitando que as ligações sejam feitas de forma direta, evitando-se o auxílio de telefonista. Requer que cópia deste seja enviada aos Deputados Caíto Quintana, João Arruda, Luiz Alberto Oliveira e Pedro Tonelli, encarecendo aos mesmos sua ajuda nesse sentido.

Capanema, 09 de maio de 1987.

JANETE KATZWINKEL

Vereadora

## JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Uma ligação entre Capanema e Dois Vizinhos, ou Santo Antônio do Sudoeste, vários quilômetros de distância, pode ser feita diretamente, contando a tarifa como impulsos. Entretanto, uma ligação entre Capanema e São Luiz, dez quilômetros de distância, deve ser feita via telefonista, muitas vezes com horas de espera. Custa mais à TELEPAR pedir a linha para a central, em Cascavel, que a fala entre Capanema e São Luiz. Por isso, nossa sugestão é de que seja contado como impulsos a ligação entre os dois pontos, o que será mais fácil, rápido e eficaz.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Ofício aos Senhores Ministros das Minas e Energias, Ministro da Marinha e Diretor-Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, solicitando suas interveniências para revogação do Decreto n. 86.676, de 1º de dezembro de 1981, o qual mudou o limite do Parque Nacional do Iguaçu para a margem esquerda do Rio Iguaçu, tornando irregular a atividade de extração de areia como vinha sendo praticada há mais de trinta anos.

Rogamos ainda, respeitosamente, anexar aos expedientes uma cópia das argumentações da Câmara de Vereadores de Capanema.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) JOÃO ARRUDA

## JUSTIFICATIVA:

Com a edição do Decreto n. 86.676, de 1º de dezembro de 1981, o limite do Parque Nacional do Iguaçu, antes no meio do Rio Iguaçu, passou para a margem esquerda desse importante curso de água, o que tornou ilegal a atividade de extração de areia praticada no leito do rio, a qual vinha sendo feita há mais de trinta anos.

O produto, antes extraído legalmente e sob a competente autorização do Município, era vendido e toda a Região Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, representando uma renda certa para centenas de trabalhadores que dessa atividade tiravam o seu sustento.

Com o advento do citado Decreto e a mudança do limite do Parque Nacional do Iguaçu, a atividade passou a ser considerada ilegal, ainda que nenhum prejuízo causasse ao Rio Iguaçu, pois a extração evitava que a areia depositada corresse rio abaixo, muitas vezes até assoreando remansos.

As autoridades de Capanema sugerem a correção do impasse por meio de duas medidas:

1) REVOGAÇÃO pura e simples do Decreto, devolvendo o antigo limite ao Parque Nacional do Iguaçu, assim como a tranquilidade a centenas de famílias, absolutamente sem prejuízo para o leito do Rio Iguaçu;

2) delegação de autoridade ao IBDF para que possa autorizar - nos termos do art. 26 - letra O - do Código Florestal, a extração da areia no antigo regime.

Pelo exposto, temos certeza de que os Nobres Pares desta Augusta Casa de Leis oferecerão seu apoio à solicitação das lideranças políticas e empresariais de Capanema aprovando por unanimidade o presente

requerimento.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA  
ESTADO DO PARANÁ

MOÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA NO  
PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DO FECHAMENTO DOS  
PORTOS DE AREIA DE CAPANEMA EM 19.05.1987.

Senhores Vereadores.

Hoje faz um ano que os Portos de Areia do Capanema foram fechados por ordem do IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

Normalmente, os aniversários são comemorados. Esta reunião extraordinária, entretanto, não é para festa, mas para lamentar a medida; protestar pela inércia e encontrar o melhor caminho para reabri-los.

Assim como conhecemos que a areia vinha sendo extraída ordeira e pacificamente, sem danos ao Parque Nacional do Iguaçu, que está do outro lado do Rio, sabemos que o ato não foi isolado e arbitrário do referido Instituto.

A extração e comercialização do minério era explorada por empresas privadas, desde a década de 50, atendendo às necessidades, não só do Sudoeste do Paraná, como também do Oeste Catarinense, com preços baixos, dando muitos empregos e receitas privadas e públicas.

A retirada da areia se limitava à margem esquerda do Rio Iguaçu, tendo como limite o meio do rio, já que dali para frente era considerada reserva florestal.

Diga-se, a bem da verdade, o que sempre foi dito: A areia é tirada dos bancos no leito do rio e não das barrancas, sendo certo que o produto não tirado acaba indo, como se diz, rio-abaixo.

No dia 1º de dezembro de 1981, o Governo Federal teve a infeliz idéia de editar o Decreto n. 96.676, que lamentavelmente no Brasil tem mais força que lei, pelo qual a divisa do Parque Nacional do Iguaçu passou do meio para a margem esquerda do Rio Iguaçu, no sentido de fazer com que o seu trecho em Capanema, seja todo considerado como Parque.

Em razão do citado Decreto, foi instaurado o processo administrativo n. 01725/83, que resultou na ordem de fechamento levada a efeito no dia 19 de maio de 1986.

Por isso, ilustres Vereadores, como é do conhecimento de todos, público e notório, vários protestos e reivindicações foram feitos até esta oportunidade, inclusive dias passados na Assembléia Geral da Acamsop - Associação das Câmaras do Sudoeste do Paraná - em Dois Vizinhos e depois nesta mesma Casa, sempre demonstrando e indicando os melhores caminhos, entretanto, até hoje nenhuma solução nos foi

oferecida, nem mesmo alguma notícia alentadora nos foi encaminhada, mantendo-se, nossos representantes e nossas autoridades em completa inércia, por isso estamos aqui extraordinariamente reunidos para protestar.

Mas, acreditamos que nem tudo está perdido, haja vista que durante esse ano que tanto demorou para passar, na prática, ficou demonstrado que realmente a extração de areia nenhum prejuízo traz ao parque, mas beneficia o Rio, porque ajuda no seu desassoreamento, sendo certo que logo abaixo, na Argentina, também em frente à nossa reserva florestal, ela é extraída sem qualquer empecilho.

Isto sinteticamente colocado, acreditamos em duas possíveis soluções:

1a. A revogação pura e simples, ou alteração do citado Decreto, possibilitando, assim, que a divisa do Parque Nacional do Iguaçu seja deslocada para o meio do Rio Iguaçu, possibilitando, assim, que, sem infração à Lei de Contravenções Penais, as empresas particulares continuem extraindo areia, já que estão licenciadas pela Prefeitura Municipal de Capanema, pelo Ministério da Marinha e pelo Ministério das Minas e Energia, restabelecendo a rotina sócio-econômica há um ano quebrada.

2a. A autorização, pura e simples, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF - para extração de areia, nos termos do art. 26, alínea "O", do Código Florestal. Se não para as empresas que já vinham explorando tal atividade pelo menos para as Prefeituras do Sudoeste do Paraná, especialmente de Capanema, podendo, dito instituto, que tem jurisdição sobre o Parque Nacional do Iguaçu, impor condições e estabelecer limites.

Estas são, indiscutivelmente, as soluções à vista, mais políticas que técnicas, perfeitamente admissíveis e viáveis, bastando apenas um pouco de ação dos nossos representantes e um pouco de boa vontade das nossas autoridades que hoje detêm o poder.

Assim, Eméritos Vereadores, a Comissão Executiva da Câmara Municipal de Capanema espera que, com o pronunciamento de Vossas Excelências, seja este documento aprovado, para que esta Casa, com mais entusiasmo e afinco continue nas reivindicações, cumprindo, assim, a sua missão, satisfazendo a ansiedade do nosso povo.

Capanema, 19 de maio de 1987.

MARCELINO AMPESSAN

Presidente

DANILO PEDRO MARTINI

Secretário

Aprovado por UNANIMIDADE,  
em discussão única  
em 19.05.87.



## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor João Carlos Finardi, Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., solicitando estudos para a instalação de uma agência bancária ou um posto avançado, deste estabelecimento bancário, no Município de Paranaity.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná e ao Excelentíssimo Senhor Doutor Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, solicitando a implantação do Curso de Magistério, em período noturno, em Maringá.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

## REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer ofício ao Presidente do BADEP, solicitando providências para regularização na cobrança dos débitos de micros, pequenas e médias empresas.

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente suscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício do Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., BADEP, solicitando urgentes medidas para que seja revisto o sistema de cobrança dos débitos contratados junto a essa entidade financeira - de recursos repassados pelo BNDS, que estão sendo penalizados com correção plena das OTN's, irregular por desacordo com o contrato.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

## JUSTIFICATIVA:

Centenas de empresas que contrataram empréstimos com o BADEP, de recursos repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social, tendo como base o valor das OTN's, encontra-se em situação muito difícil, impossibilitadas de saldarem seus compromissos com essa instituição, pois os débitos foram penalizados com correção plena das Obrigações do Tesouro Nacional para os exercícios de 1986 e 1987, o que colocou alguns mutuários no inesperado de tendo recebido o valor do financiamento

apenas quinze dias antes da edição do Decreto que instituiu a correção plena, tiveram SEU SALDO DEVEDOR IMEDIATAMENTE ELEVADO POR APENAS QUINZE DIAS DE USO DO DINHEIRO.

A situação vem gerando insegurança, apreensão e justo sentimento de repúdio de micro, pequenos e médios empresários em todo o Estado, pois penalizados por uma medida posterior que os colheu em injusta retroatividade, encontram-se impossibilitados de honrarem os compromissos assumidos com o BADEP.

Solicitam os penalizados a reconsideração do agente financeiro, intercedendo junto às autoridades competentes para que possam ser revistos os índices de correção monetária aplicados em seus débitos, a fim de que seus saldos devedores retornem aos níveis planejados quando da contratação da operação financeira.

(Por ser ilegível, impossível publicar o telex anexo).

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando uma Unidade para o Grupamento do Corpo de Bombeiros do Município de Matinhos.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do Governo

## JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se no fato do Grupamento do Corpo de Bombeiros do Município de Matinhos estar necessitando urgentemente de uma Unidade, sendo a referida considerada de relevante importância para a segurança da comunidade devido ao grande número de munícipes e aumentado relevantemente em época de verão.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após aprovação do Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Desembargador Mário Lopes dos Santos, Presidente do Tribunal de Justiça, e Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, Corregedor de Justiça do Estado, solicitando a criação de uma segunda Vara Cível e Criminal no Município de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

## JUSTIFICATIVA:

O número de municípios vinculados à

Comarca de Pato Branco e o crescente volume dos processos que ali tramitam, por si só justificariam o atendimento ao solicitado.

Entretanto, mister se faz ressaltar os incontáveis transtornos que o excesso de processos acaba por ocasionar, pois a morosidade nas decisões é fator conseqüente e insolúvel, destarte a diligência e empenho dos magistrados a serviço dessa Vara Cível e Criminal.

Ante o exposto, a presente proposição merece estudos e empenho para seu atendimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a criação, em caráter de urgência, de uma linha de crédito que possibilite, em condições compatíveis com as atividades do segmento da microempresa, a negociação global de sua dívida, considerando o excedente não coberto pela resolução 1.335 do Banco Central.

1. Governador do Estado Álvaro Dias.

2. Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., Senhor João Carlos Pinardi.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

A implantação pelo Governo Federal, de recentes medidas de apoio financeiro às micro e pequenas empresas, consubstanciadas na Resolução 1.335 e Circular nº 1.182, de 10.06.87, do Banco Central do Brasil, proporcionou um certo alento à categoria, às voltas com pesados encargos do serviço da dívida oriunda de empréstimos contraídos pelos microempresários, principalmente à época do Plano Cruzado, situação agravada pela queda do faturamento.

Entretanto, o critério contido no inciso V da Resolução 1.335, limitando a renegociação a 20% do faturamento da empresa no ano civil de 1986, gerou grande apreensão quanto ao segmento, tendo em vista a insuficiência desse limite para cobertura dos cargos e o principal da dívida.

O faturamento em 1986 não alcançou a expressão monetária devida, certamente, pela conjugação de dois fatores: o congelamento relativo de alguns preços, e por outro lado, a ocorrência de sobrepreço (ágio).

Paralelamente, a massa da dívida cresceu assustadoramente, face a exacerbação dos índices de variação da LBC e juros.

Por conseguinte a utilização do faturamento de 1986 como critério levará, com

certeza, a uma injusta aferição do "quantum" a ser negociado da dívida, gerando excedentes significativos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a instalação em caráter prioritário do curso de VETERINÁRIA, na Fundação Universidade Estadual de Maringá.

1. Ministro da Educação, doutor Jorge Bornhausen.

2. Secretário de Estado do Ensino Superior, Ciências e Tecnologia, Professor Ascêncio Garcia Lopes.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER à Mesa, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor RENÉ DOTTI, Secretário de Estado da Cultura, solicitando dessa Secretaria de Estado, coordenar o Seminário alusivo aos trinta anos do Movimento "LEVANTE DOS POSSEIROS", a realizar-se no Município de Pato Branco, no mês de outubro próximo vindouro.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

#### JUSTIFICATIVA:

O movimento denominado "LEVANTE DOS POSSEIROS", ocorrido em meados de outubro de 1957, movimentou grande número de suddestinos, e hoje representa um referencial dos mais significativos na história do Paraná e do Brasil, quando se mencionam os levantes e movimentos sociais.

A comemoração dos trinta anos desse movimento, representa o respeito aos descendentes dos posseiros e a todo o povo da Região Sudoeste do Estado, pois o Levante está indelevelmente escrito nas páginas da nossa História.

Alcançar os objetivos propostos para tal Seminário, envolve a participação valiosíssima dessa Secretaria de Estado da Cultura, eis porque o proponente solicita aprovação dos seus Pares nesta Casa.

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Digníssimos Senhores Desembargador Mário Lopes dos Santos, Presidente do Tribunal de Justiça e Desembarga-

dor Cláudio Nunes do Nascimento, Digníssimo Corregedor de Justiça do Estado, solicitando a criação de Comarca no Município de São João, Paraná.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após a aprovação do Plenário, envio de expediente acima mencionado solicitando a criação e implantação de Comarca no Município de São João, Paraná.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

#### JUSTIFICATIVA:

O expressivo desenvolvimento alcançado pelo Município de São João nos últimos anos, impulsionado principalmente pela força da agricultura e do comércio, e pela posição conquistada no âmbito estadual, impõe a criação e instalação de COMARCA, pois preenche todas as condições necessárias e indispensáveis para pleitear tal benefício.

Outrossim, o atendimento ao solicitado beneficiaria sobremaneira os Municípios vizinhos, e muito particularmente, o Município de São Jorge D'Oeste, que manifesta vivo interesse em pertencer à nova Comarca, à vista da pequena distância que o separa do Município de São João, e às facilidades de acesso e acompanhamento dos processos a ele pertinentes, bem como do crescente número de processos que dia a dia se avolumam nesses dois Municípios.

À vista dos argumentos, o proponente encarece a anuência dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO D'OESTE  
OF. n. 058/87

São Jorge D'Oeste, 14 de abril de 1987.

Excelentíssimo Senhor Desembargador:

São Jorge D'Oeste, situa-se geograficamente no Sudoeste do Estado, atualmente pertencendo à Comarca de Chopinzinho com uma distância aproximada de 60 km, apresentando, com isso, dificuldades no acompanhamento de processos e mesmo para contatos constantes tanto para a Administração Municipal, como para os demais Órgãos e pessoas que necessariamente procuram diariamente este Poder Judiciário.

Desta forma, com o devido respeito e acatamento, tomamos a liberdade de nos dirigir a Vossa Excelência, solicitando estudos visando a viabilidade de criação de Comarca em nosso Município.

Em razão de estarmos próximos de São João, como também por sermos o primeiro Município, portanto, que divide seu território com São Jorge D'Oeste, achamos con-

veniente, caso não seja possível sermos contemplados com a respectiva Comarca, pertenceremos ao vizinho Município, que por certo será instalada.

Justifica-se ainda nossa decisão pelo relacionamento amigável e fraterno de nosso povo com os pertencentes àquele Município, já que antes de ser elevado a emancipação, São Jorge D'Oeste, pertencia à São João.

Certos do pronto atendimento, aproveitamos do ensejo para reiterar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

EGÍDIO VERONESE

Prefeito Municipal.

EXMO.SR.

MÁRIO LOPES

DD. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

80.000 - CURITIBA- PR.

PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE CHOPINZINHO  
CARTÓRIO DO CRIME

#### CERTIDÃO

Certifico, a pedido verbal de parte interessada que revendo em cartório os autos em andamento, neles constatei que tramitam neste cartório 11 (onze) processos crime de homicídio: 29 (vinte e nove) processos por crime de lesões corporais: 01 (um) processo por furto; 02 (dois) processos por ameaça; 01 (um) processo por manutenção de casa de prostituição; 1 (um) processo por crime contra a honra; 01 (um) processo por crime de perigo de vida; 01 (um) por desacato; 02 (dois) por roubo, totalizando 49 (quarenta e nove) processos e 28 (vinte e oito) processos aguardando a prisão do réu, todos já sentenciados, processos esses por crime ocorridos no município de São Jorge D'Oeste.

O referido é verdade e dou fé.

Chopinzinho, 08 de abril de 1987.

(a) MARCELO CONTE  
Escrivão.

PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE CHOPINZINHO  
CARTÓRIO DO CRIME

#### CERTIDÃO

Certifico, a pedido verbal de parte interessada que revendo em cartório os autos em andamento, neles constatei tramitam neste cartório 03 (três) processos por estelionato; 09 (nove) por lesões corporais; (01) por lesões corporais culposas; 12 (doze) por crime de homicídio; 03 (três) por crime de homicídio culposo; 01 (um) violação de domicílio; 05 (cinco) por

crimes contra a honra; 01 (um) por crime de calúnia; 01 (um) por receptação; 05 (cinco) por crime de furto; 01 (um) por crime de extorsão; 02 (dois) por crime de ameaça; totalizando 44 processos, além de 47 (quarenta e sete) aguardando a prisão do réu, todos já sentenciados, do Município de São João.

O referido é verdade e dou fé.  
Chopinzinho, 08 de abril de 1987.  
(a) MARCELO CONTE.  
Escrivão.

JUIZO ELEITORAL DA 10.<sup>a</sup> ZONA

CERTIDÃO

Certifico e dou fé a pedido verbal de parte interessada que revendo nesse Cartório os livros do mesmo, constatei que no Município de São João, foram inscritos 8.597 ( oito mil, quinhentos e noventa e sete) eleitores e no Município de São Jorge D'Oeste 6.607 (seis mil, seiscentos e sete) eleitores.

Chopinzinho, 13 de abril de 1987.  
(a) MARCELO CONTE.  
Escrivão.

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CHOPINZINHO  
CARTÓRIO DO CÍVEL E ANEXOS

CERTIDÃO

C E R T I F I C O, a pedido do Senhor Renato Caranhato Canam, Excelentíssimo Prefeito Municipal de São João, que revendo em meu cartório, do mesmo verifiquei que se encontram em andamento nesta Comarca, cento e noventa e duas (192) ações cíveis do Município de São João e do Município de São Jorge D'Oeste, sessenta e quatro (64) ações cíveis, inclusive Reclamações Trabalhistas, Cartas Precatórias e infração Menores, exceto as ações com carga aos advogados. O referido é verdade e dou fé.

Chopinzinho, 06 de abril de 1987.  
(a) O ESCRIVÃO  
WILSON DOS SANTOS LIMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO  
RELATÓRIO SOBRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO

01 - DIVISÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA  
NOME COMPLETO DO MUNICÍPIO: SÃO JOÃO  
Micro Região: 16.<sup>a</sup>

Escritório Regional: Pato Branco  
- DADOS FÍSICOS  
Território: Área Urbana: 20,00 Km<sup>2</sup>  
Área Rural: 344,86 km<sup>2</sup>  
Área Total: 364,86 km<sup>2</sup>

LIMITES:

NORTE: Com o Município de Quedas do Iguaçu, pelo Rio Iguaçu.

SUL: Com o Município de Itapejara D'Oeste, pelo Rio Chopim.

LESTE: Com o Município de Chopinzinho.  
OESTE: Com o Município de São Jorge D'Oeste.

SUDOESTE: Com o Município de Verê, pelo Rio Chopim

SULESTE: Com o Município de Coronel Vivida.

COORDENADAS GEOGRÁFICAS:  
LONGITUDE: 52° 43' 50' W GR  
LATITUDE: 25° 49' Sul

CLIMATOLOGIA:  
Clima: Temperado e Úmido.

ALTITUDE:  
680 metros acima do nível do mar.

PAISAGEM FITOGEOGRÁFICA  
Araucária Augustifolia.

TEMPERATURA  
8° graus centígrados no inverno e 21° no verão.

RIOS QUE TANGEIAM O MUNICÍPIO.  
Iguaçu, Capivara, Mirim e Chopin,  
Rios que nascem no Município: Capivara, Empossado e Dois Irmãos.

TOPOGRAFIA  
Relevo: Ondulado, com poucas depressões, raramente plainas.

SOLos  
Argilo- arenoso.

DADOS DEMOGRÁFICOS.  
População: Urbana: 6.837  
Rural: 15.492  
TOTAL: 22.329

NÚMERO DE ELEITORES:  
8.597- Conforme Certidão do Cartório Eleitoral.

Distritos.  
Da Sede, Nova Lourdes, Vila Paraíso, Dois Irmãos, além de outra Vila "Ouro Verde" que ainda não foi elevada à categoria de Distrito.

Em todos os Distritos, inclusive a Vila de Ouro Verde, possuem escolas de primeiro grau completos, ou seja até a oitava série, luz elétrica, canchas de esportes, algumas polivalentes, sistema de distribuição de água, postos de saúde e telefones. No caso de Nova Lourdes possui inclusive filial da COASUL- Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda, e Caixa Avançado do Banco do Estado do Paraná S.A.

## 02 ECONOMIA

São João se destaca na avicultura com sessenta aviários, produzindo frangos de corte, com produção anual de nove milhões de quilos de carne.

A suinocultura se destaca na criação de suínos tipo carne, que são criados em modernas instalações e técnicas aprimoradas.

Na bovinocultura, praticada mais intensamente às margens do Rio Iguaçu, temos linhagens nobres como: nelore, mocho, tabapuã, charolesa e outras.

Nas regiões agrícolas se destacam as raças leiteiras, como holandesas, jersey e girolanda.

Na agricultura destacam-se com os principais produtos: trigo, soja, milho, cevada, feijão preto e de cor, arroz, sorgo, mandioca e hortigrangeiros.

São João possui duas grandes Cooperativas, sendo que a COASUL - Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda, com sua matriz instalada nesta Cidade, possui modernos silos para armazenagem de grãos comerciais, sementeira, limpeza e secagem de produtos. Conta ainda com oficina mecânica para máquinas e implementos agrícolas, acessórios de peças e lubrificantes, farmácia veterinária, venda de máquinas e implementos agrícolas, venda de insumos, possui modernos escritórios, inclusive com computadores e o mais moderno e completo supermercado. A COASUL possui filiais (entrepósitos) nas seguintes localidades: São Jorge D'Oeste, na Sede e Sede Nova, Chopinzinho, na Sede e em Mato Branco e Sede Sulina e no distrito de Nova Lourdes neste Município.

A COTRANSUL - Cooperativa dos Transportadores Autônomos do Sudoeste, é uma das maiores no Estado, e tem sua Sede nesta Cidade de São João. São João possui, também, quatro escritórios de Contabilidade, uma Delegacia de Polícia, três hotéis, um Escritório da ACARPA, um Escritório da COPEL, um Representante do IPE, vinte Indústrias, cento e quarenta Estabelecimentos Comerciais e quarenta Prestadoras de Serviços.

## 03 EDUCAÇÃO:

São João é Sede de Inspeção Estadual de Educação, temos também o Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal, doze Pré-Escolar, quarenta e sete escolas de 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> séries na área rural e sete na urbana, cinco escolas de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> séries e três de 2º Grau, as faculdades mais próximas, via asfáltica são: Pato Branco-56km, Francisco Beltrão- 46km, Palmas- 165 km, e Guarapuava com 180 km.

## 04 ESPORTES E LAZER

Na área de esportes, São João está

muito bem estruturado, sendo que podemos citar algumas obras de infra estrutura que facilitam a prática esportiva e a recreação do povo Sanjoanense:

## NA SEDE:

Clube Esportivo e Recreativo São João;

São João Clube de Campo;

Ginásio Municipal de Esportes: Renatão.

Pavilhão da Comunidade Evangélica Sínodal;

Pavilhão da Comunidade Evangélica Luterana;

Pavilhão da Comunidade Evangélica Congregacional;

Pavilhão da Igreja Católica de São João;

Centro de Tradições Gauchescas - cultivando a Tradição de São João;

Associação Atlética - COASUL

Associação dos Funcionários do Banco do Brasil SA.;

Clube Céu Azul de Erbilio Romano Sínsem;

## NO INTERIOR DO MUNICÍPIO:

Clube Esportivo e Recreativo Industrial de Vila Paraíso;

Clube Esportivo e Recreativo Real de Nova Lourdes;

Clube Esportivo e Recreativo 1º de Maio de Dois Irmãos;

Centro Comunitário da Igreja Católica de Ouro Verde;

Centro Comunitário da Igreja Católica de Nova Lourdes;

Centro Comunitário da Igreja Evangélica de Linha Kalinke;

Centro Comunitário de Dois Irmãos;

Centro Comunitário de Água Azul;

Centro Comunitário de Linha Sete de Setembro;

Centro Comunitário de Lontrinha;

Centro Comunitário de Flor da Serra;

Centro Comunitário de Vila Paraíso;

Além de inúmeras canchas de esportes polivalentes iluminadas nas Sedes dos Distritos e outras em pequenos povoados.

## 05 - ENTIDADES RELIGIOSAS E ASSISTENCIAIS

Igreja Católica;

Igreja Evangélica Luterana do Brasil;

Igreja Evangélica Luterana no Brasil;

Igreja Evangélica Congregacional;

Igreja Evangélica Assembléia de Deus;

Igreja Batista do Sétimo Dia;

Associação de Proteção a Maternidade e a Infância - APMI;

Rotary - São João;

Rotarack - São João;

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João;

Sindicato dos Empregadores Rurais de São João;

tida viva pelo esforço incansável dos estudantes que nela residiram durante estas quatro décadas da história. Assim, a CEU se mantém até hoje, sempre ameaçada pelo descompromisso do poder público com a moradia estudantil, mas sustentada pela teimosia de seus moradores. Entretanto, muitas pessoas insistem em ignorar a função social desempenhada pela CEU no meio universitário paranaense.

A CEU tem dado a chance decisiva a quem não a teria de outra forma.

Portanto, nobres Pares, pedimos a aprovação deste requerimento, para salvar a CEU como instituição já reconhecida como de utilidade pública pela Lei Municipal n. 3050/67, Estadual pela Lei n. 4779/63 e Lei Federal n. 91.904/85.

Para tanto, pedimos a inclusão da Casa do Estudante Universitário no orçamento do Estado. Entendemos que só assim colocaremos um ponto final nesta situação de crise e incertezas em que se encontram as casas de estudantes do Paraná.

Dada a importância desta conquista, esperamos poder contar com o apoio do Excelentíssimo Senhor Governador como defensor desta justa causa.

Solicitamos ainda que, seja dado ciência da decisão do Plenário, ao Ilustríssimo Senhor José Cândido de Abreu, Presidente da Fundação "Casa do Estudante Universitário do Paraná", sito à Rua Luiz Leão n. 1, nesta Capital.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no sentido de determinar, com a maior brevidade possível, os reparos necessários à perfeita conservação da BR-476, Estrada da Ribeira, no trecho compreendido entre Curitiba e Bocaiúva do Sul, inclusive providenciando a perfeita sinalização no mencionado trecho, principalmente nas curvas, onde se faz necessário a implantação dos gradis de proteção.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a retirada imediata do DEPÓSITO COMPULSÓRIO sobre o preço dos combustíveis derivados do petróleo e álcool hidratado.

1. Ministro das Minas e Energia, Dr.

Aureliano Chaves.

2. Ministro do Planejamento, Doutor Anibal Teixeira.

3. Ministro da Fazenda, Senhor Luiz Carlos Bresser Pereira.

4. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, Doutor Roberto França Domingues.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

O preço dos combustíveis derivados de petróleo e o álcool hidratado, após os últimos aumentos verificados no último mês de junho do corrente ano, atingiram patamares insuportáveis pela população brasileira, especialmente pelas camadas de classe média e baixa renda. Tais preços, tão elevados, contribuem de maneira efetiva para onerar sensivelmente os custos de atividades nos mais diversos segmentos da sociedade brasileira.

É necessário, portanto, que as autoridades responsáveis tomem medidas efetivas para a eliminação imediata de depósito compulsório incidente sobre os preços dos combustíveis, tornando desta forma tais preços no mínimo compatíveis com as necessidades da população.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Lopes de Noronha, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando que a nomeação do Delegado de Polícia do Município de Roncador seja feita de um funcionário vinculado aos quadros da Polícia Civil do Estado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

A nomeação do Delegado de Polícia do município de Roncador gerou um impasse diante das divergências constatadas em segmentos políticos afins. Sendo assim, o melhor critério que encontramos para solucionar esse impasse, seguindo sugestão da Prefeitura, Câmara Municipal e Diretório do PMDB local, é através de nomeação de funcionário vinculado ao quadro funcional da Polícia Civil do Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Fernandes Dias, solicitando a nomeação do Delegado de Polícia do município de Roncador.

evitar problemas mais sérios aos seus usuários, como também zelando pela preservação do imóvel de propriedade do Estado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

Ensejou a presente proposição apelo formulado pela Direção daquele conceituado estabelecimento de ensino, de Ponta Grossa, e o endosso da população usuária, verificadas as precárias condições em que se apresenta a referida Escola, fato que vem interferindo no bom andamento de suas atividades, senão, vejamos:

1. Urgente reforma na cobertura, com rebaixamento no telhado, o qual, por orientação da EMOPAR foi vistoriado e constatado enfraquecimento do madeiramento de sustentação das telhas, situação que tem causado insegurança pelo risco que apresenta à vida de alunos, professores, etc.;

2. Em consequência de goteiras e da falta de beiral nas paredes laterais, está havendo um processo crescente de bolor, pela infiltração de água, o que não é, absolutamente, salutar;

3. Necessidade da ampliação das instalações da cozinha, observando que já consta da Programação de Obras da FUNDEPAR (conf. ofício 0308/86), além de reparos outros que estão a merecer uma atenção maior.

Relatadas essas necessidades, é imperioso que o órgão de competência venha tomar medidas para o efetivo atendimento das pretensões ora apresentadas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Superintendente da FUNDEPAR, Professor Ewaldo Podolan, solicitando gestões que visem à liberação de recursos para a execução da obra de ampliação da rede física da Escola Consolidada Municipal São José, da localidade de Coati, Município de Tibagi, a qual consta do programa de Obras daquele órgão.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

É dispensável dizer que a referida pretensão constitui-se prioridade dentre as necessidades da Escola Consolidada Municipal São José, particularmente ao bom desempenho de suas atividades junto à coletividade estudantil, pois que contando com aproximadamente trezentos alunos matriculados, dispõe, apenas, de quatro salas de aula, insuficientes à acomodação e à qualidade de ensino oferecida pela Esco-

la. Não obstante a iniciativa da Direção da Escola que, face a iminência de serem prejudicados alunos e o bom andamento dos trabalhos, recorreu a recursos outros adaptando setores como a biblioteca, sala especial etc., em salas de aula, permanece a carência de espaço, de instalações adequadas e condignas com o grau de ensino que se deseja implantar no País.

Assim, encarece o Parlamentar por um posicionamento do órgão de competência, a fim de que tome medidas que venham, efetivamente consolidar mais esta realização.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente do conglomerado BANESTADO, José Finardi, parabenizando-o pela iniciativa de proporcionar trabalho para os detentos da Colônia Penal Agrícola que estão produzindo mudas e essências ornamentais e florestais para a Reflorestadora Banestado. A remuneração paga pela reflorestadora não só favorece os detentos como o próprio sistema penitenciário, que é beneficiado com um quarto do salário de cada um.

Sala das Sessões, e 03.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado, solicitando que a Casa do Estudante Universitário seja incluída como entidade beneficiária no orçamento do Estado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

#### JUSTIFICATIVA:

Acreditamos que é do conhecimento de todos a situação de penúria em que se encontra a Casa do Estudante Universitário - CEU - desta Capital.

Vale recordar que a CEU em 11 de agosto de 1948, instalada provisoriamente num prédio alugado. O começo foi difícil e a CEU sobreviveu graças ao espírito de luta e à dedicação dos estudantes da época.

Finalmente, em 1956 foram inauguradas as instalações definitivas, com muito esforço dos estudantes, conquistaram recursos suficientes para a atual Casa do Estudante Universitário.

É bom ressaltar que o Estado do Paraná pouco contribuiu para essa construção, mas acabou sendo o grande beneficiado, pois ganhou a maior Casa do Estudante do Brasil. Fruto de luta, a CEU sempre foi man-



Assistência Social da Coasul;  
Associação das Senhoras Evangélicas de  
São João;

06 - SAÚDE

Hospital e Maternidade São João;  
Centro de Saúde São João;  
Posto de Saúde de Nova Lourdes;  
Posto de Saúde de Ouro Verde;  
Posto de Saúde de Dois Irmãos;  
Clínica Odontológica de Dr. Agilberto  
De Carli;  
Gabinete Odontológico do Sindicato;  
Gabinete Odontológico do Dr. Roberto  
Machado;  
Farmácia Nossa Senhora de Fátima;  
Farmácia Jofarma;  
Farmácia Ricafarma;  
Farmácia do Hospital São João;  
Posto de Medicamentos de Nova Lourdes;  
Posto de Medicamentos de Vila Paraíso;  
Farmácia Veterinária - Casa do Colono;

07 - ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

Associação Comercial e Industrial de  
São João;  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de  
São João;  
Sindicato dos Empregadores Rurais de  
São João;  
Associação dos Professores de São  
João;  
Associação das Senhoras dos Agriculto-  
res;  
Grêmios Estudantis

08 - MEIOS DE TRANSPORTE

São João possui ligações asfálticas  
para todos os sentidos, ou seja para Cho-  
pinzinho, Laranjeiras do Sul, via Salto  
Santiago, São Jorge D'Oeste, Coronel Vivi-  
da via Vista Alegre, Itapejara D'Oeste e  
Francisco Beltrão. Também se encontra em  
fase de levantamento a ligação asfáltica  
que ligará São João a Verê, sendo que São  
João é muito bem servido por rodovias,  
constituindo-se num importante ponto de  
ligações para quem vem do Sul, Santa Cata-  
rina e Rio Grande do Sul, bem como da Ar-  
gentina ou para quem vai do Oeste Para-  
naense, Mato Grosso à região Sul.

09 - MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Na sede do Município contamos com  
aproximadamente quinhentos aparelhos tele-  
fônicos DDI., quatro Postos de Serviço Te-  
lefônico no Interior, inclusive com exten-  
sões nas residências, grande número de te-  
lefone na área rural; dois telex; Agência  
de Correios e Telégrafos; Jornal Correio  
de Notícias; Folha do Sudoeste; Rádio São  
João do Sudoeste do Paraná Ltda; dois apa-  
relhos de repetição de televisão, Rede  
Globo e Rede Bandeirantes, com ótima ima-  
gem.

10 - ESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL

A Prefeitura funciona em sede própria  
(Paço Municipal 25 de julho), cito à Av.  
XV de novembro, 160, constituída por um  
dos mais modernos e confortáveis Edifícios  
Públicos da Região, possuindo mobiliários  
modernos e muito bem equipada de máquina é  
equipamentos.

No setor Educacional está em franco  
desenvolvimento a construção de prédios em  
alvenaria, para todas as Escolas do Muni-  
cípio, com todo conforto necessário para  
professores e estudantes.

No setor rodoviário estamos muito bem  
equipados, contando com as seguintes má-  
quinas e equipamentos:

- 04 motoniveladoras;
- 04 tratores de esteira;
- 04 tratores com pá carregadeira;
- 01 rolo compactador;
- 10 caminhões basculantes (caçamba);
- 01 caminhão plataforma;
- 01 caminhão coletor de lixo;
- 01 ônibus;
- 01 Volkswagem;
- 01 Fiat;
- 01 Opala Comodoro;
- 01 Kombi;
- 01 Toyota Bandeirante;
- 01 Rural Ford;

Além destes, há outros equipamentos  
que deixamos de mencionar por julgarmos  
desnecessários.

São João, PR, 20 de abril de 1987.

(a) MÁRIO NELSON LIESENFELD

Dir. Depto. de Adm.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,  
no uso de suas atribuições regimentais,  
REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja  
encaminhado expediente ao Senhor Presiden-  
te da FUNDEPAR, Professor Ewaldo Podolan,  
a fim de que envide esforços visando a li-  
beração de recursos, através do Programa  
de Ação Comunitária, colocado em execução  
pelo Governo do Estado por intermédio da-  
quele órgão, para que se proceda, com a  
brevidade que o caso requer, à reforma do  
Prédio da Escola Estadual João Maria Cruz  
- Ensino de 1º Grau, de Ponta Grossa, cu-  
jas instalações apresentam-se em precárias  
condições, tanto do ponto de vista estru-  
tural - haja vista que vem pondo em risco  
a vida dos alunos e professores, daquele  
estabelecimento -, quanto ao seu aspecto  
interno-externo, dados esses, relatados na  
planilha remetida por aquele estabeleci-  
mento à FUNDEPAR.

Importante ressaltar que apelo idênti-  
co de há muito vem sendo formulado por  
aquela Direção, inclusive ao DECON (via  
ofícios 57/84 e 80/85), como medida para

dor seja feita de um funcionário vinculado aos quadros da Polícia Civil do Estado.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

**JUSTIFICATIVA:**

Está existindo um impasse na questão da nomeação do novo Delegado de Polícia daquele município. Sendo assim, a única forma encontrada para conciliação do problema é a nomeação de um funcionário vinculado aos quadros da Polícia Civil. Essa proposta foi firmada por expressivos setores daquela comunidade, entre as quais o Exmo. Prefeito Municipal, Augusto Bacher; o vice-Prefeito, Izidoro Puretz; o Presidente do Diretório Municipal do PMDB, Antônio M. Quintal; Leuco Kovalek, Presidente da Câmara Municipal; Odinir Daniel Slompo, Presidente do Rotary Club; José Jair Pereira, Presidente da Associação Comercial; Maciel Maioli, Presidente do C.T.G., entre outros.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social solicitando auxílio financeiro para aquisição de gêneros alimentícios para o S.O.S. da cidade de Juranda.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

**JUSTIFICATIVA:**

Recebemos reivindicação da presidenta da referida entidade, senhora Cecília Malakoski, informando-nos na necessidade de aquisição de gêneros alimentícios para distribuição às crianças e mães carentes daquela cidade. A entidade S.O.S. não dispõe de recursos financeiros e necessita de apoio na forma de auxílio financeiro.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente a Exma. Senhora Débora Dias, digníssima Presidenta da PRO-VOPAR, solicitando doação de gêneros alimentícios para a entidade S.O.S. do município de Juranda.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

**JUSTIFICATIVA:**

Recebemos reivindicação neste sentido da atual presidenta da referida entidade, senhora Cecília Malakoski, dando conta que as crianças atendidas pelo S.O.S. local necessitam de gêneros alimentícios, diante

dos graves problemas de ordem social gerados pelo desemprego.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Presidente da COHAPAR, Sr. Odeni Villaca Mongruel solicitando ao mesmo que sejam realizados estudos de viabilidade da inclusão de Maringá no projeto Mutirão Habitacional, para suprir o déficit de moradias no Município.

REQUER ainda, sejam enviados expedientes ao Sr. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município supra citado, para ciência.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Presidente da COHAPAR, Sr. Odeni Villaca Mongruel, solicitando ao mesmo, que sejam realizados estudos de viabilidade da inclusão de Marialva no projeto Mutirão Habitacional, para suprir o déficit de moradias no Município.

REQUER ainda, sejam enviados expedientes ao Sr. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município supra citado, para ciência.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Presidente da COHAPAR, Sr. Odeni Villaca Mongruel, solicitando ao mesmo, que sejam realizados estudos de viabilidade da inclusão de Sarandi no projeto Mutirão Habitacional, para suprir o déficit de moradias no Município.

REQUER ainda, sejam enviados expedientes ao Sr. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município supra citado, para ciência.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a instalação, em

caráter prioritário, do curso de Medicina na Fundação Universidade Estadual de Maringá.

1 - Ministro da Educação, Dr. Jorge Bornhausen.

2 - Secretário de Estado de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Prof. Ascêncio Garcia Lopes.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a instalação, em caráter prioritário, do curso de Odontologia na Fundação Universidade Estadual de Maringá.

1 - Ministro da Educação, Dr. Jorge Bornhausen.

2 - Secretário de Estado de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Prof. Ascêncio Garcia Lopes.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, sugerindo a inclusão no currículo escolar do 2º grau, de uma disciplina especial sobre doenças infecto-contagiosas, principalmente contendo esclarecimentos e métodos de prevenção sobre a AIDS.

1 - Ministro da Educação, Dr. Jorge Bornhausen.

2 - Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor.

3 - Delegado Regional do Ministério da Educação e Cultura, Vespero Mendes.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

Acreditamos que com a nova política educacional adotada pelo Governo do Estado do Paraná, com o início de estudos que procuram readequar o ensino à atual realidade em que vivemos, julgamos ser esta a hora oportuna para sugerirmos ao Governo a adoção de doutrina específica sobre o controle e prevenção de doenças infecto-contagiosas e principalmente a AIDS.

Entendemos que os jovens precisam de uma maior orientação sobre os perigos da contaminação de tais doenças, pois nem sempre as pessoas têm acesso às informações para prevenção das mesmas. Esclarecimentos sobre tais doenças já vêm sendo

prestadas por professores, partindo do próprio interesse dos alunos em abordarem tais questões nas salas de aula.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Ministro da Fazenda, Senhor Luiz Carlos Bresser Pereira, solicitando ao mesmo, a retirada imediata do empréstimo compulsório de 25%, incidente sobre o preço das passagens aéreas internacionais.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

O Depósito Compulsório sobre os preços das passagens aéreas internacionais foi criado para reduzir a demanda de viagens internacionais, e hoje essa redução já ocorre normalmente por força de uma modificação do estágio econômico em que se encontra o país.

A permanência do depósito compulsório já atinge níveis de prejuízo concreto para as companhias aéreas, agentes de viagens e empresários que prestam serviços de turismo, além de onerar diversos segmentos da sociedade civil e do próprio governo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, manifestando o voto de repúdio ao pagamento das empresas de consultoria que continuam trabalhando nas obras da FERROVIA NORTE-SUL, conforme noticiado em vários jornais do País.

1 - Presidente da República, Senhor José Sarney.

2 - Ministro dos Transportes, Senhor José Reinaldo Tavares.

3 - Ministro da Fazenda, Senhor Luiz Carlos Bresser Pereira.

4 - Presidente do Congresso Nacional, Senhor Ulisses Guimarães.

5 - Presidente da Companhia Vale do Rio Doce.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

A Companhia Vale do Rio Doce, continua pagando as obras da Ferrovia Norte-Sul embora tenha sido determinado pelo Presidente José Sarney e sua paralisação durante seis meses. O Próprio Ministro Aureliano Chaves alegava desconhecer o fato de que havia sido firmado um convênio entre a Cia. Vale do Rio Doce e o Ministério dos Transportes, da ordem de Cz\$......

274.000.000,00 (Duzentos e setenta e quatro milhões de cruzados), destinados ao pagamento das empresas de consultoria que continuam os trabalhos de planejamento da obra.

Diante dos fatos, agora, questiona-se, seria legal tal convênio firmado entre a Cia. Vale do Rio Doce e o Ministério dos Transportes?

A única certeza que temos é que a Ferrovia Norte Sul não é uma obra prioritária, e por tal razão estes recursos não deveriam estar sendo destinados para esta obra, contrariando a própria determinação do Presidente da República que agiu, sem dúvida, de forma bastante sensata ao determinar a paralisação de tal empreendimento durante seis meses.

Medidas devem ser adotadas para que recursos do Governo Federal não continuem sendo destinados ao pagamento de uma obra como a Ferrovia Norte-Sul, que pelas suas características de uma obra de longo tempo para sua execução, ou que até mesmo possa não ser concretizada, gera ainda mais inflação e gastos para o orçamento do país.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente à Sua Excelência o Presidente da TELEPAR, Dr. Gilberto Geraldo Garbi, solicitando a implantação de telefones comunitários no Parque Jaboticabeira, no município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) NELSON VASCONCELLOS.

#### JUSTIFICATIVA:

O Parque Jaboticabeira, Conjunto Habitacional construído sobre o sistema de mutirão, que abriga duzentos e cinquenta e cinco famílias, sendo fundamentalmente estas de operários e trabalhadores rurais.

A localização do conjunto, um dos mais distantes do centro da cidade, e a dificuldade de locomoção de seus habitantes com o centro comercial e de serviços de Umuarama, entre outras razões pela dependência de horários esparsos das linhas que ali servem, criam sérias dificuldades de comunicação a seus habitantes, principalmente em casos de emergência.

A instalação do sistema comunitário de telefone nesta comunidade virá proporcionar condições melhores de vida aos residentes deste conjunto, pois acabará com o isolamento a que estão sujeitos em vista das dificuldades apresentadas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, solicitando a destinação por aquela Secretaria de um Gabinete Odontológico para o Distrito de Jardim Paredão, no município de Altônia.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) NELSON VASCONCELLOS.

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Jardim Paredão possui um contingente populacional expressivo decorrente de seu comércio e agricultura, onde predominam as culturas de café, feijão, milho, estruturada em pequenas propriedades. Porém, esta população tanto urbana quanto rural vem se ressentindo de assistência odontológica, o que é inadmissível principalmente para a população mais jovem, já que a referida localidade contribui sobremaneira para a economia do Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Dr. Rubens Bueno, solicitando recursos financeiros, objetivando a construção de uma creche no Parque Jaboticabeira na cidade de Umuarama.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) NELSON VASCONCELLOS.

#### JUSTIFICATIVA:

O Parque Jaboticabeira é uma localidade de grande contingente populacional, de famílias de baixa renda fundamentalmente operários e trabalhadores rurais volantes, que como o restante dos trabalhadores brasileiros vêm enfrentando sérias dificuldades em vista da difícil situação que nosso País atravessa.

A implantação de uma creche nesta localidade virá dar condições a diversas mulheres de terem onde deixar suas crianças, com segurança, para trabalharem e desta forma ajudarem na complementação da renda familiar.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente a sua Excelência o Secretário de Estado da Educação, Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando estudos no sentido de viabilizar a implantação do ensino de 2º grau no Distrito de Jardim Paredão, no Município de Altônia.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Jardim Paredão, forte expoente da produção agrícola do município de Altônia, principalmente das culturas de café e feijão, estruturada em pequenas propriedades agrícolas, que garantem alto índice de produtividade e, em conseqüência, possui uma população urbana decorrente do seu expressivo comércio, e rural, que vem há muito se ressentindo da falta de ensino de 2º grau, obrigando a força de trabalho jovem a privar-se do ensino ou a deslocar-se a outros centros urbanos em busca de ensino compatível com suas aspirações, situação insustentável e inadmissível do ponto de vista do interesse econômico do Estado do Paraná, bem como do compromisso social que o Governo do PMDB assumiu com o povo paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente a sua Excelência o Secretário de Estado da Educação, Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando a construção de instalações para o Colégio de 2º Grau no município de Iporã.

Sala das Sessões, em 03.08.87

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

O Conselho de Desenvolvimento Municipal de Iporã, reunido em Assembléia Geral realizada no dia 11 de julho, estando em pauta o "Projeto Galha Azul", desenvolvido pela Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, definiu como prioridade naquele Município a construção das instalações para o funcionamento do ensino de 2º Grau.

A escolha desta construção como prioridade número um pela comunidade organizada daquele Município demonstra por si a sua importância e necessidade. Uma cidade do porte de Iporã, contendo um grande contingente de jovens em idade escolar, no nível de 2º Grau, não pode prescindir de uma escola deste nível com bom funcionamento para tanto é imprescindível possuir instalações apropriadas.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO

MUNICIPAL DE IPORÃ

Ofício n. 005/87

Iporã, em 17.07.87

Senhor Deputado.

Pelo presente, encaminhamos a Vossa Excelência cópia do ofício de n. 001/87, endereçado ao Excelentíssimo Senhor Secre-

tário de Estado da Educação, informando a prioridade n. 01 (um) do Projeto Galha Azul, em nosso Município.

Solicitamos a Vossa Excelência o empenho junto aquela Secretaria, para que atenda prontamente o reclame de nossa comunidade.

Sem outro particular, apresentamos a Vossa Excelência, cordiais saudações.

Atenciosamente

José Sorrilha Baladeli

Presidente da Diretoria Provisória

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO

MUNICIPAL DE IPORÃ

Ofício n. 001/87

Iporã, em 17.07.87

Senhor Secretário,

Pelo presente comunicamos a Vossa Excelência que foi desenvolvido em nosso município o Projeto Galha Azul, da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, e, no dia 11 do corrente mês, em Assembléia Geral, foram levantadas as prioridades das necessidades do município e eleito o Conselho de desenvolvimento municipal de Iporã, conforme ato do Executivo Municipal em anexo.

A prioridade n. 01 (um), escolhida pela comunidade, foi a construção de um prédio próprio para o nosso Colégio de 2º Grau.

Solicitamos a Vossa Excelência o pronto atendimento à reivindicação da população Iporãense que há anos, ansiosamente, aguarda esta realização. Assim sendo, queremos ainda solicitar a Vossa Excelência uma audiência com a maior urgência.

Confiança no senso de justiça que norteia a Vossa Excelência, aguardamos, esperançosos a agilização imediata para a realização da referida obra, e apresentamos nossas cordiais saudações.

Atenciosamente

José Sorrilha Baladeli

Presidente da Diretoria Provisória

O Prefeito de Iporã, no uso das atribuições que lhe são conferidas, considerando a implantação do Projeto Galha Azul, no Município.

RESOLVE:

I - Criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal, de acordo com o Convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Iporã - Pr, a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social e o Banco do Estado do Paraná S/A., composto dos seguintes membros:

- 1 - Carlos Donizete Olmo Solana
- 2 - Matilde de Albuquerque Bergamo
- 3 - Enio Salun Schimitti
- 4 - Cassio Murilo Trovo Hidalgo
- 5 - Antônio Hilario Monteiro
- 6 - Antônio Alves Primeiro

- 7 - Leni Muller Silveira
- 8 - Antonio Salvador
- 9 - Carlos A. M. Freitas
- 10 - José Sorrilha Baladeli
- 11 - Cláudio Sorrilha
- 12 - Geraldo Vequiatto
- 13 - Decio Piffer

II - O Conselho terá tempo indeterminado seus membros somente poderão ser substituídos a pedido e o substituto será escolhido pela Comunidade.

III - O Conselho terá como atribuição fundamental a agilização da execução das prioridades apontadas através do Projeto Gralha Azul em Iporã-Pr, servindo de ponte entre a Comunidade e o Poder Municipal.

IV - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Iporã  
em 11 de julho de 1.987  
Prefeito Municipal

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando a destinação de um ônibus ou Kombi, para o transporte de escolares pela Prefeitura de Altônia.

Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1987.

(a) Nelson Vasconcellos.

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Altônia possui uma expressiva população rural, decorrente de sua estrutura rural ser baseada em pequenas propriedades, onde se cultiva principalmente o café e o feijão, culturas que absorvem, grande contingente de mão-de-obra. Portanto, o número de crianças em idade escolar na área rural é muito expressivo.

A designação dos veículos ora solicitados, viria a dar condições às crianças da área rural frequentarem as escolas, diminuindo assim a evasão escolar e também, como consequência, direta contribuiria para a fixação de suas famílias às propriedades rurais. Tanto uma como outra consequência viria ao encontro das necessidades prementes de nosso Estado no combate ao analfabetismo e à evasão rural para as periferias das grandes cidades.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Dr. Ascencio Garcia Lopes,

solicitando providências para a iluminação das quadras e campo de atletismo da Faculdade de Educação Física de Jacarezinho. Sala das Sessões, em 03 de agosto de 1987.  
(a) Luiz Antônio Setti.

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de local doado para a Fundação Estadual Faculdade de Educação Física de Jacarezinho, a qual, com recursos próprios, construiu salas de aula em instalações anexas para o funcionamento da Faculdade.

A referida escola funciona no período noturno e para que comece suas atividades em instalações próprias, após grande luta para conquistá-las, é necessário que se faça a urgente iluminação das quadras e do campo de atletismo. Anexo, encaminhamos orçamento simples, servindo somente como base de custo. MIME - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA.

Ourinhos, 17 de julho de 1987.

À

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE JACAREZINHO.

JACAREZINHO - PR.

#### REF: ORÇAMENTO

Prezados Senhores:

Em atenção à solicitação formulada por Vossas Senhorias, temos o grato prazer de apresentar-lhes abaixo, o orçamento de materiais elétricos e respectiva mão-de-obra, correspondente aos seguintes serviços.

- Iluminação de uma Pista de Atletismo com 14 postes de concreto, toda fiação tubulada com isolamento para 750 V., mureta de comando e proteção geral. Iluminação de 04 Quadras Poli-Esportivas com luminárias a vapor de mercúrio, sendo estas luminárias tipo fechadas, toda fiação da iluminação das quadras serão tubuladas e embutidas, todas as quadras terão mureta de comando individual por setor. Cada quadra terá proteção geral e individual por poste. Todos os serviços serão de acordo com as normas da A.B.N.T., da Cia Luz e Força Santa Cruz, montagem de um Posto de Transformação de 30 KVA, com medição completa.

- Total Geral deste Orçamento - Cz\$ 666.318,20 (Seiscentos e Sessenta e Seis Mil, Trezentos e Dezoito Cruzados e Vinte Centavos).

- Condições de Pagamento - A Combinar.

- Validade deste Orçamento - 15 (quinze) dias a partir desta data.

Sem outro particular, para o momento, subscrevemo-nos, com estima e apreço.

Atenciosamente.

MIGUEL DE MORAES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

É da maior justiça o reconhecimento ao trabalho e a contribuição que o servidor público oferece ao Estado. De modo particular, e com significativa importância, a contribuição que prestam, muitas vezes com o risco da própria vida, aqueles que se ocupam da difícil tarefa de garantir a segurança pública.

Têm, de nossa parte, o maior carinho o policial militar. Devemos saber retribuir ao denodo e dedicação que os valorosos membros da briosa Polícia Militar têm em seu trabalho.

O Senhor Augusto Marques de Sales, 3º Sargento da Reserva Remunerada da Polícia Militar do Estado do Paraná, é um desses companheiros que ao passar para a reserva não tiveram o necessário reconhecimento.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando providências no sentido de que o mesmo seja promovido na reserva, retribuindo a contribuição que aquele militar ofereceu por muitos anos, sendo dezessete deles na função de 3º Sargento, pertencentes àquela briosa corporação.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Diretor do DNER do Paraná, solicitando a construção de obras de infraestrutura no recanto do Km 23 a 24 da Br 467, ligando Cascavel a Toledo. Este local, dotado de fonte natural, de água é ponto de parada para motoristas de caminhões e de automóveis por apresentar fonte de água natural e local de descanso. A construção de obras como estacionamento, acesso e infraestrutura da fonte natural trará maior segurança e conforto aos motoristas que utilizam esta BR.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja en-

viado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Congregação das Irmãs Carmelitas Missionárias do Menino Jesus - Educação Mader Maria Crucifixa, Rua Henri Ballot, 812, em Francisco Alves.

Uma vez aprovado, REQUER, que se dê ciência à ilustre Senhora Helena Ferreira, Presidente da Entidade aludida, e ao Excelentíssimo Senhor Vereador Massachi Mariushi, Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A referida instituição presta excelentes serviços à comunidade local no atendimento aos carentes, que necessitam de cuidados e de carinho. Os recursos ora solicitados em muito ajudarão, pois os que procuram a entidade merecem atenção, e do órgão é exigido correspondência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, sejam enviados expedientes ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando intercessão junto ao MEC a fim de que este efetue o repasse da parcela referente ao gatilho salarial vinculado ao salário educação devido aos estabelecimentos educativos.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

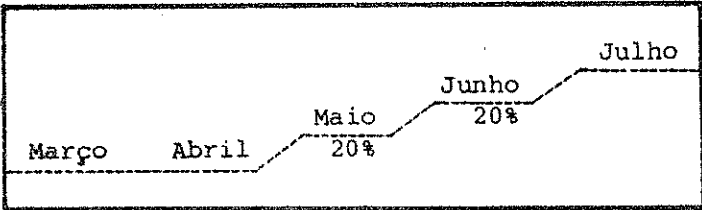
Os estabelecimentos particulares de ensino que mantêm convênio com a FUNDEPAR ressentem-se da falta de adequação dentro do salário educação aos aumentos sofridos com os disparos dos gatilhos. Ocorre que o salário educação não vem acompanhando os aumentos salariais, mesmo que junto às empresas a Previdência Social cobra normalmente os 2,5% (dois vírgula cinco por cento). Isto, em última análise, significa uma retenção indevida, em detrimento da classe trabalhadora. Os estabelecimentos de ensino privados, não suportando o custo de seu próprio quadro de professores, estão na iminência de cancelar o convênio. Milhares de alunos carentes ficam ameaçados de não terem acesso a estas escolas. O Estado não está preparado para absorver este contingente de alunos no segundo semestre deste ano letivo.



TABELA COMPARATIVA - SETOR ECONÔMICO

CURSOS	20%				
	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO
Jardim e Pré Escola	260,00	260,00	312,00	312,00	374,40
1a. a 4a. série	250,00	250,00	300,00	300,00	360,00
Salário Educ.	123,00	123,00	123,00	123,00	123,00
Diferença	127,00	127,00	177,00	177,00	237,00
Déficit	4.953,00	4.953,00	6.903,00	6.903,00	9.243,00
5a. a 8a. série	270,00	270,00	324,00	324,00	388,80
Salário Educ.	123,00	123,00	123,00	123,00	123,00
Diferença	147,00	147,00	201,00	201,00	265,00
Déficit	19.551,00	19.551,00	26.733,00	26.733,00	35.245,00
II Grau	330,00	330,00	396,00	396,00	475,00
Dif. Mens.	24.504,00	24.504,00	33.636,00	33.636,00	44.488,00
					Cz\$ 160.768,00

SALÁRIOS



INFLAÇÃO

Março: Dissídio Coletivo: 14,40%  
Abril: 20,96%  
Maio: 23,21%  
Junho:  
Julho:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Antônio Lopes de Noronha, solicitando a destinação de uma viatura policial para o Município de Altônia.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

O Município de Altônia, de forte expoente populacional, em virtude de em sua estrutura fundiária predominarem as pequenas propriedades, que garantem ainda a este pujante município uma posição econômica de destaque, na Região Noroeste, e até em nosso Estado. Possui o referido Município, em sua jurisdição administrativa, dois distritos de expressivo porte populacional e econômico, o que determina a necessidade de mais uma viatura policial para que se possa garantir a ordem e a segurança da população em condições satisfatórias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Diretor Presidente da ACARPA, Doutor Carlos Antônio Ferraro Biasi, solicitando a implantação dos pro-

gramas de Feira dos Pescados e Feira do Produtor nos Municípios de Xambrê, Pérola, Altônia, Cruzeiro do Oeste, Iporã e Maria Helena.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

Os programas de Feira do Produtor e Feira dos Pescados, desenvolvidos pela ACARPA no Município de Umuarama, vêm proporcionando benefícios de grande relevância tanto aos pequenos produtores e associações de pescadores como aos consumidores daquele Município, seja dando condição aos produtores e pescadores venderem os seus produtos diretamente aos consumidores, evitando assim os intermediários, podendo ter uma melhor remuneração e praticar, ainda, preços mais baixos, atendendo desta forma os consumidores de mais baixa renda, como viabilizando as pequenas propriedades, sem contudo criar qualquer prejuízo ao comércio local.

Os produtores e consumidores dos Municípios solicitantes, circunvizinhos de Umuarama, com a implantação dos referidos programas viriam a obter os mesmos benefícios garantindo assim também aos municípios de municípios de pequeno e médio portes implantação dos programas desta associação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado a Sua Excelência, o Senhor Secretário dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, expediente encarecendo gestões no sentido de efetivas providências para a execução da recuperação do acostamento da PR 151, Rodovia João Chede, trecho Ponta Grossa - Palmeira.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Visa a presente proposição alertar as autoridades competentes das sérias consequências que poderão decorrer caso permaneça aquela rodovia nas condições em que se apresenta, sem oferecer o mínimo de segurança ao motorista e ao pedestre, pondo em risco vidas humanas a todo instante, particularmente por se tratar de rodovia cuja densidade de tráfego é intensa, pois que escoa a produção de municípios de relevância do Estado.

Isto posto, conta o Parlamentar com as imprescindíveis providências daquele Secretário junto ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem, a fim de que a pretensão em apreço venha a se tornar uma realidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes para a pavimentação da estrada que liga Ribeirão Claro a Carlópolis.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

Durante o período de campanha política, foi prometido atendimento de justa reivindicação da população de Ribeirão Claro no que se refere ao asfaltamento ligando aquela cidade a Carlópolis, projeto esse já aprovado pela Secretaria dos Transportes, cujo projeto passa pelo bairro do Barro Preto. Bairro que detém grande produção agrícola e propriedades rurais, contando atualmente com seis escolas primárias instaladas nas imediações.

Nosso apelo ao Senhor Secretário é que se mantenha o projeto inicial desse asfaltamento evitando o desvio do Distrito da Cachoeira, pois mantendo-se o projeto inicial a estrada pavimentada passará somente 3 Km de distância desse Distrito. Sabedores também que o Município irá ser beneficiado por estradas vicinais, contamos com a compreensão para que se faça a união asfáltica do patrimônio da Cachoeira até o limite do trecho por onde irá passar o asfaltamento ora pleiteado e aprovado por

essa Secretaria.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Superintendente da SUREHMA - Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - solicitando a construção de um poço semi-artesiano para o Município de Abatiá.

REQUER, ainda, envio do presente expediente ao Prefeito de Abatiá, Senhor José Soares Nogueira Filho.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

O Prefeito de Abatiá, embuído do mais alto espírito de luta e dedicação, vem prestando relevante serviço ao Município de Abatiá. Contudo, no que se refere ao abastecimento de água para a comunidade o Senhor Prefeito vem encontrando sérias dificuldades. Com o abastecimento defasado em 10.000 l/h a Prefeitura se vê obrigada a fechar o registro geral cinco horas por dia, deixando a população carente desse serviço durante esse período.

Solicitamos, portanto, os préstimos dessa operosa Superintendência para a construção de um poço semi-artesiano a fim de suprir e atender à tão importante causa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Álvaro Dias, instando-o à cobrança do Governo Federal da realização do Programa Especial para o Desenvolvimento do Oeste do Paraná - PRODOPAR.

O débito não saldado pelo Governo da União do Programa criado em março de 1975, normatizado em maio de 1981, e não efetivado nos seus aspectos principais até hoje, justifica a cobrança em causa, através do representante maior dos interesses estaduais.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A criação do PRODOPAR foi uma decorrência da implantação da Usina de Itaipu. Entretanto, passou a constituir não um exemplo positivo das relações de integração e autonomia entre os Governos da União, dos Estados e Municípios, mas, um exemplo do autoritarismo e da concentração de poderes nas mãos do Governo Central.

Mas, o mais grave: um exemplo de ir-

responsabilidade administrativa e política de parte do Governo da União com a utilização de subterfúgios e engodos, quando, reconhecendo a necessidade de ressarcir parte da contribuição do Estado do Paraná no esforço energético brasileiro, o governo federal retirou recursos destinados à recomposição da malha viária na região inundada pela barragem de Itaipu para aplicar na rodovia Paranaguá-Curitiba, recursos que já existiam no programa rodoviário de então.

A diluição artificiosa dos recursos do PRODOPAR não parou aí. O compromisso de desenvolvimento urbano de toda a região afetada foi substituído por um projeto de circulação em avenidas e vias de acesso em Foz do Iguaçu, e na construção de edifícios para a Itaipu Binacional e órgãos ligados aos Ministérios, além de uma infraestrutura de alojamento para os trabalhadores de Itaipu, no interesse exclusivo da empresa.

O prometido desenvolvimento regional, particularmente a assistência técnica e extensão rural a toda a região, acabou sendo apenas um engodo para que o Paraná aceitasse a Usina de Itaipu.

O Programa de Saúde, que teria no Hospital Regional de Cascavel o seu pólo expansivo, acabou não se materializando. Em substituição, foram feitas campanhas muito promovidas de combate à febre amarela, malária, esquistossomose, mistificadoras da opinião pública do seu real alcance.

Os programas de educação, saneamento básico e regularização fundiária foram parcialmente realizados, mas sempre de forma deficiente e sem todas as soluções projetadas.

Em 1984, o Governo Federal decidiu tirá-lo do orçamento e deu por cumprido o que não foi feito.

O requerimento em tela, ao registrar a fraude político-administrativa, pretende enfatizar a dívida da União para com o Oeste do Paraná, e encarecer ao Chefe do Governo paranaense de que, no contencioso Estado-Federação, fomos fraudados e enganados, urgindo a cobrança do que nos é devido.

E hoje, essas dívidas estão a justificar episódicas realizações da Usina de Itaipu em atendimento às necessidades municipais de toda a região, mas não de forma democrática e organizada, e nem como um direito postergado pela irresponsabilidade da União.

Somente a atuação firme e fundamentada do Governo do Paraná junto ao Governo Federal poderá reabilitar a dívida de que o Oeste é credor. Razão deste requerimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Doutor Evaldo Podolan, Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Estado do Paraná, solicitando providências para proceder reparos no Colégio Estadual Luiz Setti, ensino de 1º e 2º graus.

REQUER, ainda, envio de cópia do presente expediente ao Vereador Antônio Felício Demétrio Filho - Câmara Municipal de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

#### JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Luiz Setti necessita urgentemente de reparos, notadamente na instalação elétrica, telhado, sanitários, portas, piso e muros.

Considerando que tais reparos vêm sendo reivindicados há tempos pela direção do referido educandário, que já as levou ao conhecimento da Secretaria do Estado da Educação do Paraná e a essa Fundação, sem nenhuma resposta positiva. Em consequência a cada dia que passa o Colégio tem suas dificuldades aumentadas para o seu pleno funcionamento.

Pede-se, portanto, a adoção de medidas o mais breve possível, resolvendo definitivamente a referida situação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário da Educação, Belmiro Valverde Castor solicitando que o prédio que hoje abriga o Núcleo Regional de Educação retorne a ser ocupado com ensino de 1º grau.

Pede, ainda, envio do presente expediente ao Vereador João Batista Klein - Câmara Municipal de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando o elevado número de crianças em idade escolar que residem na Alameda Padre Magno, Vila Aggêo, Núcleo Residencial Nova Alcântara, Nova Jacarezinho e Conjunto Residencial Anita Moreira.

Considerando que o pioneiro Aggêo Fleury doou terreno para a construção de uma escola, tendo a mesma sido desativada para o funcionamento do Núcleo Regional de Ensino.

Considerando que os pais daquelas crianças estão preocupados, devido à distância daqueles bairros retroelencados das escolas, os quais têm que transportar diariamente seus filhos, dado o longo trajeto para se chegar as escolas, com ruas

bastante movimentadas.

Solicitamos assim, o seu honroso empenho para que o prédio que abriga o Núcleo Regional de Educação seja reocupado, voltando a funcionar como estabelecimento de ensino de 1º grau.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando que, através do PROGRAMA DE RODOVIAS RURAIS, implantado no Governo Álvaro Dias, seja efetuada a ligação asfáltica das estradas intermunicipais como a seguir especificamos: da sede do município de Jardim Alegre até a localidade de Jardim Florestal (no mesmo Município); de Jardim Florestal até o distrito de Godoi Moreira (município de São João do Ivaí); e de Godoi Moreira até o distrito de Tereza Breda (município de Barbosa Ferraz).

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

O PROGRAMA DE RODOVIAS RURAIS, implantado pelo Excelentíssimo Governador Álvaro Dias, é de mais alta importância. Com a planificação e execução do referido programa, visa o Senhor Governador sanar um mal que há muitos anos vem castigando os agricultores, notadamente o médio e o pequeno agricultor, que se ressentem com a precariedade das estradas vicinais as quais, com tempo chuvoso, se transformam em imensos lodaçais, o que impossibilita qualquer tipo de veículo de trafegar.

Sem tráfego, o produtor é impedido de chegar até as estradas pavimentadas para levar o seu produto aos centros consumidores.

Com o asfaltamento da malha viária, os prejuízos dos agricultores - sempre tão sacrificados - serão minimizados, o que por certo se fará sentir na economia do Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando o asfaltamento do acesso rodoviário que liga a BR-272 à localidade de São Domingos, no município de Faxinal.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

O PROGRAMA DE RODOVIAS RURAIS, implantado pelo Excelentíssimo Governador Álvaro Dias, objetiva melhorar a malha viária em todo o Estado do Paraná, o que sem dúvida contribuirá para que a safra seja escoada sem inconvenientes.

No Programa em referência está, com certeza, incluída a melhoria dos acessos a pequenas localidades, como é o caso do acesso a São Domingos que, asfaltado, representará um grande benefício para a população rural.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando o asfaltamento do acesso viário que liga a BR-272 à localidade de Dinizópolis, no município de Faxinal, numa extensão aproximada de seiscentos metros.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

O Plano Rodovias Rurais, implantado no Governo Álvaro Dias, objetiva melhorar as condições da malha viária em todo o Estado do Paraná, o que sem dúvida contribuirá para que o escoamento da safra produzida possa ser feito sem inconvenientes. No Plano em referência está, com certeza, incluída a melhoria dos acessos a pequenas localidades, como é o caso do acesso de Dinizópolis, cujo asfaltamento representará um grande benefício para a população rural.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando o asfaltamento do acesso rodoviário que liga a BR-272 à localidade de Cruz Maltina, no município de Faxinal, numa extensão aproximada de oitocentos metros.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

O PROGRAMA DE RODOVIAS RURAIS, implantado pelo Excelentíssimo Governador Álvaro Dias, objetiva melhorar a malha viária em todo o Estado do Paraná, o que sem dúvida contribuirá para que o escoamento da safra produzida possa ser feito sem inconvenientes.

No Programa em referência está, com certeza, incluída a melhoria dos acessos a

pequenas localidades, como é o caso de Cruz Maltina, asfaltado, representará um grande benefício para a população rural.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando a ligação asfáltica no trecho compreendido e assim especificado: partindo de Ivaiporã, passando pelo distrito de Jacutinga, até alcançar a sede do município de Grandes Rios, numa extensão aproximada de 25 km.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

O fator climático é um fenômeno incontornável que desafia a tecnologia moderna, e tem se constituído na causa de perdas incalculáveis no setor agropecuário.

Por outro lado, existe outro fator que, igualmente, tem contribuído para que os prejuízos no setor agropecuário não sejam menores: é o fator viário, que por sua inexistência e/ou precariedade, dificulta o escoamento da produção agrícola de pequenos e médios agricultores.

Todavia, a última causa apontada, é passível de ser controlada e corrigida, não através do PROGRAMA DE RODOVIAS RURAIS, implantado no Governo Álvaro Dias.

Ao unir nossos esforços aos do Vereador Eliaquim Sérgio Chaves da Conceição (PMDB - Ivaiporã), no sentido de que a ligação asfáltica conforme descrevemos mais acima seja concretizada, nada mais fazemos do que endossar as aspirações de todos os que labutam naquela área, aos quais a ligação asfáltica irá beneficiar.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando o asfaltamento do acesso rodoviário que liga a BR-376 ao distrito administrativo de Mauá da Serra (município de Marilândia do Sul), seguindo até o Parque Industrial instalado naquela localidade, e que beneficiará, entre outras, as seguintes firmas: FELIXAL, ADRA S/A, MINASA, CANORPA, COOPERATIVA AGRÍCOLA DE COTIA e REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A.

O acesso em referência mede aproximadamente 1 km.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente à Presidenta da Provo- par, Primeira Dama do Estado, Senhora Débora Dias, solicitando a esta entidade o fornecimento de duzentas unidades de cobertor para o Hospital São Francisco, dirigido pela Fundação Médica Assistencial dos Trabalhadores Rurais de Ortigueira.

Do aprovado solicita que se dê ciência à Direção do referido Hospital. (Avenida Brasil, 534), e ao Ilustríssimo Vereador Massachi Mariushi, Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Iris Resende, digníssimo Ministro da Agricultura, no sentido de que determine estudos sobre um reajuste no preço mínimo para o café, que se encontra num valor abaixo das necessidades dos cafeicultores.

Do requerido, uma vez aprovado, solicita envio de cópias aos ilustres Senhores Sebastião Bueno, Rua Primeiro de Maio, 107, Nova Olímpia, Daniel das Graças, digno Vereador de Nova Olímpia - Câmara Municipal e ao Vereador Massachi Mariushi, Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expedientes ao Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná e Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão no programa de pavimentação a ser executado pelo Governo do Estado da estrada de ligação entre Vila União ao distrito de Ivaté, no município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS

#### JUSTIFICATIVA:

A região servida pela estrada referida é fundamentalmente composta por pequenas propriedades, com índices de produtividade elevados, sendo responsável por significativa parcela de produção agrícola da região, principalmente café, milho, feijão,

algodão, entre outros.

O grande contingente de produtores rurais que desenvolve suas atividades nesta região, vem enfrentando dificuldades na operacionalidade, em virtude das precárias condições da estrada referida, que em vista de precipitações pluviométricas mais acentuadas, torna-se intransitável, com prejuízos de larga monta à economia da Região e do Estado.

Considerando ainda o alto custo de manutenção da referida estrada, através das patrulhas mecanizadas do Estado e do Município, a sua pavimentação asfáltica traria, a médio prazo, o retorno do investimento e o fomento necessário para a aceleração ainda maior do desenvolvimento da região.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, Requer seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Doutor Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no município de Siqueira Campos, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, Antonio Barbosa do Amaral, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, Requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do município apontado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, Requer seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, doutor Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no município de Ribeirão do Pi-

nhai, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, Sr. Ademar Gonçalves Corrêa, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, Requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do município mencionado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Antonio Lopes de Noronha, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando-lhe a construção de quatro Distritos Policiais nos seguintes locais: Vila Operária, Distrito Iguatemi, Jardim Alvorada e Conjunto Habitacional Herman Moraes de Barros, todos na cidade de Maringá, conforme plano elaborado pela Prefeitura Municipal, cuja cópia e justificativa já se encontram em poder dessa pasta.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ANTONIO BÁRBARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando que o critério para aumento das prestações de casas financiadas pela COHAPAR sejam feitas através de estudos individuais, e não através do disparo automático do "gatilho".

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

A maioria dos trabalhadores brasileiros não vem recebendo aumentos em folha de pagamento referentes aos "gatilhos" que estão sendo disparados em função de uma inflação crescente.

Sendo assim, não tem condições financeiras de pagar os aumentos decretados pela COHAPAR com base nos índices dos disparos do "gatilho", sendo necessário que existam estudos individuais para que os trabalhadores que não receberam os aumentos do "gatilho" não sejam sacrificados.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Guarda Mirim de Guaíra, Rua Osvaldo Cruz, s/n., em Guaíra, PR.

Uma vez aprovado, REQUER seja dada ciência ao ilustre Presidente da Entidade aludida, Senhor Gláucio Luciano Coraiola, e ao Excelentíssimo Senhor Vereador Massachi Mariushi, Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

#### JUSTIFICATIVA:

A referida instituição presta excelentes serviços à comunidade local no atendimento aos carentes que necessitam de cuidados e de carinho. Os recursos ora solicitados em muito ajudarão, pois os que procuram a entidade merecem atenção e do órgão é exigido correspondência.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Associação Comunitária dos Moradores e Amigos de São Jorge do Patrocínio, Rua São Jorge s/n., em São Jorge do Patrocínio.

Uma vez aprovado, REQUER seja dada ciência ao ilustre Senhor Florindo Piovezan, Presidente da Entidade aludida, e ao Excelentíssimo Senhor Sebastião Calixto Barbosa, Líder do Partido da Frente Liberal em Umuarama.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

#### JUSTIFICATIVA:

A referida instituição presta excelentes serviços à comunidade local no atendimento aos carentes que necessitam de cuidados e de carinho. Os recursos ora solicitados em muito ajudarão, pois os que procuram a entidade merecem atenção e do órgão é exigido correspondência.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam formuladas gestões junto ao Senhor Presidente da COPEL, Dr. Francisco Luiz

Sibut Gomide, a fim de que envide esforços visando ampliar o número de funcionários para o atendimento no setor de plantão da COPEL no município de Ortigueira, visto que está a contar com apenas um elemento para atender toda região, o que tem sido insuficiente, levando em conta a demanda de serviços solicitados, na maioria das vezes em locais distantes e que requerem maior espaço de tempo para sua execução.

O fato tem gerado constantes reclamações da população usuária e impedido que aquele órgão possa desempenhar a contento suas atividades, não estando, absolutamente, a corresponder às expectativas, mormente em se tratando de serviço público imprescindível à coletividade.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Álvaro Dias e ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no sentido de ser criada mais uma Vara Criminal da comarca de Bandeirantes.

Referida solicitação se faz em função de que existe em tramitação junto ao Juízo de Direito da comarca de Bandeirantes uma enormidade de processos dificultando o julgamento por um só juiz, como ocorre no momento.

Bandeirantes é uma cidade que possui quarenta e um mil habitantes, é o 29º município do Paraná em arrecadação, possui um parque agro-industrial gerador de riquezas e conta ainda com moradias próprias em fase final de construção para Promotor de Justiça e Juiz de Direito, além de possuir maior movimento forense em relação às comarcas de Jacarezinho e Cornélio Procopio, as quais já foram contempladas com a criação de uma Vara Criminal, contando ainda com uma Faculdade de Agronomia reconhecida no Brasil inteiro.

Finalmente, há que se considerar que esta é uma reivindicação antiga da família forense do povo de Bandeirantes.

Do presente, requer ainda se dê conhecimento à Câmara de Vereadores de Bandeirantes e ao Ilustre Prefeito Municipal de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.



O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional, Dr. Odeni Villaca Mongrue, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão no município de Ribeirão do Pinhal, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, Ademir Gonçalves Corrêa, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda, que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, requer ainda se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongrue, no sentido de viabilizar a construção de cem casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Grandes Rios, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, Edson Silva Lino, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda, que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, requer ainda se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER

seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongrue, no sentido de viabilizar a construção de cem casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Jacarezinho, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, Emmanuel Gonçalves Vieira, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda, que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, requer ainda se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongrue, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Ribeirão Claro, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, Mário Augusto Pereira, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda, que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, requer ainda se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional, Dr. Odeni Villaca Mongrue, no sentido de

viabilizar a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão no Município de Carlópolis, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, José Camilo de Souza, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda, que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, requer ainda se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional, Dr. Odeni Villaca Mongrue, no sentido de viabilizar a construção de cem casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão no Município de Grandes Rios, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, Edson Silva Lino, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda, que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, requer ainda se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional, Dr. Odeni Villaca Mongrue, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão no Município de Siqueira Campos, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, Antônio Barbosa do Amaral, o qual temos certeza tem inte-

resse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda, que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, requer ainda se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongrue, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Quatiguá, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, Epifânio Mocelin Blanco, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda, que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, requer ainda se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional, Dr. Odeni Villaca Mongrue, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão no município de Quatiguá, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, Epifânio Mocelin Blanco, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda, que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, requer ainda se dê conhe-

cimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongrue, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Joaquim Távora, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, Mauro da Silva França, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda, que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, requer ainda se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional, Dr. Odeni Villaca Mongrue, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão no município de Joaquim Távora, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, Mauro da Silva França, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda, que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, requer ainda se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongrue, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Carlópolis, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, José Camilo de Souza, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda, que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, requer ainda se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional, Dr. Odeni Villaca Mongrue, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão no município de Ribeirão Claro, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, Mário Augusto Pereira, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda, que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, requer ainda se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas

pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongrue, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Borrazópolis, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, Rodolpho Haider, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda, que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, requer ainda se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional, Dr. Odeni Villaca Mongrue, no sentido de viabilizar a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão no município de Borrazópolis, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, Rodolpho Haider, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda, que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, requer ainda se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional e

Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongrue, no sentido de viabilizar a construção de cem casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Cambará, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, Miguel Dinizo, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda, que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, requer ainda se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional, Dr. Odeni Villaca Mongrue, no sentido de viabilizar a construção de cem casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão no município de Cambará, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, Miguel Dinizo, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda, que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, requer ainda se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongrue, no sentido de viabilizar a construção de cem casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Andirá, podendo ser firma-

dos os convênios necessários através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, Roberto Simoni, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda, que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, requer ainda se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores de Andirá.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional, Dr. Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de cem casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão no município de Andirá, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, Roberto Simoni, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda, que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, requer ainda se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores de Andirá.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado de Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de cem casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Jacarezinho, podendo ser firmados os convênios necessários através de consulta prévia ao Sr. Prefeito Municipal, Emmanuel Gonçalves Vieira, o qual temos certeza tem interesse na construção das referidas casas, tendo em vista a necessidade de se abrigar as famílias de baixa renda, que ainda não possuem tal benefício.

Do presente, requer ainda se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais deste Legislativo, o incluso expediente, de autoria do "Grande Oriente do Brasil".

Através desse expediente, a Maçonaria expressa sua preocupação com a convivência diária do povo brasileiro com a atual crise social, moral, econômica e política.

Expondo sua proposta, na tentativa de amenizar as mais prementes necessidades da nação, manifestam sua confiança no dever cumprido pelo cidadão brasileiro, em benefício de nossa querida Pátria.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído nos Anais desta Casa, a matéria de autoria do jornalista Roberto Schaitza, sob o título "Cheque em Branco", publicada na quarta página do jornal "Correio de Notícias", do dia 25 de junho de 1987.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa o artigo publicado pelo jornal "Tribuna da Cidade", de sexta-feira, dia 31.07.87, sob o título "Cruzada em libertação da família", de autoria do Reverendo Pedro Luiz de Almeida, do Conselho de Pastores de Apucarana, como reconhecimento do alto valor do assunto exposto.

Outrossim, requer ainda, que se dê ciência da decisão da Casa ao referido Reverendo.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a transcrição nos Anais da Casa do artigo

publicado no conceituado mensageiro "O Paraná", do dia 28 do mês passado, na página 12, sob o título "Ainda existem os que amam", o qual descreve uma pequena parte do grande trabalho assistencial realizado pela Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Requer ainda, que da decisão dos nobres Pares, seja dada ciência aos membros da Igreja Adventista do Sétimo Dia, através da Federação Paranaense da IASD, na pessoa do seu Presidente, Pastor Luiz Lindolfo Fuckner.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 127/87

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º- Fica vedada a alteração de nomes próprios públicos estaduais que contenham nome de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense.

Art. 2.º- A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

PROJETO DE LEI N. 128/87

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º- Fica autorizado o Poder Executivo a criar, no âmbito do Instituto de Previdência do Estado - IPE, o Hospital do Servidor Público.

Art. 2.º- O Hospital do Servidor Público destina-se a atender os servidores públicos estaduais, bem como seus dependentes, e, mediante convênio, os servidores de outras esferas do Poder Público lotados na sua área de abrangência.

Art. 3.º - Para a execução desta lei o Poder Executivo alocará recursos próprios de seus programas de ação social e diligenciará a obtenção de repasses de natureza semelhante do Governo Federal.

Art. 4.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

Diversos outros Estados da Federação, como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e o Estado de Santa Catarina, possuem institutos hospitalares especializados no atendimento ao seu corpo de servidores públicos, os quais se tornaram centros modelares de exercício da arte

da Medicina, além de assegurarem alto padrão de atendimento aos servidores a que se destinam.

O Paraná carece de solução para este problema, como recentemente se observou, suprimindo apenas uma precária cobertura ao seu corpo de servidores mediante o regime de atendimento convencionado por outros hospitais da rede pública ou particulares. Levantaram-se por várias ocasiões, sugestões para estabelecimento de um Hospital do Servidor Público no Paraná, que esbararam porém, na indiferença de alguns ou na má vontade de setores que não se dispunham a cumprir a velha máxima que continua ainda mais atual, segundo a qual "a saúde pública deve ser a suprema lei".

A categoria dos servidores públicos estaduais ultrapassa, com seus dependentes, uma população de meio milhão de almas que, acrescida dos servidores federais em exercício no Paraná, mais os servidores municipais do território do Paraná, chega com facilidade à casa das setecentas mil pessoas. Tão vasta representação de nossa gente está a merecer atenção mais concentrada das autoridades, quanto ao atendimento hospitalar.

Ademais, as fontes de recursos para implantação e operação dessa unidade hospitalar estão desde logo disponíveis por força das contribuições legais que os servidores e o empregador (no caso o Estado do Paraná), fazem ao Instituto de Previdência do Estado. Essa entidade pública inclusive se beneficia atualmente de uma gestão de alto nível de eficácia, conduzida que vem sendo conforme critérios empresariais apregoados, o que por certo deve ter preservado fortemente sua capacidade de investir. Curitiba, como de resto todo o Estado do Paraná, clama por falta de leito hospitalar.

Tais fundamentos justificam a amplitude do projeto em tela, ademais do que ele é autorizatório para a autoridade executiva, nos termos da Carta Política vigente.

Somamos cinquenta e quatro Srs. Deputados nesta Casa de Leis que, unidos, posteriormente, sob a orientação segura do Excelentíssimo Sr. Governador Álvaro Dias e sua eficiente equipe de trabalho, com amor e persistência, não irão dispersar. Estamos lançando a semente que irá conduzir desde a idéia inicial, até sua efetiva conclusão.

É assim que vamos tornar realidade um hospital para o servidor público do Paraná, para orgulho daqueles que sonham dos que sonharam e daqueles que irão receber esta realidade num futuro muito próximo.

PROJETO DE LEI N. 129/87

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º- Fica denominada "Escola Estadual Maria Flora Scaramella Moreira - Ensino de 1.º Grau", a Escola Estadual do DER - Ensino de 1.º Grau, localizada no Município de Piraí do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

A medida que estamos propondo, denominando de Escola Estadual Maria Flora Scaramella Moreira - Ensino de 1º Grau a Escola Estadual do DER - Ensino de 1º Grau, de Piraí do Sul, pretende homenagear a professora, educadora e grande figura humana, Maria Flora Scaramella Moreira, natural de Piraí do Sul.

Tendo em conta o significado da matéria, confiamos contar com o apoio dos nobres Pares.

CURRÍCULUM VITAE

Nome: MARIA FLORA SCARAMELLA MOREIRA

Data de Nascimento: 03.11.1949.

Localidade: Piraí do Sul - PR.

Filiação: Daniel Pedro Scaramella e Norma Ludovica Maria Ercole Scaramella.

Sexo: Feminino

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Casada

Nome do Cônjuge: Ari Cezar Moreira

Número de Filhos: 3 (Carolina, Daniel e Mariana).

Residência: Rua Alfredo Moreira, 452

Telefone: 37-1373

Carteira de Identidade: 683.813

Título de Eleitor: 5443 - Secção: 9ª

Zona: 27ª Estado - PR.

Religião: Católica Apostólica Romana

Carteira Profissional: Registro MEC - L n. 35023.

FORMAÇÃO:

1.º Grau: Primário - Ano: 1960 - Escola Santa Marcelina.

Ginásio - Ano: 1964 - Colégio Jorge Queiroz Netto.

2.º Grau - Normal Colegial - Ano: 1967 - Escola Normal Colegial Nossa Senhora de Lourdes.

Colegial de Comércio - Ano: 1967 - Colégio Estadual de Piraí do Sul.

SUPERIOR: Letras - Português/Inglês e suas Literaturas - Ano: 1972 - Faculdade: Universidade Católica do Paraná.

OUTROS CURSOS:

- Curso de Inglês - Ano: 1977 - Centro Cultural Brasil-Estados Unidos.

- Comunicação - Ano 1971 - Dir. Acad. Jackson Figueiredo.

- Matéria e Forma do Conto - Ano 1970 - Universidade Católica do Paraná.

- Fenômenos Parapsicológicos de Conhecimento - Ano 1970 - Universidade Católica do Paraná.

- Correspondência Comercial - Ano: 1973 - SENAC.

- Aperfeiçoamento para Docentes do Ensino de 1.º Grau em Comunicação em Língua Nacional - Ano: 1975 - SEEC - CETEPAR.

- Encontro de Atualização sobre a Lei 5692 e demais instrumentos legais - Ano: 1975 - SEEC - CETEPAR.

- Atualização para Docentes de 2.º Grau em Mecanismos de Implantação dos Municípios da Expansão IV - Ano: 1979 - SEEC - CETEPAR.

- Atualização e Integração Social - Preparação à Maternidade - Puberdade e Adolescência - Juventude e Integração Social - Higiene Mental para Maternidade e Paternidade - Ano: 1976 - Prefeitura Municipal de Piraí do Sul e Escola Normal Colegial Nossa Senhora de Lourdes.

- Aperfeiçoamento em Metodologia de Quinta à Oitava Séries - Ano: 1982 - SEEC - CETEPAR.

LOCAIS DE TRABALHO:

- Colégio Estadual Jorge Queiroz Netto - Ano: 1973 a 1987 - (Aulas de Português e Inglês).

- Escola Professor Leandro Manoel da Costa - Ano: 1979.

- Escola Normal Colegial Nossa Senhora de Lourdes - Ano: 1973 a 1978 (Aulas de Português).

- Escola Santa Marcelina - Ano: 1985 - (Aulas de Inglês).

PROJETO DE LEI N. 130/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º- Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE CARIDADE DE CANTAGALO, com sede e foro naquela Cidade.

Art. 2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora desejamos declarar de Utilidade Pública, "Associação das Senhoras de Caridade de Cantagalo", devidamente registrada em cartório competente desde 08 de outubro de 1984, tem por finalidade desenvolver ações que concorram pa-



ra o atendimento geral e simultâneo do corrente.

PROJETO DE LEI N. 131/87  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º- Fica declarado de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CANTAGALO, com sede e foro no mesmo Município.

Art. 2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cantagalo, entidade sindical de primeiro grau, com sede e foro na cidade de Cantagalo e base territorial no Município de Cantagalo, Estado do Paraná, é constituído para fins de coordenação, proteção e representação legal da categoria profissional - trabalhadores rurais - integrantes do Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, com o intuito de colaboração com os poderes públicos e demais associações, tudo no sentido da solidariedade social e de sua subordinação aos interesses nacionais.

São seus deveres, ainda, manter serviços de assistência judiciária para os associados, promover a conciliação nos dissídios coletivos ou individuais de trabalho, promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito e fundar e manter escolas de alfabetização e pré-vocacionais.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 132/87  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º- O Distrito de Luz Marina, integrando atualmente o Município de Toledo, fica anexado ao município de São José das Palmeiras.

Art. 2.º- O Distrito de Luz Marina obedecerá às seguintes divisas: "Começa na nascente do Córrego Arapongas, por este até o Rio Santa Quitéria, por este acima até a foz do Arroio Água Muda, por este acima até sua nascente, ligando-se ao Rio Central, passando pelo Rio Iguatemi, seguindo por linha seca, linha Preciosa, por esta segue até o Rio São Francisco Falso - braço norte - por este abaixo até a foz do Córrego Apepu, por este até a nascente do Córrego Arapongas.

Art. 3.º- Far-se-á plebiscito entre os moradores sobre a anexação do Distrito de Luz Marina ao Município de São José das Palmeiras, em local e data determinados pelo Poder Judiciário, que o presidirá.

Art. 4.º- Revogam-se as disposições em contrário, e esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

Encontra-se a documentação necessária para a tramitação deste projeto, no Projeto de Lei n. 174/86, em anexo, que estava arquivado nesta Casa de Leis.

"OFÍCIO N. 102/86.

Curitiba, 29 de janeiro de 1986.

Senhor Primeiro Secretário:

Servimo-nos do presente para solicitar de Vossa Excelência a retirada e arquivamento do Projeto de Lei n. 174/86, de minha autoria, que dispõe sobre a anexação do Distrito de Luz Marina ao Município de São José das Palmeiras - PR.

No aguardo de providências de Vossa Excelência, aproveito o ensejo para externar meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

(a) EDILSON ALENCAR BARBOSA  
Deputado Estadual

Excelentíssimo Senhor  
Deputado ANIBAL KHURY  
DD. Primeiro Secretário desta  
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
N/EDIFÍCIO."

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

"OFÍCIO N. 126/86

Curitiba, 09 de dezembro de 1986.

Senhor Deputado:

Venho através do presente, solicitar a Vossa Excelência se digne atender ao requerido pelo Deputado Trajano Bastos, Relator do Projeto de Lei n. 174/86, de sua autoria.

No aguardo da habitual atenção de Vossa Excelência, apresento os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

(a) TADEU LÚCIO MACHADO  
Presidente

Excelentíssimo Sr. Deputado  
EDILSON ALENCAR  
N/CASA."

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 174/86

P A R E C E R:

Senhor Presidente.

Na qualidade de relator do Projeto de Lei n. 174/86, de autoria do nobre Deputado

do Edilson Alencar, que dispõe sobre a anexação do Distrito de Luz Marina ao Município de São José das Palmeiras, solicito que o mesmo seja convertido em diligência junto ao Instituto de Terras e Cartografia e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

De posse das informações daqueles Órgãos, esta Comissão de Constituição e Justiça estará em condições de expor seu Parecer.

É o requerimento.

Sala das Comissões, em 09.12.86.

(aa) Tadeu Lúcio Machado

Presidente

Trajano Bastos

Relator

# PROJETO DE LEI N. 174/86

SÚMULA: Anexa o Distrito de Luz Marina ao Município de São José das Palmeiras.

Art. 1º- O Distrito de Luz Marina, integrando atualmente o Município de Toledo, fica anexado ao Município de São José das Palmeiras.

Art. 2º- O Distrito de Luz Marina obedecerá às seguintes divisas: começa na nascente do Córrego Arapongas, por este até o rio Santa Quitéria, por este acima até a Foz do Arroio Agua Muda, por este acima até a sua nascente, ligando-se ao Rio Central, passando pelo Rio Iguatemi, seguindo por linha seca, linha Preciosa, por esta segue até o Rio São Francisco Falso - braço do norte, - por este abaixo até a Foz do Córrego Apepu, por este até a nascente do Córrego Arapongas.

Art. 3º- Far-se-á plebiscito entre os moradores sobre a anexação do Distrito de Luz Marina, ao município de São José das Palmeiras, em data e local determinados pelo Poder Judiciário, que o presidirá.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário, e esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.08.86.

(a) EDILSON ALENCAR

Deputado Estadual

## JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Luz Marina foi criado pela Lei Municipal n. 580/70, de 23 de outubro de 1970. Essa unidade administrativa se compõe de sede, glebas e linhas, com área territorial aproximada de 85,76 km, e população de 5.347 habitantes, entre crianças e adultos.

Situado em terreno de topografia acidentada, o Distrito de Luz Marina conta com os seguintes povoados e linhas: Pingo de Ouro, Gleba Nova, Piracema, Santa Quitéria, Corvo Branco, Gameleira, Aparadão, Santa Mariana, Fazenda Sol de Maio, Jacaratiã, Jacutinga, Primavera e outros.

Trata-se de legítima aspiração da população do Distrito, em virtude do problema das distâncias em relação à sede do Município de Toledo 48 km e à sede do Município de São José das Palmeiras 2 km.

A anexação do Distrito de Luz Marina ao Município de São José das Palmeiras trará, por isso mesmo, muitas e inequívocas vantagens para a população, quando necessitada de deslocar-se para a sede municipal, a fim de atender a interesses variados. Não se gastarão tempo e dinheiro em viagem de 48 km, quando essa viagem, depois da anexação, será de menos de 2 km.

A reivindicação está expressa no abaixo-assinado, que juntamos ao Projeto de Lei, com cada uma das firmas reconhecidas no Tabelião local, cuja população deseja a realização de um plebiscito, que comprovará a vontade, talvez, de sua totalidade, quanto à transferência de Município.

Anexamos também um quadro expositivo sobre o Distrito de Luz Marina, a fim de melhor esclarecer os Senhores Deputados.

Trata-se de matéria constitucional, reforçada pela manifestação da vontade livre e soberana dos habitantes do Distrito de Luz Marina, razão pela qual estamos certos não encontrará qualquer óbice para a sua aprovação por parte dos Senhores Deputados.

## PROJETO DE LEI N. 133/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### D E C R E T A:

Art. 1º- Fica criado o Município de Santa Tereza do Oeste, com território desmembrado dos Municípios de Cascavel, Toledo e Céu Azul, com sede na localidade de Santa Tereza, que passa a denominar-se Santa Tereza do Oeste, com as seguintes divisas:

- começa às margens da BR-277 na nascente do Rio Butu, pelo qual desce até o ponto de divisa entre os lotes 161-162 e posteriormente pela divisa entre os lotes 38-37 atingindo aí o Rio São Francisco Falso Braço Norte, divisa dos lotes 3-5 da Gleba n. 3 da Colônia São Francisco e por esta linha de divisa até a divisa dos lotes 2-4 da mesma Gleba, pela referida divisa até alcançar o Arroio Vital Brasil, subindo por este pela sua margem esquerda até a divisa dos lotes 10-11 da Gleba n. 3 da Colônia São Francisco, e por esta divisa até encontrar a estrada OT-338, seguindo por esta estrada até a divisa dos lotes 22-23 da Gleba n. 3 da Colônia São Francisco, seguindo pela linha divisória dos referidos lotes até alcançar o Rio Central, subindo por este até a foz do Córrego Separação, descendo por este Córrego até alcançar a estrada OT-103, e por esta

estrada até alcançar o Rio São Francisco, por este abaixo até a foz do Rio São Martin ou da Casa, por este acima até a sua nascente de onde segue por uma linha seca sentido sudoeste até encontrar o Rio Central e por este acima até sua nascente direita, de onde por uma linha seca alcança a cabeceira do Córrego Saltinho e por este Córrego descendo pela sua margem direita até a foz do Arroio Formoso, subindo pelo Arroio Formoso pela sua margem esquerda até a foz de seu primeiro afluente pela margem direita e por este Córrego em direção a sua nascente, e daí em linha reta até a nascente do Córrego Gramadinho, e por este Córrego pela sua margem direita até a sua foz no Rio da Paz, descendo por este Rio pela sua margem direita até a foz do Córrego Mangabeira, e pelo Córrego Mangabeira, subindo pela sua margem esquerda até a foz do Córrego Mamangava, e por este Córrego subindo até a foz do Córrego Musambinho, e por este Córrego até sua nascente esquerda seguindo daí em linha reta em direção à nascente do Córrego Branco ou São Lourenço, atravessando a PR-182 e por este Córrego descendo pela sua margem direita até a sua foz no Rio Gonçalves Dias e por este Rio acima até a foz do Córrego Jumelo, e por este Córrego pela sua margem esquerda até sua nascente, de onde alcança a BR-277 pela qual segue em sentido Foz do Iguaçu até confrontar a cabeceira do Rio Butu; ponto de partida.

**MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZA DO OESTE.**

- ao Norte, com o ponto de partida na Quadra n. 134, pela BR-277, em direção Oeste até encontrar a Quadra n. 1; daí em direção Sul, pelo Rio Gonçalves Dias, descendo até a confluência do Arroio Melo Nunes, por este à Leste até encontrar a estrada que vai à Capanema, daí até a Quadra n. 224 em linha reta à Este até a Quadra n. 277, por esta, em rumo Norte, até a Quadra n. 183; à Este novamente até a Quadra n. 213, partindo daí, em rumo Norte até o ponto de partida.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI

DAVID CHERIEGATE

GERNOTE KIRINUS

Apoio: Raul Lopes, Nelson Vasconcellos e Pirajá Ferreira.

**PROJETO DE LEI N. 135/87**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica estabelecida a gratuidade nas Universidades Estaduais do Para-

ná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 03 de agosto de 1987.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

**JUSTIFICATIVA:**

O ensino público e gratuito em todos os níveis é uma questão de princípio para todos os que estão comprometidos com a Educação.

O modelo educacional implantado em nosso País com o conhecido acordo MEC-USAID, privilegiou o ensino privado, que hoje responde por 80% das vagas nas Instituições de Ensino Superior.

O Estado tem o dever de oferecer acesso à Educação para todos. Assim, não vemos porque devemos manter universidades pagas. O Estado de São Paulo mantém três das melhores universidades brasileiras, a USP, a UNICAMP e a UNESP, com um ensino qualificado e gratuitas. Nas Universidades federais o ensino não é pago. Não sendo justo que em nosso País haja sistema diferenciado para os que frequentam bancos universitários, isto é, enquanto uns nada pagam, outros deixam, às vezes, de concluir um curso superior por falta de recursos financeiros.

Houve época em que esse ensino era de graça. Inclusive o atual Governador Álvaro Dias cursou, gratuitamente, a então Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina.

A medida que estamos propondo pretende assegurar que de fato e de direito, todos os brasileiros do Paraná possam, independentemente de condições econômicas, ter acesso ao ensino superior.

**PROJETO DE LEI N. 136/87**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de utilidade Pública o Centro de Recuperação Vida Nova - CERVIN - com sede e foro na Cidade de Rolândia neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) HOMERO OGUIDO

**JUSTIFICATIVA:**

O Centro de Recuperação Vida Nova é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos e que desenvolve atividades das mais louváveis na época atual, ou seja: a recuperação de jovens toxicômanos, alcoólatras e delinquentes.

Adota como método principal de ação, na recuperação de seus pacientes, a terapia ocupacional, visando a reintegração dos mesmos à sociedade.

Fundada em 1985, já deu atendimento a

mais de duzentas pessoas, alcançando o elevado índice de 70% de resultados positivos.

Pelo exposto, e pelos demais dados contidos no relatório de atividades, em anexo, achamos justa e oportuna a proposição do presente plano de lei, para o qual encarecemos o apoio dos nobres Pares.

**Projeto de Lei Complementar:**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 134/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - O artigo 129, da Lei n. 6174, de 16.11.70, fica acrescido de mais um inciso, com a seguinte redação:

"III - O tempo de serviço público estadual prestado aos demais Estados da Federação."

Art. 2º - O inciso I, do artigo 130, da Lei n. 6174, de 16.11.70, passa a ter a seguinte redação:

"I - O tempo de serviço público federal e municipal."

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ANIBAL KHURY

**JUSTIFICATIVA:**

O Projeto de Lei Complementar ora apresentado é de indiscutível sentido de justiça, pois visa estender aos funcionários que prestaram serviço por um determinado período em outros Estados da Federação as vantagens dispostas no artigo 129, da Lei n. 6174/70.

Tendo em vista o princípio constitucional da isonomia, este Projeto de Lei Complementar vem eliminar o elemento "discrimen" entre os funcionários que prestaram serviço aos demais Estados da Federação.

A medida proposta, tenho certeza, contará com a total aprovação dos nobres Pares com assento neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Finda a leitura do Expediente, concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado José Rogério Carvalho.

(Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra, ao Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, seguinte orador inscrito.

(Declina).

Havendo declinado, concedo a palavra,

ao Senhor Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Ocupamos esta Tribuna para, de público, demonstrar a nossa estranheza por certas atitudes que estão sendo tomadas por alguns Assessores de Sua Excelência, o Governador Álvaro Dias.

Esta Casa discutiu com profundidade Projeto de Lei de nossa autoria de número 04/87, que autorizava o Poder Executivo a instituir como modalidade da Loteria Estadual, Concurso de Prognósticos sob o Resultado de Sorteio de Números, em outras palavras, a Loto Estadual ou LOTOPAR.

Discutido exaustivamente, esse nosso Projeto teve a aprovação desta Casa de Leis foi à sanção de Sua Excelência o Senhor Governador Álvaro Dias, que assim agiu: sancionou o nosso Projeto, que recebeu o número 8.521, Lei n. 8.521. O que nós estranhamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que, tanto na sanção quanto na regulamentação do Projeto, só aparecia o Senhor Nassib Jabur, Chefe da Loteria Estadual!

"O Governo do Estado do Paraná implanta a Loto Estadual".

Mas, não fizeram menção a esta Casa de Leis! Nas notícias divulgadas nada se falou com relação às discussões que esta Casa realizou para a aprovação desse Projeto, o qual teve a análise e o estudo deste Deputado, que levou mais de noventa dias pesquisando, para apresentar esse Projeto de Lei que hoje é estampado em manchetes de todo o Brasil, como um Projeto oriundo da Assessoria do Governador do Estado do Paraná.

Em todo o Brasil, sim, porque no Rio de Janeiro o seu Governador já mandou uma mensagem à Assembléia criando a Loto Estadual do Rio de Janeiro, em Minas Gerais já estão criando a Loto do Estado de Minas Gerais!

Nós aqui no Paraná somos os pioneiros. O resultado advindo da implantação desta Lei será destinada a entidades sociais, desportistas e educacionais.

Gostaríamos, então, de deixar clara a nossa estranheza porque sabemos da sensibilidade de Sua Excelência o Governador do Estado do Paraná, que ele por si só não teria interesse em atribuir a sua Assessoria a autoria desta lei e deste projeto. Mas os seus Assessores, eu não sei se de maneira proposital ou por incompetência, nas manchetes dos jornais só destacavam "Governo do Estado do Paraná Cria a LOTOPAR", sem fazer menção ao autor desta Lei, nem a esta Casa de Leis, os verdadeiros autores deste Projeto!

Muito obrigado, Senhor Presidente,

muito obrigado, Senhores Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio).

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior, inscrito.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputadas Irondi Pugliesi, Vera Agibert, Assessoria e pessoas que nos visitam e participam dos trabalhos na Assembléia Legislativa.

Senhor Presidente. Iniciamos mais um semestre de muita luta, mais um semestre de muita dedicação por parte desta Casa de Leis, representada por ilustres Deputados das mais diferentes regiões deste Estado. E ocupamos, no Pequeno Expediente, Senhor Presidente, esta tribuna para saudar aqueles que foram o elo de ligação entre o povo e o Executivo Estadual.

Muito se fez nesses trinta dias de recesso desta Augusta Casa de Leis. Descansamos sim, mas carregando pedra. Na minha região ao lado do Deputado Ferrari Júnior, ao lado do Deputado Antônio Bárbara e ao lado também do Deputado José Alves, da Bancada do PDT. Unimos as nossas forças para que a nossa microrregião - a de número 9 - seja e continue sendo bem representada na Assembléia Legislativa.

Hoje, ilustres companheiros, vamos a Brasília e amanhã, durante todo o dia, estaremos reunidos com os Ministros da Área econômica, os Ministros do nosso Partido, PFL, para debatermos os problemas que angustiam a classe empresarial, os agricultores, para que tiremos o país do atoleiro. Levaremos sim, a Brasília, a proposta de um governo de coalizão, por entendermos que neste momento para salvarmos a dignidade deste povo, precisamos unir as nossas forças. É preciso que todos os Partidos unidos, coesos, homogêneos, caminhem um só caminho: o da liberdade, o da democracia plena, porque, se vivemos num período de transição, necessário se faz que essa transição seja feita por todos os partidos e todas as agremiações.

O Paraná leva a proposta do Governo de coalizão, para que o PT, o PMDB, o PDT, o PFL, enfim todos os partidos unidos, formando uma só corrente, tirem o Brasil deste atoleiro em que se encontra no presente momento.

Estas são as nossas palavras de esperança e de fé, também, Senhores, num Paraná e num Brasil melhor.

Para encerrarmos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, entendemos que este Governo de coalizão de todos os partidos a frente do Governo Federal, com Conselhos em cada um dos Ministérios, seria uma grande opção de democracia e de desprendimento.

Obrigado Senhor Presidente. Obrigado Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao iniciarmos o segundo semestre de 1987 quero saudar todos os Senhores Deputados, os funcionários deste Poder Legislativo, a Imprensa do Paraná e os Senhores presentes. Gostaríamos de levar ao conhecimento deste Poder Legislativo que através de contatos mantidos com os ilustres Senhores Secretário da Fazenda e Presidente do Banco do Estado do Paraná, juntamente com este Deputado, preocupados evidentemente com a crise por que passaram os empresários do Paraná e do Brasil inteiro. Apresentamos uma proposta que vem ao encontro das aspirações dos empresários de nosso Estado. A proposta que fazemos é de pedir ao Governador Álvaro Dias para que faça uma avaliação, porque acho que este é aumento importante para auxiliarmos os empresários paranaenses.

A proposta é de que a Secretaria da Fazenda faça um levantamento de todas as empresas paranaenses, quanto ao recolhimento de seu ICM durante um trimestre e, a partir deste trimestre, seja efetuado um levantamento e um estudo da viabilidade de ser repassado o percentual do valor do trimestre, em conta ao cliente do Banco, através de um capital de giro.

Uma empresa que recolhe mensalmente cem mil cruzados de ICM, num trimestre ela estaria recolhendo Cz\$ 300 mil.

Desse modo, se assim bem o entender o Secretário da Fazenda e o Presidente do Banco, com um repasse de 30% deste valor, evidentemente as empresas teriam um capital de giro no valor de CZ\$ 90 mil em conta corrente para atender as suas necessidades.

Esta proposta, evidentemente, terá que ser lapidada da melhor forma possível, mas entendo que nós encontramos a solução para acabar com as empresas fantasmas do Paraná e acabarmos de vez, com a sonegação de ICM do Paraná, porque quanto mais recolhimentos fizerem as empresas, mais capital de giro terão através do Banco do Estado do Paraná, com juros subsidiados. E, não ficando só nisso, passariam as empresas a recolher religiosamente, no Banco do Estado do Paraná, onde estariam credenciadas a receber esse benefício através do ICM.

Era isso Senhor Presidente, e na certeza, na confiança que temos no Governador Álvaro Dias e nos seus Secretários de Estado, nós haveremos de trazer as soluções aos grandes, pequenos e médios empresários

do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio)- Ainda dentro do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio. Solicito aos Senhores Deputados, mais atenção aos Senhores Deputados que se encontram na tribuna.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupamos a tribuna desta Casa, para mais uma vez, relatar fatos lamentáveis que estão acontecendo principalmente na área da segurança, e principalmente na Região Metropolitana de Curitiba.

Venho denunciar uma possível discriminação por parte de Sua Excelência, o Senhor Secretário da Segurança Pública, em relação aos Municípios da Região Metropolitana. Nestes trinta dias de recesso desta Casa, pude eu percorrer os diversos municípios, e constatar a precariedade na área da segurança, nas Delegacias da nossa Região Metropolitana. Pude verificar o trabalho difícil que tem a Polícia, primeiro para, num trabalho preventivo quanto à criminalidade e, segundo, para ter condições de combatê-la.

Pudemos observar Delegacias caindo aos pedaços, delegacias onde há viaturas sem condições de serem utilizadas, delegacias com falta de pessoal e delegacias sem possibilidades de dar condições aos funcionários para que possam trabalhar.

Lamentavelmente, esta constatação, nós a fazemos e não apenas nós, mas também um bom número de Vereadores desses Municípios, se manifestaram em função desta situação fazendo as mesmas cobranças a Sua Excelência o Secretário da Segurança Pública.

Tenho em mãos, por exemplo, um Ofício da Câmara Municipal de Mandirituba, assinado pelo Vereador Luiz Carlos S. Laudino, e pelos demais Vereadores daquela Casa, Odemar Orlando Albrich, Paulo Hamilton Tortatto, Anésio Gouveia, Stefano Grazinski, Jordão Gregório Barbosa, trazendo ao meu conhecimento a situação precária do vizinho Município de Mandirituba, que clama por uma melhor segurança.

Na sede do Município, com 8 mil habitantes, 4 mil eleitores, trinta e dois estabelecimentos industriais, com apenas um suplente de Delegado, e em uma Delegacia com apenas duas celas e uma viatura com poucas condições de uso. Esse mesmo quadro se verifica em Contenda, em Campina Grande do Sul, em Quatro Barras, em Colombo, em Piraquara, em Almirante Tamandaré, Cerro Azul, Rio Branco do Sul, Bocaiúva do Sul.

Esta situação nós constatamos em toda a Região Metropolitana de Curitiba, com

Delegados sendo obrigados inclusive a mendigar junto aos industriais do município, para poder abastecer a viatura policial, evidentemente, quando ele tem esta viatura, ou então, mendigando junto ao comércio, batendo à porta do prefeito, pedindo dinheiro para poder comprar o combustível a fim de que a polícia possa dar atendimento à população daquele município.

Mais uma vez fazemos da Tribuna desta Casa, muito embora já tenhamos enviado vários requerimentos a Sua Excelência o Senhor Secretário da Segurança Pública, pedindo para que seja dado atendimento a região metropolitana que tem sido discriminada por S. Exa. no atendimento às suas delegacias, em precárias condições.

Por isso apelo à liderança do PMDB, e também aos parlamentares do PMDB, para que cobrem de Sua Excelência o Secretário de Segurança Pública, mormente aqueles que têm liderança nos municípios da região metropolitana.

Não podemos aceitar, não podemos permitir que esse descaso continue se verificando, que essa discriminação com os municípios da região metropolitana continue acontecendo, onde o povo clama por segurança, onde Delegado vai mendigar perante o comércio, a indústria, vai bater à porta do prefeito para pedir dinheiro para poder manter a sua Delegacia funcionando. Onde existe também, e denuncio aqui um comportamento nada exemplar, um comportamento estranho até Senhor Presidente e Senhores Deputados, também da Polícia Militar que agora num atrito mais flagrante, onde os policiais militares que prestam serviços nessas Delegacias, não atendem o público nas delegacias da região metropolitana. E segundo a informação há uma determinação superior para que os policiais não atendam a parte administrativa destas delegacias.

Realmente é um quadro triste, é um quadro de precariedade que se verifica na área de segurança na região metropolitana de nossa Curitiba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. (Lê):

"No mês de junho, assentado em um forte aparato jornalístico que incluiu até rede nacional de rádio e televisão, o Senhor Presidente da República comunicou à nação que, todos os débitos contraídos em forma de crédito rural em 1986, seriam isentos da correção monetária. A medida, mais do que justa, eliminava o fantasma da

inadimplência elevada do setor e, em muitos casos, assegurava a própria sobrevivência econômica dos agricultores.

O anúncio foi procedido da Resolução nº 1352, do Banco Central, em 1º de julho de 1987, que emoldurou com clareza meridiana e fidelidade invejável os efeitos da promessa oficial.

Ora, não é novidade que o agricultor tem tido, sempre, necessidade de pedir aos bancos mais dinheiro do que lhe oferece a insuficiente razão do crédito rural oficial. Aliás, este procedimento tornou-se uma praxe anual: completar o crédito favorecido com uma parcela paga a juros de mercado.

Entretanto, o problema do suprimento complementar sempre esbarrou nas garantias do empréstimo: o agricultor oferecia o melhor do seu patrimônio - quando não era a totalidade como garantia do crédito oficial, e depois, pouco ou nada tinha a oferecer em garantia para respaldar o complemento.

O Manual de Crédito Rural nº 37, do Banco Central, idealizou, então, um crédito rural que não é crédito rural. Por esse regulamento, o banco fornece dinheiro para o agricultor, restringindo a aplicação na destinação rural fixada, recebe como garantia a safra, usa dos instrumentos específicos de crédito rural, mas o empréstimo não é rural: é tal qual um filho bastardo, a quem não reconhece a filiação. Tudo isso porque, o empréstimo é feito "com dinheiro próprio do banco", e não com aquele destinado ao crédito oficial.

A verdade é que a idéia distorce todo o ordenamento legal aplicável aos empréstimos dessa natureza. O crédito rural, regulamentado por lei, classifica-se pela finalidade a que se destina o dinheiro, e não pela sua origem bancária.

A propósito, diz a Lei nº 4829/65, art. 2º, ainda em vigor:

"Considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de créditos particulares a produtores rurais ou a suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados na legislação em vigor".

Pela forma como os bancos privados vêm exigindo a devolução dos créditos rurais, os agricultores estão diante de uma dupla situação constrangedora: antes, contraíram empréstimos a juros baixos, em uma época que o Cruzado "tinha de dar certo"; depois, como não deu certo, receberam a conta de acréscimos insuportáveis; e, por fim, se vêem cobrados de um débito ilegal, de forma coercitiva.

A síntese da história é o seguinte: no peito, os agricultores tem a espada; às

costas, um abismo profundo.

É necessário e urgente, pois, a intervenção do Governo Federal, até para afastar o espectro do alto índice de inadimplência do crédito rural, no sentido de compelir as instituições bancárias a enquadrarem-se nas condições da lei. A medida evitará a falência de milhares de agricultores, e uma enxurrada de demandas.

Agora, tão importante quanto a ação do Governo, é que os Sindicatos Rurais alertem os agricultores do seu direito legal. É hora de dar um basta a esta situação de descalabro. É hora de respeitar quem efetivamente produz, alvo, aqui, da incontida sanha de lucro dos bancos". (Termina de ler).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Concedo a palavra ao seguinte orador inscrito, Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, por cinco minutos.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Quero dar um abraço a todos os Senhores Deputados, no início dos trabalhos do segundo semestre deste ano, e dizer aos Senhores que me parece que teremos a sequência da CPI da Corrupção de Paranaguá, como também uma futura CPI composta pelos Deputados Raul Lopes, Erondy Silvério e Algaci Túlio, sobre o futebol do Paraná.

A Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa se reúne amanhã com os médicos legistas para debater a problemática do Instituto Médico Legal, do interior do Paraná, debatendo a situação de Ponta Grossa, Cascavel, Maringá e principalmente da minha cidade, Londrina, a qual está sem médico legista, Senhor Presidente.

Então, tanto eu como os Deputados Algaci Túlio, Raul Lopes e demais parlamentares desta Casa, nos preocupamos com este problema, o Deputado Gernote Kirinus, que veio até o meu gabinete, com muita educação, com muita gentileza e com muita fineza, trouxe o problema dos médicos legistas de Curitiba, problema que é de todos os Institutos do Estado do Paraná. Não posso conceber que a minha cidade já há mais de um ano, não tenha médico legista para atendermos afortunados pela sorte, que ali chegam para resolver os problemas dos seus entes, ora atropelados, ora assassinados.

Se não bastasse só a nossa denúncia, há também a denúncia da "Folha de Londrina". Amanhã a Comissão de Segurança Pública da Assembléia, convida todos os médicos legistas e vamos debater o problema do IML, de todos os Municípios do Paraná, inclusive da Capital e do Instituto Médico Legal de Campo Mourão, da Ilustre Deputada



Amélia Hruschka, do Instituto Médico Legal de Guarapuava, do Instituto Médico Legal de Paranavaí, terra do meu querido Deputado Eduardo Baggio, Instituto Médico Legal de Cascavel, o Instituto Médico Legal de Cornélio Procopio, de Maringá, terra do Deputado Lindolfo Júnior, Antonio Bárbara e Ferrari Júnior, enfim nós amanhã nos reuniremos e o objetivo da nossa Comissão, o objetivo da minha Comissão - da Comissão do Deputado Algaci Túlio, da Comissão do Deputado Raul Lopes, da Comissão do Deputado Sabino Campos, do Deputado Alexandre Ceranto, do Deputado Pirajá Ferreira, Antonio Costenaro - é nos reunirmos, trocarmos idéias, mas sem muitas delongas, sem muita conversa. Porque neste país conversa-se demais e as soluções são demoradas. Nós precisamos sentar, discutir, ir a Palácio e resolver o problema de imediato porque o Paraná não pode pagar por isso.

Acompanhando o "Jornal do Estado" da família Barroso, acompanhando o jornal "Estado do Paraná" do meu querido Mussa José de Assis e também acompanhando a "Folha de Londrina", nós queremos saber e perguntar sobre o escândalo do Banco Del Paraná, onde desapareceram cinco milhões de dólares. O Governador também quer, no seu governo de transparência, que apareçam os culpados e que eles sejam metidos na cadeia - porque lugar de estelionatário, de ladrão que rouba os cofres públicos do meu Estado, ou que rouba os cofres públicos do Brasil, é na cadeia.

E digo mais, espero do Deputado Erondy Silvério - meu grande mestre, grande parlamentar, grande tribuno desta casa, espero Deputado Erondy Silvério, Deputado Raul Lopes e Deputado Algaci Túlio, que venha a CPI da corrupção do futebol do Paraná, que é outro desmando, outra vergonha que afronta o esporte que enobrece os homens da nossa geração, o esporte que enobrece as nossas crianças, o esporte que enobrece a minha esposa que é professora de Educação Física, o esporte, o esporte que enobrece os homens que realmente aplicam no esporte, para que possamos acabar com a violência da toxicomania, com a violência da bebida alcoólica e com tantas outras violências que acabam matando e assassinando e violentando as jovens deste país.

Espero que esta CPI nasça e que realmente apure as irregularidades e que os culpados sejam metidos na cadeia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Pequeno Expediente passamos ao horário do Grande Expediente. Com a palavra o Senhor Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A população brasileira acompanha, de certa forma atônita, esta discussão que se trava a nível nacional da Assembléia Nacional Constituinte. Porque sendo o fato político mais importante que nós temos neste ano de 1987 e sendo também o fato político que gerará produtos políticos para daqui a dez, vinte, cinquenta, cem anos, observamos que o nosso anteprojeto da Constituinte, não é um anteprojeto que esteja claramente de acordo com os interesses da população brasileira.

O que nós observamos são os "lobbies" formados no Congresso Nacional e uma discussão patrocinada principalmente pela direita reacionária, que foi eleita no dia 15 de novembro sob o tacão e o peso do dinheiro, o que nós observamos é a desesperança se instalando em Brasília com o anteprojeto de Constituição que, se tem de um lado avanços importantes em relação às conquistas sociais, de outro lado deixa muito a desejar a respeito de assuntos fundamentais, entre eles a questão da reforma agrária. O Brasil não consegue sair deste estado pré-capitalista em que se encontra porque, necessariamente, as forças conservadoras e reacionárias não estão a permitir que consigamos crescer. E diga-se claramente a todos aqui presentes, crescer dentro do próprio capitalismo já que a reforma agrária que se propõe neste país, cujo regime é capitalista, deveria ser mais ágil, de modo que conseguisse sobretudo ultrapassar as fronteiras deste Estado pré-capitalista, deste estágio atrasado em que nos encontramos. Mas nem sequer conseguimos discutir uma reforma agrária capitalista.

Todos sabemos que a reforma agrária é um instrumento capitalista, porque se fosse socialista seria uma revolução agrária, e não reforma agrária, no sentido de criar mais pequenos-burgueses e capitalistas no campo.

Ora, seguindo esta linha de raciocínio, se a reforma agrária é um instrumento capitalista, por que se impede que este processo se instale neste País, para que consigamos entrar na fase da justiça social, da distribuição da renda e, quem sabe, de melhores condições de vida para o povo brasileiro?

Todos sabemos, ou pelo menos deveríamos saber, que logo após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos monitoraram o Japão. E lá foram. Lá no Japão promoveram uma reforma agrária capitalista, tirando dos senhores feudais enormes pedaços de terra, levando esses senhores feudais aos Estados Unidos, lá dando a eles capacitação para o setor industrial e promovendo no Japão, um país de muita gente e pouca terra, uma verdadeira reforma agrária.

O que observamos neste caso? O cresci-

mento capitalista. Para a essência do projeto da reforma agrária, precisamos ter a coragem de discutir qual é afinal de contas a reforma agrária que desejamos.

Não me iludo de que, para que tenhamos uma mudança completa da realidade rural, isto tenha que se dar por meio de uma revolução agrária, e não através de uma reforma agrária.

Mas dentro das regras do jogo a que estamos submetidos, dentro das regras de um país capitalista, o que precisaríamos? Precisamos na verdade criar mais proprietários, por consequência mais capitalistas, que por consequência salvarão, a curto prazo, a decadência do capitalismo. Historicamente está registrado isto.

Mas nem isto está sendo possível, porque aqueles que impedem o desenvolvimento nacional, aqueles que não desejam que este País consiga andar com suas próprias pernas, aqueles que não querem que este País passe deste estado pré-capitalista, para um estado capitalista e quiçá, então, na sequência, possamos alcançar o que as forças de esquerda neste País desejam.

As forças reacionárias estão a impedir que nós ao invés de termos numa cidade, como temos em várias neste Estado e neste País, um proprietário de dez mil alqueires, quem sabe teremos, com a reforma agrária, mil proprietários de dez alqueires.

E a diferença fundamental, se é para discutir a questão dentro deste processo que estamos vivendo, é que ao invés de termos num determinado município o grande latifundiário com seus dois ou três carros do ano, que terá sem dúvida suas mansões, as suas três ou quatro televisões coloridas, as suas duas ou três máquinas de lavar, poderemos ter num processo destes, mil proprietários não com mil automóveis, mas mil bicicletas girando neste município, mil novos sapatos girando, porque o cidadão terá dignidade e dinheiro para comprar. E o que isto estaria estimulando, senão o próprio capitalismo?

Mas não. Estamos entrando num processo político em que se não houver clareza por parte dos políticos que estão em Brasília, no sentido de respeitarem a vontade inalienável do homem brasileiro de conquistar com suas próprias pernas esta conquista e este avanço, tal se dará à revelia dos políticos, das instituições, num processo muito mais difícil para esta pequena-burguesia e esta média e grande burguesia que está a nos assolar.

Historicamente ninguém consegue segurar o avanço do povo, e aqueles que tentarem segurar o avanço do povo, sob estas formas ridículas que estão expostas no Congresso Nacional Constituinte, pagarão muito caro, porque se não estamos no tempo

da guilhotina, aí nós teremos a força popular colocando a verdade deste País no seu leito.

E o que nós verificamos em relação ao capital estrangeiro? O que nos observamos em relação à definição de empresa nacional? Basta vir um cidadão a este País registrar a sua empresa e colocá-la como empresa nacional, quando todos nós sabemos que não é. Mas não o "lobby" multinacional está presente para tentar diminuir a vontade daqueles que desejam este País mais sério.

Agora, é importante esclarecer uma coisa: isto é um engano também, porque, a despeito das diferenças ideológicas que nós temos na Constituinte, eu acredito em sua consciência, que nós tenhamos uma maioria de patriotas e de brasileiros que desejam ver consagrado na Constituição Brasileira o respeito a este País.

Do mesmo modo se coloca a discussão do tempo de mandato do presidente José Sarney, e do sistema de Governo. Historicamente também, quando se tem uma crise neste presidencialismo fortíssimo, com um Congresso de "côcoras", surgem aqueles com as mais diferentes fórmulas para encontrar saídas e aí vem a famosa saída: "Continuamos com o José Sarney sem mandar, mas teremos, então, um parlamentarismo". E aí se esgotam as discussões por horas, por dias e a população acaba ficando cada vez mais descrente dos políticos.

Estou falando na Assembléia Legislativa do Paraná. Estou falando para Deputados do PMDB, do PT, do PTB, do PDT, do PL, do PFL, homens que neste período de recesso devem ter ido às suas bases e conversado com o povo. E o que encontraram nas suas bases? Não devem ter encontrado um quadro diferente daquele que eu encontrei, sejam eles Deputados da Situação, ou da Oposição. A grande verdade é que os políticos estão perdendo a credibilidade a cada dia que passa, porque não estamos conseguindo encaminhar até à população uma mensagem de mudança e de transformação. E à medida que isto ocorre, encontramos os desesperançosos, sem acreditar nos políticos, nas instituições, nas soluções e na organização popular.

Parece-me que o maior crime que se está cometendo neste instante no País, é em relação aos próprios políticos. É que o descrédito nas instituições políticas está começando a afundar quanto à capacidade de organização popular. O povo não está mais conseguindo organizar-se de forma concreta e fico preocupado quando vejo o Líder do meu Partido tão sorridente nesta Casa hoje, porque a hora não é de sorrisos fáceis, como se as coisas estivessem tudo bem.

Realmente, a preocupação fundamental

que me traz aqui, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é a de que precisamos trazer respostas concretas, e estas, parece-me estão relacionadas com a mobilização dos Parlamentares do Paraná e dos outros Estados, no sentido de que não venhamos a perder tempo.

Amanhã teremos, nesta Assembléia Legislativa, um encontro para discutir a Constituinte que desejamos e gostaria, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que aproveitássemos estes dias de debate para levar à Assembléia Nacional Constituinte, pelo menos um projeto completo de Constituinte, embora não tenhamos sequer tempo para isso, mas que, discutindo, tirássemos desta Assembléia Legislativa um documento maduro e à altura deste Estado do Sul do Brasil, no sentido de exigirmos que os Constituintes a nível federal, refaçam-no, pois este anteprojeto, na minha opinião, é hoje motivo de chacota.

Todos sabemos a luta que os Estados têm demonstrado para legislar sobre assuntos do meio ambiente. Ora, o Paraná e outros Estados fizeram uma legislação sobre agrotóxicos, à revelia da atual Constituição. As multinacionais se reuniram porque consomem um bilhão de dólares dos brasileiros, matando mais de cem paranaenses por ano e mandam para os hospitais mais de duas mil pessoas por ano, mobilizaram-se e derrubaram, em parte, a nossa lei no Supremo Tribunal Federal.

E agora, pasmem os Senhores diante do que consta no atual anteprojeto da Constituição. Há um artigo perdido entre tantos, que diz o seguinte: "Compete à União, ...portanto, não compete aos Deputados Estaduais e nem aos Estados, legislar sobre autorização e fiscalização da produção de comércio de material bélico, armas, explosivos..." e, mais além, vem a questão fatal, "... sobre substâncias tóxicas". Com este artigo embutido dentro do anteprojeto da Constituição, estão nos impedindo de termos leis que regulem a fabricação e o comércio destes produtos que todos sabemos que além de fazer mal à saúde do povo, prejudicam a economia deste País. Portanto, gostaria de fazer um apelo aos Senhores Deputados para que, nestes dias, debatamos, aprofundemos e que se extraiam desta Assembléia Legislativa do Paraná idéias concretas de como desejamos que seja feita a Constituição Brasileira, sob pena de não justificarmos à população os nossos polpudos salários e o tempo que gastamos aqui, mas com poucos resultados percebidos pela população.

Esta é a questão fundamental, que me parece, Sr. Presidente e Srs. Deputados, há necessidade de nos aprofundar, estudar, levantar os fatos, os assuntos e as propostas, de tal forma que levemos ao país e

ao Estado a nossa proposta sobre a Constituinte que desejamos e que esperamos seja reflexo da vontade popular.

O Sr. Pedro Tonelli - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre colega, agradeço este aparte e especialmente pela preocupação que é trazida a esta Casa, neste segundo tempo, que creio eu será mais importante do que o primeiro, neste jogo duro que estamos atravessando no Paraná e no Brasil.

A reforma agrária em debate talvez seja a questão fundamental e o centro dos problemas que atingem a sociedade brasileira.

Vossa Excelência, na sua introdução, citou muito bem que o problema é do sistema capitalista que vigora, implantado na nossa Nação. É lógico, isso é verdadeiro, e todo o mundo fala a mesma coisa. Certamente teremos que entender e acreditar que a reforma agrária em qualquer Nação do mundo depende do poder que existe nesta Nação. O poder é o quê?

É alguém que tem o respaldo popular democraticamente ou forçado para usar a lei, o dinheiro, a escola, a imprensa, as armas, a terra, a indústria, para constituir os seus intentos. Em síntese, o poder é um jogo de interesses e infelizmente no Brasil, temos uma Nação com uma sociedade que é uma sociedade de classes. A classe dos que trabalham e a classe daqueles que não trabalham. Em resumo, a classe trabalhadora e a classe não trabalhadora.

Se nós formos analisar profundamente e transformar a nossa análise num diagnóstico perfeito, vamos entender que temos hoje, não em tudo, um poder majoritário que determina a ordem nesta Nação, o poder daqueles que não trabalham. É o poder dos empresários da terra, da saúde, da educação, da indústria, do comércio, nacionais e dos monopólios internacionais.

Portanto, nobre colega, Deputado Paulo Furiatti, só teremos uma propriedade de todos, quando todos que somos uma fatia do poder, tenhamos ciência e a certeza de que é imperioso que se construa o poder da maioria. É impossível termos uma reforma agrária perfeita, que seria tão útil para a nossa Nação e para toda a sociedade; é inviável termos um poder, aliás, uma reforma agrária como se almeja, como um poder que é dos fazendeiros.

Tenho aqui uma denúncia da nossa Secretaria Rural em Brasília, sobre todos os Parlamentares que fazem parte da Constituinte. Dos trinta Constituintes paranaenses, dez estão abertamente comprometidos com a UDR, que quer uma reforma agrária do jeito deles, sendo uma reforma agrária contra os princípios e à prática

manifestada por Vossa Excelência nessa tribuna, aliás, muito bem manifestada.

Portanto, como é possível termos reforma agrária, quando dez dos trinta constituintes paranaenses estão comprometidos com a UDR? Por trás disso, há outros, que não estão abertamente, mas se comprometem. Também há os que não são comprometidos com a UDR, mas que são empresários e compactuam com a sua proposta.

Portanto, é impossível acreditarmos que teremos uma reforma agrária desta forma.

Digo mais e vou mais longe. Acho, companheiro Deputado Paulo Furiatti, que não vamos encontrar modelo algum do qual possamos copiar a nossa reforma agrária. Esta no Brasil vamos construí-la na luta do dia-a-dia. O PMDB, o PT, o PDS, o PFL, a CUT, a CGT, os movimentos populares, todos terão uma obrigação especial de conscientizar e de organizar toda a população brasileira, porque a mesma tem sob sua responsabilidade o compromisso de se organizar, de dizer e fazer o que se quer desta terra brasileira.

A terra é de todos, não é de meia dúzia, da metade ou somente dos que estão na terra; a terra é de todos.

Por isso, o socialismo que o Partido dos trabalhadores quer, é aquele onde todos decidem o que deve ser feito desta terra. Esta é a reforma agrária pela qual vamos lutar. E só iremos conseguir isso quando tivermos a capacidade de nos conscientizar e organizar e constituir o poder da maioria, do qual tanto se fala, e que se chama DEMOCRACIA, a força da maioria, onde tem direito e deveres iguais.

É com esse poder que vamos conseguir, realmente, ter a reforma agrária. Antes disso, só teremos reforma agrária na marra, pois estaremos remando contra a maré, a maré das armas, a maré do dinheiro, a maré da imprensa, a maré da terra, a maré da indústria, a maré da lei, que sempre estarão contra aqueles que querem uma reforma agrária como Vossa Excelência caracterizou muito bem nessa tribuna.

Muito obrigado.

O SR. PAULO FURIATTI - Continuando, Senhor Presidente, Senhores Deputados, acredito, inclusive, Deputado Pedro Tonelli, sem dúvida alguma, que precisamos, no entanto, de ter esperança que ainda neste processo constitucional tenhamos escrito na Carta Magna avanços como a obrigação social da terra. Por que a obrigação social da terra? Não tenho nenhuma ilusão de que a inscrição na Constituinte, na Constituição Brasileira, venha de imediato resolver todos os problemas. Mas, nós precisamos ter um instrumento democrático e

constitucional que garanta que na sequência, no avanço natural dos governos, no avanço histórico que virá, tenhamos instrumentos suficientes e necessários para promover a justa distribuição da terra neste Estado e neste País.

Ainda devo acrescentar que a UDR, hoje, não tem maioria na Constituinte, mas faz um certo barulho.

E há muito Parlamentar que está contra a reforma agrária sem sequer saber qual é a proposta definitiva, ou sem estudar com mais profundidade esta questão.

A UDR, hoje, reúne meia dúzia de latifundiários e com uma propaganda bem feita consegue amealhar pequenos proprietários rurais que estariam fora desta reforma agrária no sistema capitalista. Com isto criaram um fantasma para impedir o avanço social. Porém, é importante esclarecer a minha absoluta convicção de que, nesta Casa, aqui na Assembléia Legislativa, se provocarmos um debate em que todos compareçam, sobre a questão da reforma agrária, os avanços que se possa ter e os avanços que não se possa ter. Diante de todos os tipos de processos e preocupações que tivermos, não tenho dúvida de que uma grande maioria aprovaria um processo de reforma agrária dentro de um processo de discussão. Mas, não se está discutindo com profundidade essas questões. E fica aqui também, registrado o desafio para aqueles que por ventura acreditam que o Paraná não tem terra para a reforma agrária. Desafio a qualquer um deste Plenário, porque o Paraná tem terra produtiva que não está sendo aproveitada. Este Estado tem, em determinados municípios, proprietários de três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez mil alqueires, que não registram a menor verificação técnica de ocupação do solo. Portanto, o Paraná possui terra produtiva que não está produzindo nada, e é passível de reforma agrária! Assim como não se pode também de uma hora para outra, condenar apenas a grande propriedade, porque devemos ter alguns grandes proprietários que produzem como devemos ter pequenos proprietários que não produzem. E a questão da discussão da terra é se ela está exercendo a sua função no Estado, e a obrigação social hoje, quem sabe, no futuro, não!

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Vossa Excelência permite um aparte?  
(Assentimento).

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Ilustre Parlamentar. Admito que haja reforma agrária neste País. Outro dia, viajando pela região de Cianorte, saindo de Maringá, vendo as terras do Paraná, observei que é coisa mais linda do mundo! Indo da-

qui para Campo Mourão, Cianorte, Paranaíba, à região de Colorado se vê muita terra. Então fico aqui pensando comigo mesmo: tanta terra, e às vezes temos que trazer o feijão e arroz de fora, trazer tudo de fora. Então, às vezes, fico confuso e fico perguntando como, com tanta terra neste País, precisamos buscar, às vezes, lá fora, o arroz e o feijão? Vejo produtores queimando sacas de arroz, outros de cebolas e outras ocorrências semelhantes que me chamam a atenção. Agora concordo com a reforma agrária, mas também queria dizer que não adianta só dar terra para o agricultor plantar, se ele não tem trator e dinheiro para o financiamento, para o adubo, e se ele não tem como preparar a terra?

É exaustivo, cansativo e para mim é demagógico! É horrível ver as pessoas em barracas, acampamentos, dependendo de "blá-blá-blá", de "oba-oba!". Discute-se, mas não se resolve. Vamos ficar a vida inteira nessa embranção. Resolve e não resolve. E tira para cá e leva para lá! Então não sei, perdoem-me os demais companheiros, acredito, sou do PMDB e com muito orgulho, apóio integralmente o Governador Álvaro Dias, luto pelos princípios e pela caderneta de responsabilidades que tem a plataforma do meu Partido, mas acho que nós temos que lutar pelo social e a reforma agrária é o social. Agora, tudo bem que possamos dar um pedacinho de terra, mas o que adianta darmos cinco, dez, quinze alqueires, Deputado Paulo Furiatti, se o elemento que recebe a terra não tem dinheiro? Ele vai chegar ao banco e este vai pedir exame de sangue, de fezes, de AIDS, exame não sei de quê, exame de não sei o que lá! O "bacana" tem tudo. Tem "papagaio" na hora, mas o pobre não tem nada; ele chega pedir um "papagaio", tem que fazer exames já mencionados. Então não sei o que é que tem este País! Então, o que adianta dar um pedaço de terra se o "cara" não tem condições de comprar um trator ou adubo para arar a sua terra ou construir sua casa, se ele tem que tomar banho no rio? Que País é este?

O SR. PAULO FURIATTI - Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a reforma agrária da qual falamos, não é alguém pegar um pedaço de terra e distribuir. A reforma agrária é sobretudo o desenvolvimento cultural de um povo que sequer tem trabalho e sequer tem comida. A reforma agrária implica na própria colonização do pedaço de terra do latifundiário, que não produz, ou então a sua definição é perfeita.

Não se pode falar em reforma agrária, quando isto significa dar um pedaço de terra, dentro de uma política agrícola desastrosa como a atual, em que estamos per-

dendo os pequenos proprietários. Reforma agrária é muito mais. Reforma agrária é uma decisão política de mudar, de revolucionar, de alterar comportamentos, de estabelecer uma nova cultura, de conseguir construir igrejas, escolas, estradas, armazéns, cooperativas, construir a solidariedade e o bem estar do cidadão.

Ao invés de se fazer escolas isoladas, para hortas de miseráveis, deve-se concentrar recursos para desapropriar o latifúndio, construir o posto de saúde, a escola, a cooperativa, promover a formação cultural, levar técnicas nacionais, e não estrangeiras, fazer com que o agricultor se sinta gente e consiga produzir para o seu sustento, e exportar o excedente para alimentar os outros trabalhadores das cidades.

Esta a reforma agrária vislumbrada que até agora não aconteceu, precisa acontecer, sob pena de não justificarmos absolutamente nenhum discurso sobre a transformação no meio rural.

Concedo o aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. Dirceu Manfrinato - Muito obrigado, ilustre Deputado.

Gostaria de lembrar a Vossa Excelência, conhecemos desde o começo de Cianorte, as lavouras que ali se iniciavam, e que antes nós tínhamos uma legislação onde havia um certo respeito ao setor da agricultura. Lembro de quantos e quantos "porcenteiros" tocaram lavouras de café, 10 mil pés de cafés, e que, terminando o contrato de quatro anos, o patrão e o empregado se abraçavam, agradeciam um ao outro, e o empregado saía pelas estradas, para comprar o seu pedaço de terra, e ali plantar e cultivar o café.

Infelizmente, criou-se uma legislação nesse País, com o interesse de desestabilizar a agricultura do Paraná, e incutiram na cabeça dos trabalhadores de que se eles estivessem na terra após três anos, eles também eram donos da propriedade. E aí veio o êxodo rural, quando os patrões não quiseram mais colocar ninguém nas propriedades rurais, porque se instigava o direito de dizer que o cidadão era dono da terra.

Precisamos, ilustre Deputado Paulo Furiatti, é voltar aos bons tempos e que não haja trabalhador jogado nas periferias das Capitais, por ter sido instigado por pessoas incompetentes, e até com tendências subversivas, trazendo a fome e a miséria ao homem que quer trabalhar no campo. Não se pode dar ouvidos a uma meia dúzia que fica hoje por aí falando em reforma agrária, ou em invadir fazendas. Esses são os homens que querem a desgraça do Paraná e do Brasil, porque não querem produzir para

sua Pátria e defender esse País.

Precisamos de uma legislação séria, e que haja respeito entre o patrão e o empregado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Um minuto para terminar.

O SR. PAULO FURIATTI - Para que consigamos resolver a contradição, precisamos captar o trabalho com a legislação. Mas, de qualquer forma, a roda da história não gira para trás.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência entendeu que eu me referi à Legislação Sindical.

O SR. PAULO FURIATTI - Sim. Mas esta contradição é histórica.

Entendo que a roda da história não gira para trás; e precisamos, inclusive, ter mais discussão nesta Casa sobre alguns assuntos, para que possamos dedicar tempo, levantar e propor assuntos polêmicos de uma discussão no Plenário da Assembleia Legislativa, seja em seminários, seja em encontros; porque senão ficaremos à mercê, sempre, de assuntos polêmicos, sem termos uma opinião delimitada e deliberada em relação a questões tão sérias como esta.

Senhor Presidente, agradeço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PMDB, se fará uso da palavra.

Com a palavra o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, por oito minutos e trinta segundos.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Temos um assunto de grande importância a trazer, nesta tarde, ao Poder Legislativo. O assunto é alarmante, preocupante, na região de Cianorte e Município de Jussara. E estamos recebendo vários telefonemas de que a situação é calamitosa com relação à mosca palha. A mosca palha é aquela que produz no ser humano a doença chamada lexiomaniose ou seja, "úlceras de bauru". E quero nesta oportunidade pedir, à Secretaria de Saúde e à SUCAM providências urgentes porque os casos estão se alastrando a cada dia que passa. E a gravidade do problema, acima de tudo, é a falta de recursos de alguns trabalhadores que não têm dinheiro para comprar o remédio e a falta de medicamentos também na região de Cianorte.

Todas as pessoas vítimas de lexioma-

niose têm que se deslocar para Guaíra para ser atendidas e pediria, Senhor Presidente, que esta Casa enviasse um telex à SUCAM e à Secretaria de Saúde, pedindo providências urgentes e até, se possível, o deslocamento de uma equipe para atender a população que está sofrendo todos os dias. Isso é um problema sério, um problema grave. Aqui temos vários companheiros que são médicos e conhecem profundamente o risco que corre a população de Cianorte e Jussara.

Gostaríamos de aproveitar alguns minutos e continuar falando a respeito da reforma agrária. Acho que já a princípio, quando a Nova República assumiu as rédeas do Governo Federal, houve uma precipitação na questão da reforma agrária, e logo lançaram no Paraná e no Brasil inteiro a famosa reforma agrária. Uma reforma agrária que até agora só trouxe problemas sociais e problemas de segurança no Paraná e no Brasil.

Entendemos que há necessidade de implantarmos o homem do campo ao campo, mas de uma forma adequada. Isto deve se dar sem pressão, contando com um trabalho, de toda sociedade, cujos os interesses não coincidem com os grupos que querem agitar, com isso trazendo uma série de prejuízos ao trabalhador e ao mesmo tempo às autoridades do Paraná e do Brasil, e com isso sacrificando tantos e tantos inocentes, tantas e tantas crianças que passam por essas barracas, desprovidas de tudo, até mesmo de alimentação, de medicamentos e até de uma educação familiar.

Isto gera um problema social de alta gravidade e entendemos que temos a responsabilidade de um cargo de homem público, procurando zelar pela população e sem gerarmos conflitos como os que foram gerados com a famosa reforma agrária.

Acompanhei pela imprensa, quando disse que após o recesso, o Poder Judiciário teria muitas coisas importantes a serem julgadas no mês de agosto. Entre elas, um processo crime contra o Secretário de Agricultura e Abastecimento, Dr. Osmar Fernandes Dias, porque segundo a imprensa ele disse aos proprietários para defenderem suas terras. E acho que se o Secretário usou este termo, usou o termo correto. Porque as propriedades que pertencem aos proprietários pertencem a eles não por furto, nem por roubo. Foi através da luta, do sacrifício, do trabalho e da inteligência que adquiriram suas propriedades. E propriedades particulares são invioláveis. Não é qualquer pessoa que pode invadir e tomar conta.

Acho que se o Secretário fez esta colocação, a fez dentro daquilo à que a lei e o Poder Judiciário, através da Justiça, dão respaldo e direito. E na verdade, se



não prezarmos por aquilo que é nosso, quem iria se preocupar em respeitar aquilo que é nosso?

Aí que vem aquilo que temos que respeitar neste Brasil, esta terra abençoada por Deus, mas amaldiçoada por meia dúzia de pessoas que vivem neste solo brasileiro, os quais mostram sangue de patriota. Qual o brasileiro que, ao ouvir o Hino Nacional, ao tremular a bandeira brasileira, não sente no sangue o dever de responsabilidade, o dever de compromisso, principalmente aqueles que fizeram o juramento perante uma Constituição Estadual e Federal? Temos que zelar por esta Pátria. Temos que preservar ainda algumas coisas que tem a sua integridade. E não é desta forma, agitando que vamos resolver o problema do Paraná e do Brasil. Haveremos de resolver os problemas sendo solidários uns aos outros, desde o irmão menos favorecido pela sorte, até o profissional liberal. Cabe a nós esta responsabilidade.

Aí estão milhões de crianças neste País. E tanto se fala nas crianças, - mas até hoje continuam as mesmas sendo alvos de interesses pessoais e até mesmo eleitorais.

Temos que defender esta Pátria. O Brasil é o orgulho do mundo. Não queremos que esta pátria brasileira não deixe os irmãos brasileiros serem o orgulho do mundo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta à Liderança do PT se fará uso da palavra.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores colegas Parlamentares componentes deste órgão máximo de legislação neste Estado.

Senti hoje a preocupação principal desta Casa: a questão da reforma agrária. É com base nesta preocupação que o PT, que sempre acreditou que esta Casa, se ainda não é, mas com a nossa presença e a nossa participação, certamente se tornará a contempladora das principais preocupações da maioria do povo deste Paraná. Estou propondo hoje, também com base na Reforma Agrária, a que se comentou no início desta sessão, uma proposição de repúdio às últimas afirmações do Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, quanto às declarações com relação ao processo de reforma agrária no Paraná. Estranhamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Inscrevo-me em aparte, posteriormente.

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência. Quando eu concluir o raciocínio, se possível, darei o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Estou só pedindo a Vossa Excelência para me inscrever..

O SR. PEDRO TONELLI - Estranhamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o Secretário da Agricultura e do Abastecimento se manifeste com insistência, autoritarismo, arrogância, de forma inconsequente, contraditória e quase sempre, desautorizando o Secretário Especial de Assuntos Fundiários, quando fala sobre o assunto que não diz respeito a sua Pasta, que é a questão da Reforma Agrária. Nossa estranheza Senhor Presidente, nobres colegas, se baseia nos seguintes pontos: o Secretário da Agricultura e Abastecimento é, hoje, aquele que fala sobre a reforma agrária, quando no Estado existe uma Secretaria Especial, de Assuntos Fundiários, a qual deveria cuidar desse assunto.

Além disso, existe aqui no Estado do Paraná, a Superintendência do INCRA, com todos os poderes para pensar e executar a reforma agrária no Paraná.

O Sr. José Afonso Júnior - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, se possível. O Senhor Osmar Dias, Secretário da Agricultura, quando fala em reforma agrária, sempre se posicionando contra a execução e contra o direito, o direito natural e o direito legal dos trabalhadores "sem terra" que devem ser assentados para produzir e se alimentar com as suas forças próprias.

O Senhor Secretário da Agricultura está recebendo publicamente, através das notas publicadas nos jornais, apoio da União Democrática Ruralista, conforme pudemos perceber no jornal "O Estado do Paraná", do dia 27 de julho passado. O Senhor Secretário da Agricultura, ao falar e afirmar que no Paraná não existe mais terra para ser desapropriada, desconhece a realidade da situação fundiária deste Estado, pois a própria Comissão Agrária aqui do Paraná, proposta, digo, composta por um representante do INCRA, um representante do Governo do Estado do Paraná, um representante da Universidade Federal do Estado do Paraná, um representante da Federação Patronal deste Estado, um representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná, e por um representante do Movimento dos "Sem Terra" do Paraná, mandou, neste mês, uma relação de 30 mil hectares de terras para desapropriação, para fins de reforma agrária, por estar



ociosa.

Quem está com a verdade, Senhor Presidente, nobres colegas? Será que é o Senhor Osmar Dias, amigo e defensor dos fazendeiros da UDR ou é esta Comissão Agrária, que entende, pelo menos, muito mais do que o Secretário da Agricultura e Reforma Agrária?

O Sr. Dirceu Manfrinato. Vossa Excelência me concede um aparte?

O Sr. José Afonso Júnior- Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Quem faz um trabalho mais sério neste Estado? O Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, ao agir desta forma está contradizendo o Secretário de Assuntos Fundiários que repetidas vezes afirmou existirem áreas próprias para reforma agrária no Paraná e já apresentou diversas propostas concretas de desapropriação, inclusive uma que prevê a desapropriação amigável e a municipalização da reforma agrária. E isso confirmado, inclusive, pelo Vice-Presidente do seu partido, que falou hoje, há poucos minutos, que no Paraná está sobrando terra para fazer reforma agrária. O Secretário Luiz Felipe Mussi, através da Circular nº 215/87, do dia 1º de junho de 1987, solicitava aos Deputados, aos Prefeitos, Presidentes de Sindicatos, que indicassem áreas para reforma agrária.

O Secretário já teve retorno desta pesquisa. Em todos os cantos do Estado foram apontadas áreas ociosas, passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária. Cabe aqui perguntar, Senhor Presidente e nobres colegas, porque dois Secretários de um mesmo Governo assumem publicamente posturas contrárias e contraditórias? Com qual dos dois está a verdade? A Federação, e principalmente os trabalhadores sem-terra precisam saber quem é que está com a verdade, ou razão, e porque existe esta contradição.

É preciso saber, porque não cabe a mim julgar os dois Secretários, mas é minha obrigação denunciar aqui, nesta Casa, denunciar com veemência a ação e a postura e o comportamento desta ação contrária que está havendo para se desconversar quanto ao processo de reforma agrária neste Estado.

Quem vai resolver o problema das 200 mil famílias sem terra, que já se manifestaram publicamente que querem produzir, trabalhar, através da reforma agrária, para trazer comida, casa, saúde melhor para esta população.

Sem dúvida, conforme suas próprias manifestações, quem está contra a reforma agrária no Paraná é o próprio Secretário

da Agricultura e do Abastecimento, o Sr. Osmar Dias.

Por isto eu quero ver hoje a manifestação deste Poder eleito pela maioria, pelos trabalhadores, quero ver se temos a capacidade de dizer não aos absurdos que o governo vem cometendo contra os trabalhadores do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado nobres colegas.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Só gostaria de registrar a minha preocupação, Sr. Presidente, quando o assunto é reforma agrária. E esta preocupação ocorre porque o ilustre Deputado Pedro Tonelli visitou a região de Cianorte recentemente. Então eu gostaria de registrar que se houver alguma invasão de propriedades, eu acredito que deverá haver a participação do Deputado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Eu concedo, ainda no Horário das Lideranças, a palavra ao representante do Partido Trabalhista Brasileiro, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Em primeiro lugar eu quero externar aqui os meus agradecimentos ao nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, pela bondosa referência que faz ao meu nome, quando relaciona nossa participação como legislador e como desportista, e dizer que o não menos nobre, dinâmico e lutador, valente e brioso Deputado Algaci Túlio está efetivamente colhendo dados e elementos para que esta Casa possa constituir-se em Comissão Parlamentar de Inquérito, para acabar de uma vez por todas com a corrupção no futebol do Paraná.

E disse bem o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que o esporte é uma coisa maravilhosa porque encaminha o jovem para o lado bom da vida, afasta-o do tóxico, da embriaguez, do mau caminho, dos vícios, e leva o jovem para uma vida sadia.

Mas, lamentavelmente, no Paraná o que nós temos visto é o esporte totalmente abandonado, porque na Federação Paranaense de Futebol, que tem o Departamento Amador, as atenções voltam-se apenas para os interesses pessoais do presidente daquela entidade, do grupo que o cerca e o rodeia.

E os casos mais escabrosos de corrupção têm se verificado no Paraná, e tem levado os desportistas a não comparecerem mais aos estádios.

O grande espelho disso são as fraquíssimas rendas verificadas nos jogos da Divisão Especial, de profissionais, do Paraná.

Mas, não vou aqui fazer a minha defesa dos ataques que recebi, pela imprensa, do Presidente da Federação Paranaense de Futebol, porque tenho uma tia muito sábia, a Tia Tivica, que sempre me diz: "Erondy, se o cachorro te morder a perna, não vá morder o rabo do cachorro em represália".

Então, vamos aguardar o desenvolvimento dessa CPI para, num futuro bem próximo, vermos com quem está a razão.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Eu tenho ouvido falar muito em reforma agrária. E misturou-se, agora, a demagogia, o oportunismo, a subversão a este assunto tão importante.

Eu acho que o que existe é o Estatuto da Terra, do saudoso Presidente Castello Branco, que foi um extraordinário Presidente neste País, embora pertencendo a um período discricionário, ao período dos generais, mas, foi um Presidente com a cabeça no lugar, e que deixou coisas muito boas para este País.

O Estatuto da Terra define bem a questão fundiária neste País. Porque não adianta, como muita gente diz aqui, dar terra a quem não tem habilitação para lavrá-la, para trabalhá-la. Teria que dar a terra e um japonês junto, porque para esta gente do PT não basta só a terra, precisa mandar um japonês junto para ensinar agricultura.

E vem aqui o Deputado Pedro Tonelli e faz críticas ácidas ao Secretário Osmar Dias.....

O Sr. Pedro Tonelli - V. Exa., me concede um aparte?

O SR. ERONDY SILVERIO - Eu darei aparte como V. Exa., deu aos nossos colegas aqui. Darei o aparte na devida oportunidade. Então, o que acontece é o seguinte: ele faz críticas ácidas a uma cabeça lúcida que há dentro deste governo. Olha, eu não conheço o Secretário Osmar Dias, não devo nenhuma homenagem a esse cidadão, mas ele é o melhor Secretário da Agricultura que tem no Brasil, desses que estão por aí. Ele é um jovem dinâmico, capaz, trabalhador.

Eu sei qual é a mágoa do Deputado Pedro Tonelli: é porque o Secretário não entrou no embalo dos esquerdistas, de tomar na marra a terra de quem produz, para pagá-la em vinte anos.

Este aqui é um País que tem leis, onde o direito da propriedade é sagrado, é assegurado pela atual Constituição Brasileira.

Eu admito que se faça, não uma reforma agrária, mas uma distribuição de terras às pessoas carentes. Mas antes, deve-se fazer uma triagem. É necessário que o governo não apenas forneça terras, mas os recursos indispensáveis para o trabalho, para o manuseio da terra, e não faça essa reforma "fajuta" que querem os esquerdistas, os agitadores do PT.

Mas, eu sei qual é a mágoa do Deputado Pedro Tonelli. Acontece o seguinte: o Secretário da Agricultura foi a um assentamento dos "sem-terra", lá em Mangueirinha. Levou caminhões, tratores, sementes, calcário, e os recursos indispensáveis para que aquela gente pudesse trabalhar e produzir.

Muito bem!

Quando ele chegou lá no acampamento, perguntou: "Onde é que estão os Líderes?" Estão no meio do mato, esperando-o.

Ele foi lá no meio do mato. E quase foi assassinado, agredido, pelo irmão do deputado Pedro Tonelli, que não queria o calcário, que não queria o trator, que não queria sementes, que não queria nada! Queria agitação! Essa história ele não conta aqui.

Mas é que ele encontrou um Secretário que, além da sua capacidade, é um homem valente, que enfrentou o irmão do deputado!

Esta é a mágoa.

Por esta razão, ele critica asperamente aqui o Secretário da Agricultura e elogia o outro Secretário. Mas, o outro Secretário é que foi leviano em mandar para esta Casa um questionário para que os deputados indicassem terras a desapropriar. O Paraná não tem terras improdutivas. Este é um Estado que produz milhões e milhões de toneladas de grãos, não só para o abastecimento da Nação, mas para a exportação, para ajudar o equilíbrio da balança de pagamentos do País.

Este é um Estado onde se produz, onde se trabalha, onde não há lugar para demagogia rasteira e barata, onde não há lugar para agitadores!

Nós temos um Governador sério, patriota, e um Secretário capaz!

Acontece que o PT estava acostumado a lidar com o Claus Germer, lá dentro, demagogo, ficou lá, agitou e não fez nada por ninguém. O que foi que ele fez pelos "sem-terra" no Paraná? O que o Claus Germer fez? Mas, é a estrela maior do PT, porque eles vivem da agitação, da baderna, levam a intranquilidade àqueles que trabalham, que produzem, que lavram

com o suor dos seus rostos, a terra que receberam dos seus ancestrais, como bem de raiz, como bem de família. Nós não vamos permitir, homens livres e decentes que somos deste Estado, que para aqui se transfira a baderna, a agitação! O problema tem que ser resolvido, mas tem que ser resolvido dentro de como se convencionava viver numa sociedade pensante, livre. O que V. Exas., do seu Partido e do Partido Comunista, não entendem é que esta é uma sociedade livre.

V. Exas., falam muito em UDR, União não sei o quê, Ruralista. Essa gente está defendendo o seu patrimônio, está defendendo bens de raiz! Ninguém vai dar terra adquirida com sacrifício, com luta, com trabalho, a agitadores, nem o Sr. Álvaro Dias, nem o Sr. José Sarney e nem ninguém vai dar a reforma que V. Exas. querem, a qual ocorre se e quando aqui dominar o comunismo, só quando nós entregarmos isto aos esquerdistas. Mas esse dia está muito longe; talvez V. Exa., não viva para presenciar ou para assistir a essa transferência de poder de um povo livre, de um povo que ama a democracia, de um povo cristão, de um povo trabalhador, de um povo que quer efetivamente viver em paz!

O Sr. Pedro Tonelli - Paz com fome não existe!

O SR. ERONDY SILVÉRIO - O que V. Exa., falou?

O Sr. Pedro Tonelli - Eu nunca vi paz com fome e miséria!

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Bem. Aí, é outro problema, é outro problema! O que nós precisamos neste País, e com urgência, é de um planejamento familiar que V. Exas., combatem, lamentavelmente, de braços dados com os militares e esquerdistas, combatem um planejamento familiar, quando só este poderá resgatar a dívida social que temos. Nós não estamos defendendo um governo que gasta mais do que arrecada, que não destina o fruto dessa arrecadação para resolver os problemas sociais deste País; nós não estamos defendendo este governo que lamentavelmente aí está, mas não podemos continuar crescendo desmesuradamente, não podemos continuar permitindo que a cada ano o Brasil cresça, em termos populacionais, de um Uruguai por ano. Precisamos sim, de um País planejado para que possamos efetivamente dar escola, educação e prover de saúde essas crianças que estão aí, porque a fome e a miséria estão grassando, e tem "sem-terra" que está vivendo à custa dessa demagogia! Os verdadeiros agricultores e lavradores não vêm engrossar passeatas, não vêm fazer coro à demagogia que V.

Exas., tentam implantar neste País. Esta é a grande realidade!

O Sr. Pedro Tonelli - V. Exa., permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu concedo aparte a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE - (Deputado EDUARDO BAGGIO) - A mesa informa nobre orador que seu tempo está esgotado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Não foi má vontade minha!  
Muito Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Pedro Tonelli - Agradeço a sua boa vontade.

O SR. PRESIDENTE - (Deputado EDUARDO BAGGIO) - Consulto a Liderança do PDS se deseja fazer uso de seu Horário.  
(Declina).

Havendo Declinado consulto a Liderança do PFL se deseja fazer uso do seu Horário.  
(Declina).

Havendo Declinado consulto a Liderança do PDT, se deseja fazer uso do seu Horário.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, srs. Deputados.

Como o assunto nesta Casa, hoje, foi reforma agrária e se ela não acontece, pelo menos na prática, impressionante é que no futebol essa reforma agrária existe, e eu venho a esta tribuna para denunciar o Presidente da Federação Paranaense de Futebol por ter feito uma verdadeira reforma agrária no tão comentado Estádio do Pinheirão.

Digo isto, porque este é um assunto bastante polêmico, o qual esta Casa não pode se furtar de discutir. Ademais, tenho certeza de que o Deputado Raul Lopes, Presidente, da Comissão de Esportes e Cultura desta Casa, já deve estar tomando as providências necessárias para levantar a atual situação do esporte no Paraná, principalmente depois dos episódios lamentáveis que marcaram o final do campeonato paranaense de futebol.

Mas, eu dizia que o Estádio Estadual do Pinheirão, tão decantado "Pinheirão", de repente ninguém sabe se ele pertence ao Município de Curitiba, se ele pertence ao governo do Estado, ou se ele pertence ao Banco do Estado do Paraná, ou se agora ele pertence, de fato, ao Clube Atlético Paranaense.

Esta é a questão que levanto, para qual espero ter também a colaboração do

Deputado, e homem ligado ao esporte, Nestor Baptista, que igualmente está a par desta situação. Tenho certeza que ele vai colocar os seus conhecimentos a respeito do "Pinheirão", na CPI que preparamos, deveremos dar entrada nesta Casa amanhã, a CPI no Esporte, enfocando principalmente a questão do "Pinheirão".

E por quê? Porque é uma luta já de muitos anos e que lamentavelmente não tem chegado a uma conclusão. O esporte no Paraná perde, o Paraná perde em todos os sentidos com a não conclusão do "Pinheirão", com a incerteza quanto a quem pertence o Estádio Estadual do Paraná.

E vejam os Srs., que existe uma Lei votada na Câmara Municipal de Curitiba, uma Lei datada de 29 de novembro de 1969, que autoriza o Poder Executivo a doar à Federação Paranaense de Futebol um imóvel onde se começou a construção do "Pinheirão", o sonho de todos nós paranaenses.

Há uma segunda Lei, também votada pela Câmara Municipal de Curitiba, que autoriza inclusive a hipoteca do imóvel doado à Federação Paranaense de Futebol.

E estranhamente, a Federação Paranaense de Futebol não respeitou a Lei da hipoteca, e acabou fazendo um negócio estranho envolvendo o Clube Atlético Paranaense. E é nesse sentido, que queremos cobrar o pleno esclarecimento da situação.

Muita gente pode pensar: "mas o que é que tem a ver o "Pinheirão" com a Assembléia Legislativa? "Aqui nesta Casa, se eu não estou enganado, no ano passado, foi feito inclusive um congresso, simpósio, ou debate, a respeito do "Estádio Pinheirão", e tiraram algumas conclusões que não tiveram a seqüência que deveriam ter.

E vejam a importância da participação da Assembléia Legislativa. É que tem dinheiro do Paraná, e do povo do Paraná, aplicado no Estádio Estadual do Pinheirão. Vejam bem, a Federação Paranaense de Futebol recebeu do ex-governador João Elísio uma soma bastante vultosa para complementação das obras do "Pinheirão". Há, portanto, dinheiro dos cofres do Governo do Paraná aplicados no estádio, que deveria ser de todos nós paranaenses, e que, de repente e no entanto - repito, estranhamente o Sr. Onaireves Rolim de Moura transfere para o Clube Atlético Paranaense.

Por isso, inclusive, ainda quando vereador na Câmara Municipal de Curitiba, propusemos a criação de uma CPI na Câmara Municipal, visando levantar esses pormenores, os problemas e as inúmeras indagações a respeito do "Pinheirão". Infelizmente, deixamos aquela Casa, e a CPI parece que não teve andamento.

Por esta razão, diante de um volume muito grande de material que tenho, prin-

cipalmente a respeito do "Pinheirão", é que estou propondo a esta Casa de Leis, a criação desta CPI, para que possamos ir a fundo no assunto e para que tenhamos um esclarecimento mais efetivo da real situação do Estádio Estadual do Paraná.

Não é um problema político o Estádio Pinheirão, mas é um problema ligado a todos nós. Por isso, tenho certeza que até mesmo a bancada governista nesta Casa, vai apor a sua assinatura a essa CPI, porque ela é do interesse de todos os clubes, inclusive os do interior do Estado. Nós temos um farto material, repito, a respeito do Estádio Pinheirão e é preciso que tudo isso venha a ser esclarecido nesta Casa, através da Comissão de Esportes e através desta CPI, para que o povo do Paraná, afinal de contas, saiba a quem pertence o "Pinheirão": à Câmara Municipal, à Prefeitura, ao Banco do Estado, ao Governo do Estado ou ao Clube Atlético Paranaense, ou não pertence a nenhum deles? Nós precisamos saber a real situação do Estádio Estadual do Pinheirão.

O Sr. Raul Lopes - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Eu parabeno o prezado companheiro por sua preocupação e aproveito a oportunidade também para externar ao meu companheiro Luiz Carlos Alborghetti, ao Deputado Erondy Silvério, cujas preocupações pelo futebol paranaense tenho acompanhado nestes últimos dias.

E, neste momento, estou observando que o prezado companheiro tem uma farta documentação a respeito do Estado do Pinheirão; e eu me permitiria solicitar ao companheiro que nos ajudasse e cedesse cópias para a Comissão de Cultura e Esporte, porquanto nós já faremos em seguida, em caráter oficial, uma convocação dos membros com seus respectivos suplentes, ocasião em que elaboraremos um dossiê, mas para completá-lo, faltam esses documentos, para que possamos iniciar, primeiramente, com uma reunião de conscientização dos membros desta Comissão, após o que, deveremos então dar início à convocação de todos os elementos envolvidos nessas irregularidades.

Tenho certeza que, pela avaliação desses documentos, e por uma avaliação preliminar que já fizemos, as coisas vão caminhar para, naturalmente, a necessidade da abertura de uma CPI. Eu o parabeno e congrasso-me com Vossa Excelência, e solicito ao prezado companheiro que nos ceda uma cópia desses documentos.

Obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Raul Lopes.

Com muito prazer farei chegar até a

Comissão de Esportes, através também da presença, em nome do PDT, do Deputado Rafael Greca, que faz parte desta Comissão, para que se analise com profundidade o problema do esporte no Paraná. Não podemos conviver com esta seqüência de desmandos envolvendo nosso futebol, nosso esporte que, como já o disse o Deputado Erondy Silvério, têm esvaziado os estádios. Por quê? Por uma falta de critério, por falta de homens com competência para, evidentemente, levar mais avante, com mais freqüência de público ao nosso estádio. Nós temos grandes clubes, grandes praças de esporte, mas, infelizmente, temos ainda dirigentes com mentalidade oca, com mentalidade baixa, que estão prejudicando sensivelmente o esporte no Estado do Paraná.

Por isso, é preciso que esta Casa se mobilize no sentido de esclarecer, definitivamente, a situação em que se encontra o esporte no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Consulta a Liderança do PL, se fará uso da palavra.

Com a palavra, o Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No retorno às atividades de Plenário, o Partido Liberal ocupa seu espaço nesta tribuna, a fim de identificar as ações que nos envolveram neste período de recesso, mantendo o gabinete parlamentar em plena atividade no atendimento à área social que, infelizmente, continua transformando o Deputado num assistente social de luxo, obrigado a preencher as falhas que o Executivo apresenta nesta área, e outros assuntos que nos ocuparam diuturnamente na função de representante do povo. Não foram poucas as reuniões, seminários e encontros, dos quais participamos, procurando sempre difundir a mensagem que o PL defende.

A nível federal, infelizmente, as perspectivas não nos ofereceram um quadro alternativo capaz de causar esperanças para a frente, a um povo que continua preocupado com a crise econômica, com os desencontros da política econômica que têm sido levantados por nossas lideranças nacionais, como Álvaro Valle, Guilherme Afif Domingos e outros, todos envolvidos na preocupação que domina este País no caminho das incertezas.

Agora mesmo assistimos ao PMDB indeciso quanto ao monitoramento do FMI às nossas finanças, quando foi instrumento de combinação que até serviu para eleger alguns dos seus Parlamentares e lideranças executivas. José Sarney e Luiz Carlos

Bresser já concordaram entre si que este encontro com o FMI é inevitável, embora ainda se necessite o aval do todo-poderoso Ulysses Guimarães, usando mais uma vez da ultrapassada política de acordos, para fazer o seu partido concordar com a nova realidade.

Nosso povo continua descrente da atual política econômica em vigor no País. O clima de recessão, aliado a uma onda de desemprego, já não admite que o baixo índice de inflação anunciado seja desculpa para o fracasso da Nova República, conforme a condução de suas atuais lideranças, tanto que, na luta para evitar o fracasso total, tentam encontrar na formação de um bloco suprapartidário, os meios para evitar que o PMDB e PFL absorvam toda a culpa deste debacle.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A única notícia capaz de mostrar a tímida intenção do Governo em mudar o seu rumo, em termos de Paraná, foi a empreitada da Ferrovia da Produção, promessa que se procura resgatar para evitar que o movimento do Estado do Iguaçu frutifique, ganhando corpo, como aconteceu durante o primeiro semestre deste ano.

O crescimento desta manobra divisionista foi o retrato da falta de obras e realizações que o Oeste reclama, as quais precisam se tornar realidade, evitando o clima de divisionismo que já cercava o próprio governo.

Afora isto, a seguida denúncia de escândalos parece que vai continuar. Nela se assenta a base da credibilidade que o Governo paranaense pretende se assentar, buscando, a partir daí, condições para que um planejamento global mostre as reais intenções de um governo recentemente instalado.

Por enquanto, confesso, continuo no voto de confiança que o Partido Liberal deu ao Governo, desta tribuna, na expectativa de que se resgatem todas as promessas de campanha, sem discriminação e sem compensações partidárias, que possam tornar o Palácio Iguaçu a Casa, não do PMDB, mas de todos os paranaenses.

Aí estão as reclamações dos sem-terra, aguardando providências; o crescente clima de violência, que faz exigir uma política de segurança mais adequada à realidade; uma política educacional que não pode ser disfarçada pelo ensino gratuito nas universidades, quando a qualidade da educação, em termos de primeiro e segundo graus, exigem mais providências; uma política agrícola que não viva a reboque dos problemas da produção; uma administração de saneamento e de habitação, que não fique apenas nas promessas e na falta publicidade de pequenas obras; na política financeira, que não pode se assentar apenas

nos mutirões de cobrança fiscal, mas na orientação adequada à comunidade empresarial e na própria política funcional que precisa dar à célula mestra, que é o funcionalismo público, condições adequadas para trabalhar, operando a máquina administrativa, quase sempre emperrada.

Sem dúvida, Srs. há muito por fazer, e o Partido Liberal, longe de simplesmente criticar, quer participar e oferecer soluções.

por isso, Senhores, neste reinício de atividades deste Plenário, queremos, mais uma vez, ressaltar o papel do PL nesta Casa.

Voltamos ao clima de pronunciamento e debates que exigem no salutar exercício democrático, a busca de uma nova realidade. Oxalá possamos contribuir para que Executivo e Legislativo, harmonicamente, desempenhando suas funções, saibam compreender a realidade de nosso povo e contribuir com seu trabalho, para tornar cada vez melhor a vida de todos os paranaenses. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de quarenta e dois Srs. Deputados.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu solicito a verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta Presidência fará a chamada nominal. (É procedida a chamada nominal)

Vinte e oito Srs. Deputados estão presentes. Há quórum para deliberação.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando a suspensão dos trabalhos da sessão do dia 04 de agosto do corrente ano, para que os Srs. Deputados possam participar do Seminário "A nova Constituição Federal, a Região Sul e o Paraná". - **Aprovado.**

Proposta de emenda constitucional, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada, constante do expediente. - **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Antônio Annibelli, David Cheriegate e Gernote Kirinus, devidamente apoiado, constante do expediente. - **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Bellinati, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 75/86, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que dispõe sobre alteração dos limites e confrontações do Município de Cantagalo, criado pela Lei n. 7575, de 12.05.82, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., na forma de EMENDA SUBSTITUTIVA e da C.T.I.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 278/86, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que dispõe sobre a elevação do número de cadeiras da Câmara Municipal de Toledo, que passa a contar a partir da próxima legislatura, com dezessete Vereadores. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 73/87, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DE BELÉM- RÁDIO CULTURA, com sede na Cidade de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 99/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 56/86), objetivando

alterar a redação do Art. 40, da Lei Complementar n. 14, de 26.05.82, modificado pela Lei Complementar n. 19, de 29.12.83. (Altera critérios de promoção da Polícia Civil, por antiguidade e merecimento). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.R.H. e COMISSÃO DE SEGURANÇA, por unanimidade. EMENDA ADITIVA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA, EM REGIME DE URGÊNCIA. - Em discussão.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Para discutir) Sr. Presidente, a Comissão de Segurança desta Casa fez um parecer.

O parecer deste Projeto de Lei Complementar é uma iniciativa do Poder Executivo.

Diz a súmula:

"Objetivando alterar a redação do Art. 40 da Lei Complementar n. 19 de 29/12/83 (Altera critérios de Promoção da Polícia Civil - por antiguidade e merecimento).

Para exame desta Comissão, Projeto de Lei que visa alterar a redação do art. 40 da Lei Complementar n. 19, de 29 de dezembro de 1983, adaptando as disposições à Lei Complementar n. 51 de 20 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a Aposentadoria do Policial nos termos do Artigo 103 da Constituição Federal.

A iniciativa, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é originária da Mensagem Governamental n. 99/86.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, a função policial é uma das mais espinhosas considerando que a Segurança Pública é hoje um problema que desafia todos os poderes constituídos, e como tal exige dos organismos policiais uma dedicação diuturna, o que leva seus integrantes a cumprir tarefas redobradas por um mesmo salário - repito - a cumprir tarefas redobradas por um mesmo salário via de regra, Senhor Presidente, alguém das suas necessidades. Dessa forma, quando o Legislativo Federal baixa norma tendente a beneficiar o Policial mediante, como bem disse a Mensagem Governamental, AÇÕES E PROGRAMAS VOLTADOS PARA O HOMEM QUE MILITA NAS ORGANIZAÇÕES VINCULADAS À PASTA DE SEGURANÇA, compete ao Legislativo Estadual referendar. Desta forma contribuirá para que possa a valorosa classe Policial Civil usufruir da possibilidade de progredir, Senhor Presidente, funcionalmente. Repito, Senhor Presidente, progredir funcionalmente. A proposição, Senhores Parlamentares, merece o Parecer favorável da Comissão de Segurança Pública, integrada por este Parlamentar pelos Deputados Algaci Túlio, Raul Lopes e demais componentes, por ser de mérito e, repito, de justiça. Todavia, Senhor Presidente, causa estranheza a este Parlamentar e Relator que o Projeto de Lei vindo do Executivo contenha flagrante fa-

lha técnica legislativa, qual seja, a falta de uma Ementa, razão pela qual, na tentativa de aperfeiçoar tão meritória Proposição, apresentamos a seguinte Emenda Aditiva:

Adite-se ao Projeto de Lei, a seguinte Ementa:

Altera a redação do Artigo 40 da Lei Complementar n. 14, de 26 de 05 de 86, modificado pela Lei Complementar n. 19 de 29 do 12/83.

Tecnicamente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Projeto, com esta Emenda Aditiva, fica perfeito, caso contrário ele não ficaria perfeito.

Isto posto, tem, o processo, condições de seguir, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, o seu trâmite regimental. O parecer da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa é favorável e tem a assinatura do ilustre Parlamentar Raul Lopes, do ilustre Parlamentar Pirajá Ferreira, do ilustre Parlamentar Sabino Campos e acredito, como não está assinado aqui pelo meu companheiro ilustre Parlamentar do PDT, nesta Casa Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública, meu querido Deputado Algaci Túlio.

Era este o Parecer da Comissão de Segurança Pública ao presente Projeto, e quero, gostaria da aprovação da minha Bancada e das demais Bancadas desta Casa.

Muito Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Continua em Discussão o Projeto.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Discutir) - Senhor Presidente, deixo de fazer uso da tribuna e farei as minhas observações, aqui, do meu próprio local de assento nesta Casa, para dizer que é realmente uma iniciativa das mais importantes, que visa beneficiar a classe policial deste Estado. Inclusive, no mês de junho, estávamos discutindo um projeto de autoria do ex-Deputado Rubens Bueno, um projeto de suma importância também para a classe policial, projeto que visa garantir à classe policial, quando da realização do concurso, 50% das vagas para aqueles que já estão desenvolvendo as suas atividades policiais. Este projeto, de 1985, de grande importância para a classe policial, lamentavelmente somente há uma semana ou duas, antes do recesso parlamentar, veio para discussão nesta Casa.

E infelizmente o projeto foi novamente retirado da discussão, quando poderíamos já ter aprovado e ter dado possibilidade à classe policial de utilizar esse direito de 50% dos lugares para quando da realização do concurso. Porque entendemos que há necessidade de complementação do quadro policial; fiz um levantamento e pronuncia-



mento nesta Casa, de que nós temos 2.662 cargos vagos na polícia civil. E hoje, esta Casa, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, recebe um grande número de companheiros, que vieram principalmente do interior do Estado, que fizeram concurso para agente policial e para detetive, que são cento e sessenta e seis detetives, são cento e nove agentes policiais que foram aprovados em recente concurso feito pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, e que lamentavelmente não foram chamados para ocuparem seus cargos.

E eles já reivindicaram, inclusive, junto a Sua Excelência, o Secretário de Estado da Segurança Pública. São companheiros que vieram do interior do Estado, que tiveram inclusive que abandonar os seus empregos para poder evidentemente, ter a esperança de assumir imediatamente uma função nos quadros da polícia civil.

E lamentavelmente isto não aconteceu até agora. Então, é importante que a Comissão de Segurança, e tenho certeza que o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, vai convocar, inclusive, ou vai oficializar a Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que reveja a situação destes companheiros que aqui estão, e que estão nas galerias desta Casa, dos quais repito, a maioria é do interior e já abandonou seus empregos. Se eles não assumirem imediatamente um cargo na Secretaria de Estado da Segurança Pública vão ter problemas e inclusive de sobrevivência. Há necessidade urgente, portanto de ser dado um tratamento especial a esta gente pois, afinal de contas, nós sabemos que existem vagas. Num levantamento que eu também fiz, existem quatrocentos e vinte vagas para delegados de polícia; existem vagas para serem preenchidas para escrivães de polícia, que na maioria das vezes assumem até o trabalho de um delegado de polícia; talvez na hierarquia da polícia o delegado seja o ponto mais alto, mas o escrivão é, sem dúvida alguma, o braço direito do delegado.

Por isso, há necessidade, de que esta gente venha a ser admitida urgentemente nos quadros da Secretaria da Segurança Pública.

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Continua em discussão, o Projeto de Lei.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrada a discussão para encaminhamento de votação.

Com a palavra o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

O ilustre Deputado Algaci Túlio foi muito feliz na sua oratória. Eu tomei a liberdade de encaminhar ofício ao Secretário de Estado da Segurança Pública, adiantando-me a Vossa Excelência, e cobrando não só a situação dos detetives e agentes, mas também a dos escrivães de polícia que passaram no concurso e que não foram convocados.

Recebi uma série de telex, e pedi que o Secretário me recebesse. Pedi um ultimatum, para que eles contratassem, porque tem muitos agentes que prestaram concurso, saíram da Polícia Militar, já deixaram seus postos na Polícia Militar e foram para municípios do Paraná, estão prestando serviços sem receber dinheiro, não estão recebendo nenhum tostão. Então pedi ao Secretário de Estado da Segurança Pública, em regime de urgência, e o Secretário me atendeu e disse que na presente semana ele deveria tomar as providências necessárias e os últimos retoques para a contratação de todos aqueles que prestaram esse concurso - tanto para escrivão, como para detetive, ou para agente de segurança. Porque eu estava analisando recentemente com o Deputado Algaci Túlio, falando na Região Metropolitana e confesso aos Senhores que estou conhecendo agora a região metropolitana, e sentimos falta de policiais no quadro da Polícia Civil do Paraná. Muita coisa há ainda por preencher na Polícia Civil do Paraná. Então não adianta fazermos concurso se o governo não tem dinheiro para pagar. Então eu julgo de fundamental importância, e endosso as palavras do Deputado Algaci Túlio nesta tarde, que realmente segurança é de fundamental importância hoje para a família do Paraná. Nós precisamos não só dotar, como disse o meu querido Deputado Raul Lopes, com quem mantemos um contato estreito, nós precisamos também nos preocupar com a Polícia Militar - como se preocupa o Deputado Raul Lopes, membro desta Comissão. Ele, que já foi comandante da Polícia Militar, sentiu na pele as dificuldades, sei que sentiu no coração as dores da sua luta pela Polícia Militar. Agora, veja bem os Senhores, eu, além de Deputado e repórter policial e o Senhor Algaci Túlio, além de Deputado, repórter policial, sabemos que os problemas não se resumem às contratações. Recebi agora a pouco no meu gabinete um ofício do Delegado de Polícia de Miraselva dizendo que está precisando de cinco pneus porque a viatura está parada por falta deles.

Então, são coisas como essa, não vai aqui crítica, nós precisamos solucionar os problemas. Nesse exato momento quando tocava a campanha, telefonava eu à Secreta-

ria de Segurança Pública, pedindo urgência aos pneus e eles foram pedidos, vão ser levados a Miraselva. O mesmo problema ocorre com os detetives, os escrivães os agentes. Esse problema de fazer o concurso e depois demorar um, dois, três, cinco anos, para ser chamado, é inadmissível. Eu não suporto isso. Tanto eu, como o Deputado Algaci Túlio e Raul Lopes não concordamos com isso. Então queremos, e já telefonei ao Secretário de Segurança Pública em nome da nossa Comissão e em nome do meu Partido, aliás eu não coloco o Partido, mas sim em nome desta Casa, porque a nossa Comissão é formada por vários Partidos. E o Secretário de Segurança Pública disse que esta semana fará uma análise e estudo completo com o Governador para a imediata contratação e publicação no Diário Oficial a contratação dos agentes, dos escrivães e dos detetives do Paraná. Se não o fizer, voltarei novamente ao Plenário, voltarei a discutir, junto com os Deputados Algaci Túlio e Raul Lopes e se necessário for, usarei do meu programa de televisão, como o companheiro usará o seu programa de rádio, como os demais companheiros ocuparão a tribuna para cobrar e exigir a solução desta pendência.

Ora, se a segurança do Paraná está falida, precisa ser reestruturada, nós precisamos de imediato que esses companheiros sejam contratados em regime de urgência. Não é para amanhã; já deveriam ter sido contratados ontem.

Era só Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Para encaminhar concedo a palavra ao Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Também como membro da Comissão de Segurança, me permito fortalecer o que os companheiros Luiz Carlos Alborghetti e Algaci Túlio acabaram de expressar.

Tinha preparado para a data de hoje um pronunciamento a respeito do sistema de segurança pública deste Estado. Não o pronunciei porque achei por bem conversar com o Senhor Governador amanhã para tentar sensibilizá-lo quanto ao que vem ocorrendo no Estado do Paraná, em especial em Curitiba. Como egresso da área de segurança e em especial da Polícia Militar, conhecendo a fundo inclusive os problemas da Polícia Civil. Assim, quero fortalecer as palavras dos companheiros dizendo que realmente a situação está deveras periclitante.

Poderiam, naturalmente, o Senhor Governador do Estado e o Secretário de Segurança atender-nos e de imediato resolver o problema que é deveras preocupante. Carece não só a Polícia Civil, como a Militar, de

um efetivo razoável para, em preenchendo as vagas existentes, pudesse a comunidade viver momentos mais tranquilos e de mais alento. De sorte que fortalecendo a estrutura policial como disse, e possibilitando também o reforçamento para a necessidade premente, urgente, de resolver este problema da Polícia Civil e, por que não da Militar.

Parabenizo meus dois companheiros. É o meu pensamento também, no sentido de resolver o problema que ora estamos abordando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Em votação o projeto ressaltada a emenda. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Solicito verificação de votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência fará a chamada nominal. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada nominal.

(É iniciada a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência acata e irá proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto queiram levantar-se...

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, é evidente que se for feita a verificação de votação, fatalmente a matéria não poderá ser votada por falta de quorum.

Insisto então na chamada nominal para que os Senhores Deputados compareçam a Plenário para votação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Esta Presidência fará a chamada nominal dos Senhores Deputados a pedido do nobre Deputado.

(É feita a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O Sr. Pedro Tonelli - (Pela Ordem) - Eu requeiro verificação de votação exatamente para chamar a atenção e a responsabilidade daqueles que compõem o Plenário desta Casa, mas tendo em vista que estamos vendo que os nobres Pares estão retornando a esse Plenário, eu retiro a verificação de votação.

O Sr. Dirceu Manfrinato - (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Senhor Presidente, eu gostaria de comunicar a Vossa Excelência que eu conheça, não existe nenhum Deputado irresponsável neste Poder Legislativo, com execução do Deputado Pedro Tonelli, porque se nós entedemos de que aqui estão pessoas ligadas à Polícia Civil e a Polícia Militar do Paraná, e que deixaram as suas cidades, para acompanhar aquilo que é de interesse da Polícia Militar e Civil, nós não podemos permitir, Senhor Presidente, que um Deputado demagogicamente, venha a dizer que defende o trabalhador e que na verdade estão aí os trabalhadores, ele quer apenas tentar desmoralizar este Poder Legislativo.

Isto aqui não é uma Casa de criança, não é uma Casa de pessoas irresponsáveis. Afinal este Poder Legislativo tem compromissos com o Paraná, tem compromissos com a população do Paraná, e nós não vamos permitir que aqueles que, por descuido da natureza, e pela inocência do trabalhador, trouxeram o Deputado Pedro Tonelli à Assembleia Legislativa do Paraná a desmoralizem. Esta Casa tem que exigir respeito, porque nós que estamos cumprindo uma Constituição e cumprindo um compromisso com o Estado do Paraná, com o povo do Paraná.

Muito obrigado.

O Sr. Pedro Tonelli (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Pedro Tonelli - Eu gostaria simples-

mente de dizer ao nobre colega Deputado Dirceu Manfrinato que quem está desmoralizando o Parlamento são os próprios Parlamentares que não comparecem numa votação importante como esta e que os trabalhadores, com tanto esforço, estão vendo aqueles que eles votaram, e aos quais estão pagando para que transformem em lei a vontade deles. Eles estão vendo aqui, dos cinquenta e quatro, comparecem quinze, dezoito, vinte, menos do que a metade dos parlamentares. Estou chamando a atenção exatamente para que os companheiros que aqui estão vejam onde se encontram e quem são os responsáveis e que assumam o compromisso e a vontade desses que estão aí.

Muito obrigado.

O Sr. Nereu Massignan - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nereu Massignan.

O Sr. Nereu Massignan - Essa questão levantada pelo ilustre Deputado Pedro Tonelli, chamando a atenção dos Deputados, querendo fazer um certo proselitismo, aproveitando as galerias cheias, galerias que legitimamente preenchidas hoje, que com a sua presença aqui nos dão a satisfação de acompanharem o trabalho de aprovação de projetos de interesse da classe.

O Deputado Pedro Tonelli chama a atenção dos seus colegas parlamentares e eu quero registrar, meu nobre Deputado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que quando o Deputado Pedro Tonelli viajou para El Salvador e para a Nicarágua e se ausentou da Assembleia por oito ou dez dias, nenhum colega seu veio cobrar aqui a sua presença ou a sua ausência, chamar a sua atenção, chamá-lo à responsabilidade.

Nós sabemos o nosso compromisso, assim como Vossa Excelência sabe do seu. A sociedade paranaense deve fiscalizar os parlamentares. Vossa Excelência como democrata, defensor dos trabalhadores, como nós, deve antes de tudo, companheiro, primar para não exercer a censura.

Cesurar pela advertência é o primeiro passo, o passo mais imediato para a ditadura e o autoritarismo.

Não permitimos que este tipo de atenção seja alertado por Vossa Excelência. Some-se ao trabalho de todos que aqui estão e vamos construindo, sempre. Porque a atitude de Vossa Excelência hoje aqui, chamando todos nós de irresponsáveis, quero repetir, é o primeiro e mais rápido passo para o abraço ao autoritarismo, que eu sei que Vossa Excelência não deseja.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Como Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em nome do Deputado Algaci Túlio, em nome do Deputado Sabino Campos, em nome do Deputado Raul Lopes, quero dizer, nós não trouxemos ninguém aqui para nos aplaudir. Não há necessidade de aplauso. Nós estamos cumprindo com o nosso dever, com a nossa obrigação de Parlamentar.

E o nosso objetivo é pedir justiça. Por favor entendam que a classe policial do Paraná está carente de subsídios. Quando o Deputado Algaci Túlio ocupa a tribuna, quando eu falo, e o próprio Deputado Dirceu Manfrinato fala, quando o companheiro Raul Lopes quando outros companheiros ocupam a tribuna desta Casa clamando por melhores salários, contratações, viaturas, pneus, subsídios para que a segurança pública do Paraná seja fortalecida e seja um exemplo à Nação brasileira, nós não queremos senhores, com todo o respeito aos companheiros que estão aqui, não há necessidade de aplausos.

Aplausos, não. Eu acho que há necessidade de cada um cumprir com o seu dever de parlamentar e pediria, com todo o respeito, a todos os parlamentares desta Casa, a sua atenção, ao projeto desta Comissão, que é de suma importância; o projeto do Governo é de suma importância. O que nós estamos aprovando nesta Casa hoje é, nada mais, nada menos do que ajudar a segurança do Paraná.

Pediria ao Deputado Pedro Tonelli, aos demais membros da Oposição, que nos acompanhassem nessa votação para que possamos sair daqui fortalecidos, a cada projeto, a cada reunião da nossa Comissão. Nós não estamos aqui brincando, nem eu, nem o Deputado Algaci Túlio, nem o Deputado Alexandre Ceranto, nem o Deputado Raul Lopes, nenhum Deputado está aqui por brincadeira. Nós estamos aqui com o firme propósito de nonrarmos o nosso mandato.

Eu sou um apaixonado pela segurança. O Deputado Algaci Túlio e Raul Lopes também o é, enfim, todos nós, todos os parlamentares sabemos que segurança é o sustentáculo da família, não só do Paraná, mas de toda a Nação brasileira.

Gostaria que todos os Deputados, sem mais discussões, votássemos a favor, em

3.<sup>a</sup> Discussão, em 2.<sup>a</sup> Discussão, para que os policiais que aqui estão possam ter o direito de conseguir através desse projeto um lugar ao sol. Todos nós temos o direito de galgarmos o nosso lugar.

A polícia civil tem o seu direito; a

polícia militar tem o seu direito; a polícia federal tem também o seu direito. E por isso que eu gostaria que todos votássemos agora, unânimes, nesse projeto de lei.

Muito obrigado Senhores.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Eu consulto o Deputado Antônio Belinati, se pretende declinar da chamada nominal.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, a razão que me levou a pedir chamada nominal, creio que está superada. Nós vamos votar esse projeto que era o nosso objeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Esta aprovado o projeto por unanimidade. Em votação a emenda. APROVADA por unanimidade.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 297/86, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Wenceslau Braz, o imóvel de sua propriedade, constituído por um lote com área de 300,00 m2, conforme transcrição n. 9.083, livro 3 - 5, do Registro de Imóveis da Comarca de Wenceslau Braz. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 55/87, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção a Maternidade e a Infância - APMI, com sede e foro no Município de São João. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 62/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Professor ROSÁRIO FARANI MANSUR GUÉRIOS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando dispensa de votação da Redação Final do Projeto de Lei n. 73/87, aprovado em Terceira Discussão, e não sofreu emendas. - Aprovado - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Vilma Cattani, ocorri-

do no dia 1.º de julho do corrente ano, no Município de Pato Branco. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio de Pádua Cantelmo, ocorrido no dia 25 de julho do corrente ano, no Município de Francisco Beltrão. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Bueno da Silva, ocorrido no dia 02 de agosto do corrente ano. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Prof. Marcos Tamanini, ocorrido no Município de Quatro Barras. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio de Paiva Cantelmo, ocorrido no dia 19 de julho do corrente ano, no Município de Francisco Beltrão. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Nilson Percinoto Júnior, ocorrido no dia 27 de julho do corrente ano, no Município de Cidade Gaúcha. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Lourdes Elysa Venski, ocorrido no dia 30 de julho do corrente ano, no Município de Imbituva. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Bueno da Silva. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Bueno da Silva, ocorrido no dia 03 de agosto do corrente ano. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 53/87, originário da Mensagem do Governador, n. 40/87, que trata do regime diferenciado de trabalho aos professores da Rede Estadual de Ensino. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando voto de repúdio ao Sr. Secre-

tário da Agricultura e do Abastecimento, por suas declarações feitas no Município de Medianeira e publicadas no jornal "Folha de Londrina", do dia 28.07.87. - Em discussão.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)  
Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, encarecendo a implantação de um posto avançado do referido Banco, no Distrito de Água Boa, Município de Paçandu. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que seja designado o dia 05 de agosto do corrente ano, para entrega, às 15:00 horas, do título de Cidadão Benemérito ao Coronel PM Dagoberto Dulcídio Pereira. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao General Antônio Carlos de Andrade Serpa, que proferiu palestra em data de ontem, na Câmara Municipal de Curitiba. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo que o critério para o aumento das prestações de casas financiadas pela COHAPAR, sejam feitas através de estudos individuais, e não através do disparo automático do "gatilho". - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da Legião Brasileira de Assistência, encarecendo auxílio financeiro para a Guarda Mirim do Município de Guaíra. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da Legião Brasileira de Assistência, encarecendo auxílio financeiro para a Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Município de São Jorge do Patrocínio. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria de Estado das Finanças, visando ampliação do número de funcionários no setor de plantão do Município de Ortigueira. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a inclusão do trecho de acesso da BR-376, ligando Ortigueira - Vista Alegre, via Caetê e Lageado Seco, no Plano de Pavimentação Asfáltica do Programa Paraná Rural. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Senadores e Deputados Federais do Paraná, encarecendo a revogação dos artigos 47, 49, 59, 63 e conseqüentes, do Projeto da Nova Lei Sindical. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado e Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, encarecendo a criação de mais uma Vara Criminal, no Município de Bandeirantes. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional, encarecendo a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão, no Município de Ribeirão do Pinhal. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, encarecendo a construção de cem casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Grandes Rios. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, encarecendo a construção de cem casas, as quais deverão

ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Jacarezinho. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, encarecendo a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Ribeirão Claro. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional, encarecendo a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão, no Município de Carlópolis. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, encarecendo a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Siqueira Campos. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional, encarecendo a construção de cem casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão, no Município de Grandes Rios. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, estranhamos uma seqüência muito grande de requerimentos do nobre Deputado Valderi Mendes Vilela, para construção de casas sob regime mutirão, por ser o Deputado de Bandeirantes. Parece-nos que irá faltar espaço em Bandeirantes.

Assim sendo, gostaríamos que Vossa Excelência detalhasse em que Municípios seriam construídas essas casas.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) São diversos municípios, nobre Deputado, cada requerimento é para um município. Este último é para o Município de Grandes Rios, e está aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional, encarecendo a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão, no Município de Siqueira Campos. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, encarecendo a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Quatiguá. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional, encarecendo a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão, no Município de Guatiguá. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, encarecendo a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Joaquim Távora. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário de Estado da Política Habitacional, encarecendo a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão, no Município de Joaquim Távora. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, encarecendo a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Carlópolis. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional, encare-

cendo a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão, no Município de Ribeirão Claro. Em discussão.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem). A título de esclarecimento ao nobre Deputado Algaci Túlio, informo que nenhum dos nossos requerimentos visa a Região Metropolitana, e sim a Região Norte do Paraná e do Norte Pioneiro.

O SR. PRESIDENTE - (Eduardo Baggio) Em discussão o requerimento. Em votação. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, encarecendo a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Borrazópolis. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional, encarecendo a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão, no Município de Borrazópolis. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, encarecendo a construção de cem casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Cambará. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional, encarecendo a construção de cem casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão, no Município de Cambará. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, encarecendo a construção de cem casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Andirá. - **Aprovado.** À Diretoria



Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional, encarecendo a construção de cem casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão, no Município de Andirá. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional, encarecendo a construção de cem casas, as quais deverão ser construídas pelo regime de mutirão, no Município de Jacarezinho. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, encarecendo a construção de cinquenta casas, as quais deverão ser construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, através da COHAPAR, no Município de Ribeirão do Pinhal. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a construção de quatro Distritos Policiais nos locais: Vila Operária, Distrito de Iguatemi, Jardim Alvorada e Conjunto Habitacional Herman Moraes de Barros, no Município de Maringá. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia do Pescador". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia do Telefonista", bem como o envio de expediente ao Senhor Presidente da República, pleiteando a aposentadoria integral antecipada, tendo em vista ser esta a segunda profissão em insalubridade no país. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de apoio à Escola Especializada Primavera, pelo trabalho que vem realizando junto às crianças excepcionais e deficientes mentais na faixa de três a quinze anos de idade. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a pavimentação, asfáltica na estrada que liga Vila União ao Distrito de Ivaté, no Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Folha do Sudoeste", pela passagem do seu 10º aniversário, Jornal este editado no Município de Francisco Beltrão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Presidente da Provopar, encarecendo o fornecimento de duzentas unidades de cobertores para o Hospital São Francisco, dirigido pela Fundação Médica Assistencial dos Trabalhadores Rurais, do Município de Ortigueira. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Agricultura, encarecendo estudos sobre um reajuste no preço mínimo do café, que se encontra num valor abaixo das necessidades dos cafeicultores. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante de expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda. AGRÁRIA, pela inauguração da Estação Experimental. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a ligação asfáltica no trecho compreendido e assim especificado: partindo de Ivaiporã, passando pelo Distrito de Jacutinga, até alcançar a sede do Município de Grandes Rios. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo o asfaltamento do acesso que liga a BR-376 ao Distrito Administrativo de Mauá da Serra, Município de Marilândia do Sul, seguindo até o Parque Industrial. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Moção de Apoio ao Projeto "Arca de Noé", desenvolvido, implantado e inaugurado pela PETROBRÁS - SIX, no Município de São Mateus do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo que através do Programa de Rodovias Rurais, do Governo do Estado, seja efetuada a ligação asfáltica das estradas intermunicipais da sede do Município de Jardim Alegre até a localidade de Jardim Florestal, deste o Distrito de Godói Moreira no Município de São João do Ivaí e de Godói Moreira até o Distrito de Teresa Breda, no Município de Barbosa Ferraz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, viabilizando o asfaltamento do acesso rodoviário que liga a BR-272, à localidade de São Domingos, no Município de Faxinal. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo o asfaltamento do acesso viário que liga a BR-272 à localidade de Dizinópolis, no Município de Faxinal. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, viabilizando o asfaltamento do acesso rodoviário que liga a BR-272 à localidade de Cruz Maltina, no Município de Faxinal. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, encarecendo a instalação de uma agência bancária ou um posto avançado no Município de Paranacity. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Educação, visando a implantação do curso de magistério, em período noturno, no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria

Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, instando-o à cobrança do Governo Federal da realização do programa Especial para o Desenvolvimento do Oeste do Paraná - PRODOPAR. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BADEP, por intermédio da Governadoria do Estado, viabilizando medidas para que seja revisto o sistema de cobrança, dos débitos contratados junto a essa entidade financeira, de recursos repassados pelo BNDS. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações à comunidade católica do Município de Francisco Beltrão e à Diocese de Palmas, pela instalação da Co-Catedral no Município de Francisco Beltrão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro das Minas e Energia, Ministro da Marinha e Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, encarecendo a revogação do Decreto n. 86.676, de 1º de dezembro de 1981. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, viabilizando a mudança do regime de cobrança de ligações entre o Município de Capanema e do Distrito de São Luiz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a pavimentação da estrada que liga os Municípios de Ribeirão Claro a Carlópolis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, encarecendo a construção de um poço semi-artesiano, no Município de Abatiá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do

expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo providências para proceder reparos no Colégio Estadual Luiz Setti. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente do Senhor Secretário de Estado da Educação, encarecendo providências para que o prédio que hoje abriga o Núcleo Regional de Educação retorne a ser ocupado com ensino de 1º Grau. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor pelos trabalhos desenvolvidos no Instituto de Tecnologia do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando que na comercialização das apostas dos Concursos de Prognósticos seja dada prioridade às entidades assistenciais, filantrópicas e outras do gênero, reconhecidas de Utilidade Pública, selecionadas e habilitadas pela Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Comunitária. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a execução do acostamento da PR-151, Rodovia João Chede, trecho Ponta Grossa - Palmeira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, visando a implantação do curso de 2º Grau na Escola Estadual Padre Carlos Zelesny - Ensino de 1º Grau, para os períodos da manhã e noite, com formação em contabilidade, no Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, visando a extensão dos serviços telefônicos com ramal, para a localidade de Papagaios Novos até a Colônia de Papagaios Novos, no Município de Palmeira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solici-

tando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, visando a instalação de um posto de serviço telefônico com ramal, na Localidade de Guaraúma das Tocas, Município de Palmeira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Educação, encarecendo intercessão junto ao MEC para que este efetue o repasse da parcela referente ao gatilho salarial vinculado ao Salário Educação devido aos Estabelecimentos Educativos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a destinação de uma viatura policial para o Município de Altônia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da ACARPA, por intermédio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, encarecendo a implantação dos programas de Feira dos Pescados e Feira do Produtor, nos Municípios de Xambrê, Pérola, Altônia, Cruzeiro do Oeste, Iporã e Maria Helena. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao novo Diretor do Rotary Club do Município de Cascavel. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia dos Economistas" Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem dos quarenta anos do SENAC, que será realizada no dia 07 de agosto do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo "Cruzada em libertação da família", publicada no Jornal "Tribuna da Cidade", no dia 31 de julho de corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações às indústrias de cal e calcário do Paraná, por terem firmado acordo com a Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, para adotar medidas anti-poluente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações à Rádio Clube Paranaense, pela passagem do 63º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, pela passagem do 40º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar do Paraná, pela passagem do "Dia Nacional do Bombeiro", ocorrido no dia 02 de julho do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, encarecendo auxílio financeiro, para a Congregação das Irmãs Carmelitas Missionárias do Menino Jesus - Educação Madre Maria Crucifixa, do Município de Francisco Beltrão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o voto de congratulações aos Senhores Secretários de Estado da Política Habitacional e Esporte, pelas suas visitas a trabalho no Município de Bandeirantes. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Comandante da Polícia Militar do Paraná, viabilizando a promoção, na reserva, do Senhor Augusto Marques de Sales, 3º Sargento da Reserva Numerada da Polícia Militar do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor do DNER do Paraná, viabilizando a construção de obras de infra-estrutura no recanto do Km 23 a 24 da BR-467, que liga os Municí-

pios de Cascavel a Toledo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor Presidente da Rede Paranaense de Televisão - Canal 12, pela promoção "Bicho do Paraná" e da divulgação do Estado do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando licença para ausentar-se do País, durante o período de 20 de julho a 10 de agosto do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando licença para ausentar-se do País em caráter cultural, no período de 15 de julho a 10 de agosto do corrente ano a vários países da Europa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando votos de congratulações aos Senhores Dr. Paulo Munhoz da Rocha, Superintendente Regional da Rede Ferroviária Federal S/A e ao jornalista Cândido Gomes Chagas, Diretor da Revista "Paraná em Páginas" pela implantação da linha ferroviária turística, tracionada pela antiga "Maria Fumaça", entre os Municípios de Morretes e Antonina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a determinação aos órgãos competentes de estudos para a intensificação da fiscalização nas Rodovias do Estado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Polícia Militar do Estado do Paraná pela passagem do 133º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando sejam fixadas as datas 09 de setembro e 27 de outubro do corrente ano para a entrega de Títulos de Cidadãos Honorários do Paraná, ao jornalista Walmor Macarini e ao Arcebispo Dom Geraldo Magela Agnello, respectivamente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado de Ensino Superior, Ciências e Tecnologia, encarecendo providências para a iluminação das quadras e campo de atletismo da Faculdade de Edu-

cação Física do município de Jacarezinho. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., visando a criação de uma linha de crédito que possibilite às microempresas a negociação global de sua dívida. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo suprimento de medicamentos do posto da colônia Santana, no município de Cruz Machado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Engenheiro Florestal Luciano Pizato pela sua premiação como jovem cientista com o primeiro Prêmio Nacional de Ecologia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando seja marcada para dia 23 de setembro do corrente ano, às 15,00 hs. a Sessão Solene de Outorga do Título de Cidadã Honorária a Sra. Professora Maria das Dores Wouk, de acordo com a Lei n. 8.501 de 30 de junho do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Secretário de Estado da Educação, por ter determinado medidas de propagação da História do Paraná, através da aquisição de um mil e quinhentos exemplares do "Atlas Histórico do Paraná". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, viabilizando a implantação de telefones comunitários no Parque Jaboticabeira, no município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a destinação de um gabinete odontológico, para o Distrito de Jardim Paredão, no município de Altônia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho e

Ação Social, encarecendo recursos financeiros para a construção de uma creche no parque Jaboticabeira, no município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, viabilizando a implantação do ensino de 2º grau no distrito de Jardim Paredão, no município de Altônia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, viabilizando a construção de instalações para o Colégio de 2º grau, no município de Iporã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, encarecendo a destinação de um ônibus e duas kombis para o transporte de escolares pela Prefeitura do Município de Altônia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o recapeamento da Avenida dos Pioneiros, no distrito de Carambei. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, viabilizando a implantação de módulos policiais no município de Francisco Beltrão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COHAPAR, através da Secretaria de Estado Especial da Política Habitacional, encarecendo estudos de viabilidade da inclusão de Maringá no projeto Mutirão Habitacional, para suprir o déficit de moradias no município. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COHAPAR, através da Secretaria de Estado Especial da Política Habitacional, encarecendo a inclusão de Marialva no projeto Mutirão Habitacional, para suprir o déficit de moradias no município. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COHAPAR, através da

Secretaria de Estado Especial da Política Habitacional, encarecendo viabilidade da inclusão de Sarandi no projeto Mutirão Habitacional, para suprir o déficit de moradias no município. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Educação e Secretário de Estado de Ensino Superior, Ciências e Tecnologia, encarecendo a instalação em caráter prioritário, do curso de Medicina na Fundação Universidade do município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Educação e Secretário de Estado de Ensino Superior, Ciências e Tecnologia, encarecendo a instalação do curso de Veterinária na Fundação Universidade Estadual do município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Educação, Secretário de Estado da Educação e Delegado Regional do Ministério da Educação e Cultura, encarecendo a inclusão no curriculum escolar do 2º grau de uma disciplina especial sobre doenças infecto-contagiosas, principalmente contendo esclarecimentos e métodos de prevenção sobre AIDS. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Fazenda, encarecendo a retirada imediata do empréstimo compulsório de 25% incidente sobre o preço das passagens aéreas internacionais. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministro dos Transportes, Ministro da Fazenda, Presidente do Congresso Nacional e Presidente da Companhia do Vale do Rio Doce, manifestando voto de repúdio ao pagamento das empresas de consultoria que continuam trabalhando nas obras da FERROVIA NORTE-SUL. Em discussão.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado

Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro das Minas e Energia, Ministro do Planejamento, Ministro da Fazenda e Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, encarecendo a retirada imediata do Depósito Compulsório sobre o preço dos combustíveis derivados do petróleo e álcool hidratado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a nomeação do Delegado de Polícia do município de Roncador. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a nomeação do Delegado de Polícia do município de Roncador. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, encarecendo auxílio financeiro para aquisição de gêneros alimentícios para o S.O.S. do município de Juranda. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Presidenta da PROVOPAR, encarecendo a doação de gêneros alimentícios para a entidade S.O.S. do município de Juranda. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de cerca de duzentas pessoas, ocorrido no dia 30 de julho do ano em curso, na cidade de Meca, na Arábia Saudita. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas e Rodagens, encarecendo reparos e conservação da BR-476, Estrada da Ribeira, no trecho compreendido entre Curitiba e o município de Bocaiúva do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Volvo do Brasil S/A, pela realização da I Câmara Técnica Volvo de Segurança nas Estradas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 12º aniversário da Empresa Ba-



laroti Ltda. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, da Secretaria de Estado dos Transportes, encarecendo a inclusão nas obras de asfaltamento da estrada que liga os municípios de Capanema a Marmelândia, do trecho de acesso a Capanema pelo Bairro São Cristóvão - Avenida Independência. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do expediente intitulado "Manifesto da Maçonaria ao Povo Brasileiro" de autoria do "Grande Oriente do Brasil". Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando a inclusão da Casa do Estudante Universitário como entidade beneficiária no Orçamento do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela ordenação do Pastor Alberto Nadalini, feita pela Federação da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO, parabenizando-o pela iniciativa de proporcionar trabalho aos detentos da Colônia Penal Agrícola, que estão produzindo mudas e essências ornamentais e florestais para a REFLORESTADORA BANESTADO. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia dos Adolescentes", comemorado pelas Igrejas Batistas do Brasil. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da casa do artigo "Ainda existem os que amam", publicado no jornal "O Paraná", no dia 28 de julho do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria deixou de ser publicada, pois o artigo não encontra-se apenas ao requerimento).

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-

do Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Igreja Batista pela realização da 67.ª Assembleia Geral da Convenção Estadual realizada no município de Pato Branco. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da FUNDEPAR, encarecendo recursos através do Programa de Ação Comunitária, para a reforma do prédio da Escola Estadual João Maria Cruz - Ensino de 1º Grau, no município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da FUNDEPAR, encarecendo recursos para ampliação da rede física da Escola Consolidada Municipal São José, da localidade de Coatis, município de Tibagi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia do Hospital", comemorado no dia 1º de julho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Governador do Estado, Presidente do Tribunal de Justiça e Corregedor da Justiça do Estado, encarecendo a criação e implantação de comarca, no município de São João. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros da Educação e Secretário Especial de Estado de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, encarecendo a instalação de um curso de Odontologia na Fundação Universidade do município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Cultura, viabilizando àquela Secretaria coordenar Seminário alusivo aos trinta anos do movimento "Levante dos Posseiros", no mês de outubro do corrente ano, no município de Pato Branco. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao músico curitibano Norton Morozowicz pela sua ação como maestro e mentor da Orquestra de Câmara de Blumenau. Aprovado. À Diretoria Legislativa.



Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à nova Diretoria e Conselho Fiscal da Associação de Moradores da Serraria do Rocha, no município de Paranaguá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Irmãos Wagner pela estréia nas telas de seu filme de animação "Respeitável Público". **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Presidente do Tribunal de Justiça e Corregedor da Justiça do Estado, viabilizando a criação da 2.<sup>a</sup> Vara Cível e Criminal, na comarca de Pato Branco. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo uma unidade para o Grupamento do Corpo de Bombeiros do município de Matinhos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Diretor Presidente do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A, encarecendo a criação de uma linha de crédito que possibilite, em condições compatíveis com as atividades do segmento da microempresa, a negociação global de sua dívida, considerando o excedente não coberto pela resolução 1.335 do Banco Central. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inclusão nos Anais desta Casa da matéria "Cheque em Branco", publicada no jornal "Correio de Notícias", no dia 25 de junho do corrente ano. **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, com apoio da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando dispensa de Redação Final para o Projeto de Lei n. 278/86, que eleva o número de cadeiras da Câmara Municipal de Toledo. **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene, para quarta-feira, dia 05, às quinze horas, para entrega de Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Coronel PM Dagoberto Dulcídio Pereira; marcando ainda, uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, às dez horas com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> Discussão - do Projeto de Lei Complementar n. 99/86 e dos Projetos de Leis ns. 297/86, 55/86, 62/87

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 123/85, 209/86, 214/86 e 09/87

Marca, ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei ns. 64/87, 70/87 e 71/87.

Levanta-se a sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO EDMAR LUIZ COSTA, EM SESSÃO DO DIA 03 DE AGOSTO DE 1987.**

#### "MANIFESTO DA MAÇONARIA AO POVO BRASILEIRO"

Grande Oriente do Brasil  
Poder Central.

I- A nossa Pátria está mergulhada em grave crise política, econômica, financeira, social e moral, que conduz nosso povo a profunda intranquilidade. Além da fome crônica que campeia na grande maioria dos lares; causa preocupação a convivência com misérias maiores: 1) a corrupção, quase sempre praticada sob o manto da impunidade; 2) a mendicância, que humilha e deprime; 3) a imoralidade que nos agride, até mesmo na intimidade dos nossos lares, por alguns meios de comunicação, enquanto os crimes de toda ordem se multiplicam; 4) as desigualdades sociais gritantes com empregados, subempregados e desempregados aviltam milhões de brasileiros que não conseguem viver e manter sua família com dignidade. Tais desigualdades são terreno fértil para a pregação de ideologias radicais e alienígenas; 5) a violência atinge o seu clímax, não poupando nem mesmo a figura do Presidente da República. São agressões, incêndios, saques e toda sorte de indisciplina; 6) a inflação que desvaloriza o trabalho gera a incredulidade empresarial, causa desemprego e resulta na recessão.

II- Neste quadro, a Maçonaria, do alto de sua experiência multissecular, tem o dever de se posicionar e o faz nos seguintes termos: 1) repudia todas as formas de violência, que servem apenas a aventureiros e a extremistas de direita e de esquerda;

ávidos de poder; 2) entende que o processo de desestabilização das Instituições prejudica a Pátria e compromete a Democracia; 3) reconhece que a propriedade da terra é um direito social, e como tal, há que ser produtiva e utilizada em benefício da sociedade; 4) proclama que devem ser estimulados a educação e o ensino técnico-profissional, em todos os níveis, assegurada a gratuidade aos mais carentes e garantida a livre iniciativa; 5) defende, como sempre, os princípios democráticos e a consolidação do regime.

III- A Maçonaria, atenta e atuante, se mantém no firme propósito de pugnar pelas garantias das Instituições livres e pronta à defesa da liberdade do povo brasileiro, seu bem supremo, que só deve existir lado a lado com a Democracia, pelo que PROPÕE:

1) eliminação dos focos de misérias sociais, a fim de atenuar o sofrimento do povo, com a busca de soluções práticas e objetivas; 2) reforma Tributária imediata, que atenda aos interesses dos Estados e dos Municípios; 3) imprescritibilidade dos crimes de tortura e de corrupção; 4) manutenção das eleições diretas em todos os níveis; 5) perícia na dívida externa, para comprovação dos ingressos, das aplicações e dos saldos atuais; 6) monopólio estatal dos minerais estratégicos e seus derivados, de forma absoluta, e rígido controle pelo Estado nos setores da economia, da ciência e da tecnologia; 7) apoio aos Constituintes para que se mantenham acima de quaisquer pressões ilegítimas e possam dar ao País uma Constituição justa e duradoura.

O Grande Oriente do Brasil, manifesta, enfim, o convencimento pleno de que todos os brasileiros, Maçons ou não, cumprirão com o seu dever em benefício da Pátria e em louvor ao homem plasmado por uma espiritualidade natural, que o faz criatura sublime, em busca da perfeição, do aprimoramento do seu saber e do seu destino grandioso.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO EZEQUIAS LOSSO, EM SESSÃO DO DIA 03 DE AGOSTO DE 1987.**

#### **"CRUZADA EM LIBERTAÇÃO DA FAMÍLIA"**

O mundo está em confusão. Quantas vezes você já ouviu esta expressão? Ela não é mensagem de algum profeta derrotista, postado numa esquina a proclamar que o mundo está chegando ao fim. Antes é a mensagem que ocupa os noticiários de televisão, todos os dias. Aparece nas manchetes de jornais. É o tema central de nossos dias.

O mundo está em confusão. Não é preci-

so que ninguém lhe diga que o mundo está em confusão econômica. Basta citar o problema da inflação galopante. Você é testemunha pessoal da elevação constante dos preços, ao passo que o seu poder aquisitivo decresce. E parece que ninguém tem respostas. Apesar dos grandes especialistas do mundo de hoje, ninguém ainda achou o remédio para a inflação, os grandes economistas da época não conseguem concordar quanto à direção que devemos tomar. E enquanto o debate continua, nossa economia está se desintegrando.

O sistema judiciário também está em confusão. O mundo sempre foi afetado pelo crime e pela violência, mas, hoje, estamos sendo afetados por um problema muito mais profundo. É o do reconhecimento da autoridade. Nosso sistema de cumprimento da lei tem sido profundamente ferido, ao ponto de ser quase impossível e muito perigoso trazer um criminoso à Justiça. Mas o problema que mais vivamente me impressiona na vida diária é o do desmoronamento da família e dos lares. Divórcio, abandono do lar, casamentos experimentais, liberdade sexual e infidelidade são todos instrumentos que Satanás, usa para nos privar do mais precioso relacionamento que temos, a família. Quero ser muito cuidadoso ao escolher minhas palavras, pois é quase certo que você ou alguém de sua família já passou por uma tragédia destas. É bem provável que você possa descrever a confusão de uma família muito querida sua, porque a vida de pessoas muito chegadas ao seu coração, foi esfacelada. Sabemos que Satanás quer destruir os lares, porque se ele destruir os lares, então, poderá destruir nossas igrejas se destruir as igrejas, poderá destruir nossa comunidade; se destruir a comunidade ele poderá destruir o nosso país e o nosso mundo.

A cruzada em libertação da família em torno da única solução para os problemas deste mundo confuso que vivemos: Jesus Cristo. A Bíblia sagrada nos revela que Ele é o mesmo de ontem, hoje, e será eternamente (Heb.13.8) Jesus pode transformar uma situação desesperadora em seu lar através da oração da fé, porque é um Deus vivo, presente, constante, abundante em graça e misericórdia, e sua vida será transformada, o seu casamento será estruturado e Deus realizará através de sua família o Seu grande propósito. Jesus é o grande apaziguador das tempestades que sobrevêm nos lares.

Deixa Jesus através do Seu Espírito Santo solidificar teu lar e você terá paz apesar da confusão.

REV. PEDRO LUIZ ALMEIDA  
CONSELHO DE PASTORES DE APUCARANA

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº59/87

Artigo Único - O Parágrafo Único, do Art. 104, da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Único - "Para ingresso em cargo da magistratura poderão concorrer apenas candidatos de idade inferior a quarenta e cinco anos e bacharéis em direito, inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, salvo funcionários públicos estaduais que por sua condição estejam legalmente impedidos de obter inscrição na referida Ordem".

Sala das Sessões, em 03.08.87.

(a) ANIBAL KHURY.

Apoiamiento: Gernote Kirinus, Luiz Carlos Alborghetti, Nereu Carlos Massignan, Edmar Luiz Costa, Haroldo Rodrigues Ferreira, Sabino Campos, José Felinto, Paulino José Delazeri, Antonio Belinati, Antonio Barbara, Nestor Baptista, Pedro Tonelli, João Arruda, Tadeu Lúcio Machado, Ferrari Júnior, Amélia Hruschka, Hermas Brandão, Algaci Túlio, Djalma de Almeida César, Valderi Mendes Vilela, Raul Lopes, Cândido Bastos, Caíto Quintana, Lauro Lobo Alcântara, Domingos Scarpellini, José Afonso Júnior, Lindolfo Júnior, Artagão Mattos Leão, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Paulo Furiatti, Antônio Annibelli, Nelson Vasconcellos.

#### JUSTIFICATIVA:

A exigência de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, pelo mínimo de dois anos, não resulta em nenhuma vantagem ao futuro magistrado, mas, ao contrário, é prejudicial à magistratura, dado que esta, em termos de vencimento, não apresenta grandes atrativos. Assim, o bacharel de inteligência privilegiada e vocacionado para a ciência do Direito inicia como estagiário nas lides forenses e, em razão disso, quando termina o curso, além de ter angariado razoável experiência, tem também, razoável clientela e, certamente, não aguardará por período superior a dois anos para submeter-se ao concurso para Juiz Substituto, não só em decorrência de sua advocacia bem sucedida, bem como da baixa remuneração da magistratura, aliada, ainda, a desvantagem dos transtornos da peregrinação do Juiz pelo Interior do Estado, com constantes mudanças de residência, refletindo, inclusive, na educação dos filhos.

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA - 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 3.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de junho do ano de hum mil, novecentos e oitenta e sete, às dezesseis horas, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado José

Domingos Scarpellini e contando com as presenças dos Senhores Deputados membros da mesma, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatado o PROJETO DE LEI 79/87, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Imbituva o imóvel constituído pelo terreno rural situado na localidade de Guaramiranga medindo 12.000 m., matriculado sob nº 12.219, Livro 3-C do Cartório do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Imbituva. Parecer Favorável. APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Angelina Garcia Pacheco, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Presidente

ANGELINA GARCIA PACHECO

Secretária.

DIRETORIA LEGISLATIVA

COMISSÕES PERMANENTES

1987

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Djalma de Almeida César- Presidente

David Cheriegate - Vice-Presidente

Acyr Mezzadri

Artagão Mattos Leão

Cândido Bastos

Edmar Luiz Costa

Gernote Kirinus

Hermas Brandão

José Afonso Júnior

Tadeu Lúcio Machado

Nereu Carlos Massignan

Basílio Zanusso

Valderi Mendes Vilela

Erondy Silvério

Secretária: Lúcia M. da Veiga Segall

#### SUPLENTE:

José Rogério Carvalho

Domingos Scarpellini

Caíto Quintana

Nestor Baptista

Homero Oguido

Nelson Vasconcellos

Quielse Crisóstomo

Dirceu Manfrinato

Lauro Lobo Alcântara

Antonio Costenaro Neto

Pirajá Ferreira

Werner Wanderer

Antonio Belinati

Luiz Antônio Setti.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS:

Quielse Crisóstomo- Presidente  
Cândido Bastos - Vice-Presidente  
Homero Oguido.  
José Afonso Júnior  
José Rogério Carvalho  
Alexandre Ceranto  
Rafael Greca  
Secretário: Wilson Penka

#### SUPLENTE:

Tadeu Lúcio Machado  
Antonio Bárbara  
Sabino Campos  
Acyr Mezzadri  
Djalma de Almeida César  
João Arruda  
Valderi Mendes Vilela

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Artagão Mattos Leão-Preidente  
Valderi Mendes Vilela- Vice-Presidente  
Acyr Mezzadri  
Edmar Luiz Costa  
Gernote Kirinus  
José Afonso Júnior  
Werner Wanderer  
Secretário: Sandro Alberto Figueiredo

#### SUPLENTE:

Amélia Hruschka  
Djalma de Almeida César  
Luiz Carlos Alborghetti  
Nestor Baptista  
Rafael Greca  
Caíto Quintana  
David Cheriegate.

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA

Domingos Scarpellini- Presidente  
Antonio Costenaro Neto-Vice-Presidente  
Orlando Pessuti  
Paulo Furiatti  
Quielse Crisóstomo  
Sabino Campos  
Valderi Mendes Vilela  
Secretário: Rubens Bremer

#### SUPLENTE:

Dirceu Manfrinato  
José Rogério Carvalho  
Paulino José Delazeri  
Gernote Kirinus  
Werner Wanderer  
Antônio Belinati  
Cândido Bastos

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO.

Tadeu Lúcio Machado - Presidente  
David Cheriegate- Vice-Presidente  
Acyr Mezzadri

Artagão Mattos Leão  
Djalma de Almeida César  
Hermas Brandão  
Algaci Túlio  
Secretária: Everlei Terezinha Cleto  
Chaves.

#### SUPLENTE:

Cândido Bastos  
Edmar Luiz Costa  
Eduardo Baggio  
Domingos Scarpellini  
Raul Lopes  
João Arruda  
Valderi Mendes Vilela

#### COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Antonio Barbara- Presidente  
José Rogério Carvalho- Vice-Presidente  
Nelson Vasconcellos  
Nereu Carlos Massignan  
Sabino Campos  
João Arruda  
Algaci Túlio  
Secretária: Hilda Maria César de  
Oliveira.

#### SUPLENTE:

Artagão Mattos Leão  
Hermas Brandão  
José Afonso Júnior  
José Felinto  
Nilton Barbosa  
Antonio Costenaro Neto  
Rafael Greca.

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

José Afonso Júnior- Presidente  
Rafael Greca- Vice-Presidente  
Lauro Lobo Alcântara  
Nereu Carlos Massignan  
Orlando Pessuti  
Raul Lopes  
David Cheriegate  
Secretário: Severo Olímpio Sotto Maior

#### SUPLENTE:

Haroldo Rodrigues Ferreira  
Hermas Brandão  
Irondi Pugliesi  
Pirajá Ferreira  
Nelson Vasconcellos  
Basílio Zanusso  
Algaci Túlio

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Nelson Vasconcellos- Presidente  
Basílio Zanusso- Vice-Presidente  
Amélia Hruschka  
Antonio Bárbara  
Cândido Bastos  
José Rogério Carvalho  
Valderi Mendes Vilela  
Secretária: Marlene Couto de Cristo

#### SUPLENTE:

Tadeu Lúcio Machado

Dirceu Manfrinato  
Paulo Furiatti  
Eduardo Baggio  
Orlando Pessuti  
João Arruda  
Antônio Belinati.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Amélia Hruschka- Presidente  
Nilton Barbosa- Vice-Presidente  
Djalma de Almeida César  
Haroldo Rodrigues Ferreira  
Paulo José Delazeri  
João Arruda  
Antonio Belinati  
Secretária: Maria Aparecida G. do Amaral

SUPLENTE:

Edmar Luiz Costa  
Gernote Kirinus  
José Afonso Júnior  
Lauro Lobo Alcântara  
Nelson Vasconcellos  
Basílio Zanusso  
Rafael Greca.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Gernote Kirinus- Presidente  
João Arruda- Vice-Presidente  
Dirceu Manfrinato  
Irondi Pugliesi  
Domingos Scarpellini  
Quielse Crisóstomo  
Rafael Greca  
Secretária: Maria Aparecida G. do Amaral.

SUPLENTE:

José Felinto  
Tadeu Lúcio Machado  
Lauro Lobo Alcântara  
Paulo Furiatti  
Sabino Campos  
Antonio Costenaro Neto  
Algaci Túlio

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

Pirajá Ferreira- Presidente  
Domingos Scarpellini- Vice-Presidente  
Homero Oguido  
José Felinto  
Paulo Furiatti  
Antonio Costenaro Neto  
Algaci Túlio  
Secretário: Boanerges de Menezes Caldas

SUPLENTE:

Amélia Hruschka  
Artagão Mattos Leão  
Luiz Carlos Alborghetti  
Caíto Quintana  
Nereu Carlos Massignan  
David Cheriegate  
Valderi Mendes Vilela

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Luiz Carlos Alborghetti- Presidente  
Algaci Túlio- Vice-Presidente  
Amélia Hruschka  
Pirajá Ferreira  
Raul Lopes  
Sabino Campos  
Alexandre Ceranto  
Secretário -Severo Olímpio S. Maior

SUPLENTE:

Edmar Luiz Costa  
Domingos Scarpellini  
Caíto Quintana  
Nestor Baptista  
Quielse Crisóstomo  
Antonio Costenaro Neto  
Antônio Belinati

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO,  
COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

Domingos Scarpellini- Presidente  
Valderi Mendes Vilela- Vice-Presidente  
Lauro Lobo Alcântara  
Paulo Furiatti  
Paulino José Delazeri  
David Cheriegate  
Haroldo Rodrigues Ferreira  
Secretária: Angelina Garcia Pacheco

SUPLENTE:

Antonio Bárbara  
Eduardo Baggio  
José Afonso Júnior  
José Rogério Carvalho  
Tadeu Lúcio Machado  
Alexandre Ceranto  
Rafael Greca.

COMISSÃO DE SAÚDE

Haroldo Rodrigues Ferreira- Presidente  
Lauro Lobo Alcântara- Vice-Presidente  
José Felinto  
Nelson Vasconcellos  
Orlando Pessuti  
Antonio Costenaro Neto  
Algaci Túlio  
Secretária: Iolanda Guimarães Melo de Castro.

SUPLENTE:

Amélia Hruschka  
Cândido Bastos  
Djalma de Almeida César  
Hermas Brandão  
Quielse Crisóstomo  
João Arruda  
Valderi Mendes Vilela  
Erondy Silvério.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Hermas Brandão- Presidente  
Antonio Belinati- Vice-Presidente

Tadeu Lúcio Machado  
 Luiz Carlos Alborghetti  
 Nilton Barbosa  
 Pirajá Ferreira  
 Werner Wanderer  
 Secretária: Idília Débora Gineste

## SUPLENTE:

Acyr Mezzadri  
 Antonio Bárbara  
 Artagão Mattos Leão  
 Edmar Luiz Costa  
 Haroldo Rodrigues Ferreira  
 Alexandre Ceranto  
 Algaci Túlio.

## COMISSÃO DE TURISMO

Edmar Luiz Costa- Presidente  
 Rafael Greca- Vice-Presidente  
 Amélia Hruschka  
 Dirceu Manfrinato  
 José Felinto  
 Werner Wanderer  
 Gernote Kirinus  
 Secretária: Idília Débora Gineste

## SUPLENTE:

Domingos Scarpellini  
 Nilton Barbosa  
 Orlando Pessuti  
 Pirajá Ferreira  
 Raul Lopes  
 David Cheriegate  
 Valderi Mendes Vilela.

## COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTE

Raul Lopes- Presidente  
 Antonio Costenaro Neto-Vice-Presidente  
 Djalma de Almeida César  
 José Felinto  
 Lauro Lobo Alcântara  
 Nilton Barbosa  
 Rafael Greca  
 Secretário: Alan Marcos Andrade

## SUPLENTE:

Homero Oguido  
 Irondi Pugliesi  
 Sabino Campos  
 Paulino José Delazeri  
 Luiz Carlos Alborghetti  
 Werner Wanderer  
 Algaci Túlio

## COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Amélia Hruschka- Presidente  
 Algaci Túlio- Vice-Presidente  
 Luiz Carlos Alborghetti  
 Irondi Pugliesi  
 Nereu Carlos Massignan  
 Paulino José Delazeri  
 Werner Wanderer  
 Secretária: Iolanda G. Melo de Castro

## SUPLENTE:

Haroldo Rodrigues Ferreira

José Rogério Carvalho  
 Acyr Mezzadri  
 Raul Lopes  
 Alexandre Ceranto  
 Rafael Greca.

COMISSÃO ESPECIAL DE  
REFORMA À CONSTITUIÇÃO

Edmar Luiz Costa- Presidente  
 Basílio Zanusso- Relator  
 Tadeu Lúcio Machado  
 Nereu Carlos Massignan  
 Rafael Greca  
 Secretário: Alan Marcos Andrade

## SUPLENTE:

Hermas Brandão  
 Homero Oguido  
 Orlando Pessuti  
 Werner Wanderer.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
DO CONTRABANDO DO PORTO DE PARANAGUÁ

Paulino José Delazeri- Presidente  
 Nereu Carlos Massignan-Vice-Presidente  
 Hermas Brandão- Relator (Porto de Paranaguá).  
 David Cheriegate- Relator (Fronteira)  
 Algaci Túlio  
 Paulo Furiatti  
 Lauro Lobo Alcântara  
 Secretário- Boanerges de Menezes Caldas  
 Promotor - Doutor Murilo Buchmann.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
DA MERENDA ESCOLAR.

Nilton Barbosa- Presidente  
 Rafael Greca- Vice-Presidente  
 Edmar Luiz Costa- Relator  
 Tadeu Lúcio Machado  
 João Batista Arruda  
 Amélia Hruschka  
 José Felinto  
 Secretária: Marli Alves Poli.

## Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

## R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N. 429/87  
 promover, por antiguidade, ISRAEL DINIZ, matrícula n. 069, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", para o cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

## DECRETO N. 430/87

promover, por merecimento, ISMAR DALAGASSA PASSOS, matrícula n. 263, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "A", para o cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "XIX de DEZEMBRO", em 01.07.87.

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

(a) ANIBAL KHURY

1º Secretário

(a) LINDOLFO JÚNIOR

2º Secretário

**Atos da Diretoria Geral:**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

**R E S O L V E:**

PORTARIA N. 158/87

transferir para o período de 1º a 30 de dezembro do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n. 186/86, às funcionárias abaixo relacionadas, todas do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ANNA CRISTINA SOUZA - Mat. 553

MARIA DO ROSÁRIO MARQUES - Mat. 064

EUZA ARAUJO RIBEIRO - Mat. 022

(Protoc. n.6500/87)

PORTARIA N. 159/87

excluir da Portaria n. 186/86, o funcionário JOSÉ ELIAS MARTINS, matrícula n. 394, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secre-

taria desta Assembléia, tendo em vista que o referido funcionário está exercendo o cargo de Chefe do Setor de Limpeza e Conservação, da Diretoria Administrativa.

(Protoc. 6202/87)

PORTARIA N. 160/87

transferir para o período de 1º a 30 de dezembro de 1987, as férias concedidas pela Portaria n. 186/86, ao funcionário JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, matrícula n. 419, ocupante do cargo de Consultor Técnico às Comissões, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 6284/87)

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.07.87.

(a) CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI

Diretor Geral

PORTARIA N. 161/87

transferir para o período de 1º a 30 de dezembro de 1987, as férias concedidas pela Portaria n. 186/86, ao funcionário SÉRGIO ZACARIAS, matrícula n. 406, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 6476/87)

Gabinete da Diretoria Geral, em 29.07.87.

(a) CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI

Diretor Geral